CLEUBE ALVES DA SILVA

CONFRONTANDO MUNDOS:

Os Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá e os contatos com os conquistadores da Capitania de Goiás (1749-1851)

UFGD - 2006

CLEUBE ALVES DA SILVA

CONFRONTANDO MUNDOS:

Os Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá e os contatos com os conquistadores da Capitania de Goiás (1749-1851)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, Área de Concentração em História, Região e Identidades, como requisito parcial e último para a obtenção do Grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira.

DOURADOS - 2006

Ficha elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal da Grande Dourados

980.416 Silva, Cleube Alves da
P191s Confrontando mundos: Os Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá e os contatos com os conquistadores da Capitania de Goiás / Cleube Alves da Silva - Dourados, MS: UFGD, 2006.
165 p.
Orientador: Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. História Indígena – Capitania de Goiás – séc. XVIII e XIX. 2. Contatos interétnicos – Capitania de Goiás – séc. XVIII e XIX. 3. Capitania de Goiás – séc. XVIII e XIX. Título.

CLEUBE ALVES DA SILVA

CONFRONTANDO MUNDOS:

Os Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá e os contatos com os conquistadores da Capitania de Goiás (1749-1851)

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira

Examinador: Prof. Dr. Protasio Paulo Langer

Examinador: Prof. Dr. Antônio Jacó Brand

Dourados – MS, 05 de outubro de 2006.

DADOS CURRICULARES

CLEUBE ALVES DA SILVA

NASCIMENTO:	15/07/1973 - Guaraí - TO.
FILIAÇÃO:	Samuel Alves da Silva
	Eulina Alves de Souza
GRADUAÇÃO:	1997-2000 - Licenciatura em História. Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS, Porto Nacional - TO.
PÓS-GRADUAÇÃO:	2001-2002 - Especialização em História Social. Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS, Porto Nacional - TO.
	2004-2006 - Mestrado em História. Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Dourados - MS.

A Diva, minha companheira.

A Eulina e Samuel, meus pais.

AGRADECIMENTOS

A Deus, criador, pela existência.

A Samuel e Eulina, meus pais, pelo incentivo na busca do saber.

À Diva, minha querida esposa, pelo afeto nas horas que era mais fácil desistir.

A Jorge Eremites, pela confiança e orientação segura.

A Odair Giraldin, pela iniciação acadêmica e pelas constantes colaborações eficientes.

Aos meus professores que, com seus trabalhos corretos e seus incentivos, me conduziram até aqui com competência.

Aos colegas professores da rede de ensino do Estado do Tocantins, pelo crédito. Esse conhecimento também é de vocês.

À Fundação Ford – International Fellowships Program, pela bolsa de estudos que, além da sobrevivência, proporcionou-me as oportunidades de cursar um Mestrado, adquirir um suporte bibliográfico e participar de atividades acadêmicas excelentes.

Aos amigos e colaboradores do caminho, obrigado pelos auxílios desprovidos de interesses.

RESUMO

O presente trabalho demonstra como os grupos indígenas Akroá, Xakriabá, Xerente e Xavante criaram elementos e novas conexões étnicas e culturais frente à situação criada pelos contatos com os conquistadores luso-brasileiros na Capitania de Goiás, no período de 1749 a 1851. Cada um desses grupos construiu interpretações próprias para o contexto e o processo vivenciado. Então se trata de questões sobre como grupos culturalmente semelhantes tomaram caminhos diferentes diante do contato com os não-indígenas. Não é um trabalho propriamente etno-histórico, mas fez uso de documentos oficiais, registros de viajantes e livros de cronistas e historiadores em uma pesquisa de perspectiva etnológica dos documentos buscando ver o indígena como agente sóciopolítico, portador de uma cultura e um ser que buscou alternativas diversas diante do contato com os luso-brasileiros. Viram-se as lutas dos grupos indígenas como formas elaboradas de interpretar o convívio com o conquistador, para as quais elaboraram diferentes ações, atividades internas com ampliação e modificações de sua própria cultura para enfrentar uma nova situação de contato. Faz-se necessário dizer que esses grupos indígenas resignificaram seu modo de ser no enfrentamento e na convivência. E mais, que as opções indígenas pelos aldeamentos nem sempre significavam uma derrota; às vezes, eram situações negociadas em um ponto de equilíbrio entre forças. As ações desenvolvidas e vivenciadas dependiam do *jogo de forças* entre os atores do contexto. Era desenvolvido no processo de contato e observavam as influências da cultura de cada grupo étnico.

PALAVRAS–CHAVE: Contatos interétnicos, Capitania de Goiás, século XVIII e XIX.

ABSTRACT

This work discusses how, from 1749 to 1851, the indigenous groups of the Akroá, Xakriabá, Xerente and Xavante in the Captaincy of Goiás created new cultural and ethnic connections as a result of contact with Luso-Brazilian colonial explorers. Each of these groups devised their own contextual interpretations of the experiental process, which raises the questions of how culturally similar groups have differed in their interactions with non-indigenous groups. It is not in fact an ethnohistorical work, but makes use of official documents, travel registers and the books of chroniclers to research, from an ethnological perspective, the role of indigenous groups as sociopolitical agents from a rich cultural heritage, who have found various means of interacting with the Luso-Brazilians. It focusses on the struggle of indigenous groups to develop methods of living with the Luso-Brazilian explorers, by making adjustments to their internal cultural structure in order to confront new interactions. It examines how the indigenous groups had to restructure in order to face the new situation and to function within it. Furthermore it asserts that the indigenous groups were not always the losers in their dealings with the new settlements; at times an negotiated equilibrium was reached between the opposing forces. The result depended on an exchange of forces between those involved, and can be seen to have been affected but the cultural influences of each ethnic group.

KEY WORDS: interethnic contact, Captaincy of Goiás, 18th and 19th Century

*Quando não se vê **o que** não se vê, não se vê sequer **que** não se vê.*

Paul Veyne

No Brasil é quase completamente desconhecida a história dos povos indígenas que, deixando-se dominar pelos europeus e seus descendentes ou oferecendo-lhes toda sorte de resistência, contribuíram substancialmente para a conformação que vieram a tomar as grandes massas da população que hoje ocupam o território nacional.

Aryon Dall'Igna Rodrigues

SUMÁRIO

DADOS CURRICULARES 5

DEDICATÓRIA 6

AGRADECIMENTOS 7

RESUMO 8

ABSTRACT 9

EPÍGRAFE 10

SUMÁRIO 11

INDÍCE DE ABREVIATRAS 13

INDÍCE DE FIGURAS 14

INDICE DE QUADROS 15

INTRODUÇÃO 16

CAPÍTULO I - OS GRUPOS XERENTE, XAVANTE, XAKRIABÁ E AKROÁ NAS FONTES E NA BIBLIOGRAFIA SOBRE GOIÁS 27

CAPÍTULO 2 - OS GRUPOS OS XERENTE, XAVANTE, XAKRIABÁ E AKROÁ E OS CONTATOS NA CAPITANIA DE GOIÁS 52

2. 1. Os Xakriabá e os Akroá e o processo de contato na Capitania de Goiás 63

2.2. Os Xerente e Xavante e os contatos com os luso-brasileiros 83

2.3. Opções e resultados 101

CAPÍTULO 3 - ELEMENTOS E PRÁTICAS NORTEADORES DOS CONTATOS ENTRE GRUPOS INDÍGENAS E CONQUISTADORES 104

CONCLUSÃO 144

FONTES 149

Fontes manuscritas 149

Fontes publicadas 150

Fontes digitalizadas 151

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 154

AUTORIZAÇÃO PARA CITAÇÃO E REPRODUÇÃO 163

INDÍCE DE ABREVIATRAS

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGB - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGG - Instituto Histórico e Geográfico Goiano

RIHGG - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Goiano

AHE-GO - Arquivo Histórico Estadual de Goiás

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste

RAHE - Revista do Arquivo Histórico Estadual

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

INDÍCE DE FIGURAS

Figura 1 – Povoamentos da mineração 56

Figura 2 – Área de ação Xakriabá séc. XVIII e XIX 70

Figura 3 – Área de ação Akroá séc. XVIII 81

Figura 4 – Área de ação Xavante séc. XVIII e XIX 86

Figura 5 – Área de ação Xerente séc. XVIII e XIX 93

Figura 6 – Aldeamentos indígenas em Goiás séc. XVIII e XIX 110

Figura 7 – Missão de São Francisco Xavier do Duro 113

Figura 8 – Aldeamento de São José de Mossâmedes 113

INDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Correspondência de Governadores da Capitania de Goiás 43

Quadro 2 – Correspondência diversa de autoridades e pessoas do povo 43

Quadro 3 – Documentação diversa da Capitania de Goiás 44

INTRODUÇÃO

O assunto central do presente trabalho é saber como os grupos indígenas Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá criaram elementos e novas conexões étnicas e culturais frente à situação criada pelos contatos com os conquistadores luso-brasileiros na Capitania de Goiás, no período de 1749 a 1851. Cada um desses grupos construiu interpretações próprias para o contexto e o processo vivenciado. Então se trata de questões sobre como grupos culturalmente semelhantes tomaram caminhos diferentes diante do contato com os não-indígenas. Não é um trabalho propriamente etno-histórico, mas faz uso de fontes textuais (documentos oficiais, relatos de viajantes e cronistas) e alguns dados arqueológicos em uma pesquisa de perspectiva etnológica dos documentos buscando reconstruir parte da história desses grupos indígenas.

Ao iniciar esta exposição faz-se necessário dizer que o ato de estudar e, portanto, escrever sobre história indígena não é uma posição política ou meramente uma questão de adesão temática para entrar no mestrado. Minha relação com o tema iniciou com a leitura de estudos de antropologia histórica, principalmente de Marshal Sahlins (1990), Clifford Geertz (1989) e João Pacheco de Oliveira Filho (1999) durante a graduação (1997-2000) na

Universidade do Tocantins. No ano de 1999, iniciei uma pesquisa de iniciação científica sobre a etnia Akwen-Xerente e sua convivência com a população circundante no período pós-criação do Estado do Tocantins (1989-1999) e, em 2000, sobre os contatos entre os Xerente e a sociedade circundante no século XIX. Esses trabalhos contaram com bolsas do CNPq e a significativa orientação do professor Odair Giraldin, com quem as discussões sobre os intercâmbios entre história e antropologia me foram muito enriquecedoras. Essas atividades possibilitaram, também, a produção dos trabalhos: *Confrontando Mundos: o convívio do povo Xerente com a sociedade circundante - (1989-2000)***,** (relatório de pesquisa) e "Ligando mundos: relação entre Xerente e a sociedade circundante no século XIX", esse último, publicado no *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi,* série Antropologia, em 2002.

O trabalho com a temática indígena foi aprofundado em uma especialização em História Social (2001-2002), na qual foi realizada uma pesquisa exploratória sobre o contato entre os conquistadores e os povos indígenas na metade norte da Capitania de Goiás durante o século XVIII. Como resultado desse estudo, teve-se a monografia *O olhar do contato: uma discussão da relação entre o colonizador e as comunidades indígenas do norte da Capitania de Goiás no século XVIII* e no artigo "O índio ou o ouro: os contatos entre Akwen e os conquistadores no norte da Capitania de Goiás (hoje Tocantins): 1749-1811", publicado em *Territórios e Fronteiras* – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT. Essas experiências conduziram-me a elaboração de um projeto de pesquisa para mestrado intitulado *ROUPA E BATISMO x FLECHA E PINTURA: A construção de estratégias indígenas diante do conquistador luso-brasileiro no norte da Capitania de Goiás (os Akwen 1749-1811)*, submetido, em 2003, à seleção do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford *(IFP - International Fellowships Program)*, cuja coordenação no Brasil é responsabilidade da Fundação Carlos

Chagas, de São Paulo. O referido projeto logrou êxito no certame e recebeu uma bolsa para estudos com duração de 24 messes e também em processo seletivo ao mestrado do Programa de Pós-Graduação da UFMS, Campus de Dourados. Essa unidade universitária, após desmembramento da UFMS, em 2006, constitui hoje a Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. O trabalho na UFMS/UFGD teve a orientação do professor Jorge Eremites de Oliveira, que muito me ensinou sobre história, antropologia e etno-história, confiando em minha capacidade, dando incentivos e orientações cruciais.

Retorna-se agora à matéria de análise desse trabalho, os contatos ocorridos na Capitania de Goiás na segunda metade do século XVIII e na primeira do XIX, (1749-1851), entre os grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá e os conquistadores luso-brasileiros. Esses grupos indígenas são descritos por cronistas e historiadores como *povos irmãos*, (ALENCASTRE, 1864; SILVA E SOUZA, [1812] 1967) e com ligações lingüísticas e culturais entre si (PEDROSO, 1984; GIRALDIN 2002). Todavia, Nimuendajú (1942, p. 1-2) considerou os Akroá como um braço lingüístico diverso que apresenta variações em relação aos demais grupos e Juciene Apolinário (2006, p. 48) definiu-o como integrante da família jê e falante da língua timbira. Faz-se importante destacar que nenhum dos estudos aqui citados se baseia em um levantamento de vocabulário dos Akroá. Sobre a filiação lingüística, Raquel Teixeira (2000, p. 302) define xerente, xavante e xacriabá como variações da língua akwen, da família jê e tronco macro-jê.

Esses grupos ocupavam, por ocasião da chegada dos luso-brasileiros, um extenso território que não pode ser definido pelas fontes textuais. Apesar destas serem incompletas, viciadas por interesses e preconceitos daqueles que as construíram, ainda assim pode-se dizer que seus territórios representavam grande parte da área que foi delimitada como a Capitania de Goiás em 1749. Os Xakriabá, Xavante e Xerente depois de mais de 250 anos

de contato permanecem como grupos étnicos em convivência com a sociedade nacional, nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Tocantins respectivamente. Os Akroá são historicamente dados como extintos (GIRALDIN, 2002, p. 115; PEDROSO, 1984, p. 22; CHAIM, 1983, p. 50), uma posição perigosa e que deve ser relativizada diante do fenômeno da *emergência* de grupos indígenas considerados mortos até pouco tempo, os quais "vêm colocando, há alguns anos, a exigência de reconsiderar a maneira de pensar (e fazer) a história do contato" (POMPA, 2003, p. 22).

Entendem-se como conquistadores aqueles que efetivaram o domínio sobre um território pertencente a outros grupos humanos. Concepção nascida a partir de Antônio Carlos de Souza Lima (2000) cuja noção de *conquista* é de

> [...] uma modalidade de guerra, em que o domínio sobre populações reduzidas pela força militar, suas terras, seus recursos naturais são apropriados num processo no qual a aliança com parte das populações habitantes dos espaços a serem incorporados, e todo um aparato que hoje chamaríamos de meios de comunicação, têm tanta ou mais importância que a violência física; [...] conquista não é somente guerra e destruição (violência aberta, portanto); mas implica em produção de novas relações/identidades sociais, isto é, também se apresenta como violência simbólica; (LIMA, 2000, 409).

Assim, esse trabalho traz uma recuperação de informações sobre um jogo de forças entre indígenas e conquistadores no qual guerras, acordos, alianças e fugas tiveram lugar dando forma aos contatos.

A Capitania de Goiás foi constituída como território político-administrativo em 29 de janeiro 1748, desmembrada da Capitania de São Paulo e instalada em 8 de novembro de 1749, data em que tomou posse seu primeiro governador Marcos de Noronha (ALENCASTRE, 1864, p. 93-94). Seu território constituía-se os atuais estados de Goiás e Tocantins, mais áreas atualmente pertencentes a Minas Gerais (Triangulo Mineiro), Mato Grosso (território entre o Rio das Mortes e o Araguaia) e de Mato Grosso do Sul (a região de Camapuã, entre os Rios Aporé e Pardo) (SILVA E SOUZA, 1967 [1812], p. 5-6;

ALENCASTRE, 1864, p. 121-127). Esse território vivenciou, no século XVIII, o ciclo da mineração e no, XIX, a expansão da agricultura e da criação de gado, além da perspectiva do comércio com o Pará e Maranhão através da navegação rios Tocantins e Araguaia.

O recorte cronológico de 1749 a 1851 justifica-se por ser aquela a data de instalação da Capitania de Goiás com o início da montagem da máquina administrativa com seu aparato militar e burocrático. Essas ações criaram novas linhas de contatos entre os luso-brasileiros e os indígenas. As pesquisas prolongam-se até 1851, ano do aldeamento de Tereza Cristina, destinado aos Xerente, sendo esse o último estabelecimento oficial para indígenas em Goiás. É um período que vai do auge da mineração em Goiás, passando por sua decadência, indo até a tentativa de desenvolvimento de uma nova perspectiva econômica para a Capitania, com a exportação através do comércio via navegação fluvial.

Para perceber as transformações históricas e culturais advindas do contato entre povos indígenas e conquistadores luso-brasileiros, bem como as ações efetuadas por cada uma das partes envolvidas nos conflitos de *conquista* e *resistência*, é necessário um olhar diferenciado sobre as fontes, em especial as oficiais. Um olhar atento para as entrelinhas, buscando o intrínseco, o oculto na fala do conquistador, uma leitura que revele a personalidade indígena presente naquele contexto.

Repensar a história dos indígenas impõe vários desafios, dentre eles o de estabelecer uma articulação contínua entre processos históricos e a organização cultural dos grupos. Desenvolver uma discussão que valorize as evidências empíricas que, se analisadas a partir de uma perspectiva interdisciplinar, criam novas possibilidades de análise para as relações de contato e as transformações dos grupos étnicos na situação colonial.

Refletindo sobre o repensar as velhas formas de construir a história, bem como o trabalho dos historiadores que se propõem a buscar novas perspectivas e suas dificuldades em fugir da visão tradicional, Peter Burke (1992) escreveu que:

> Os maiores problemas [...] são certamente aqueles das fontes e dos métodos. Já foi sugerido que quando os historiadores começarem a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, terão de buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais. [...] Também se provou possível reler alguns tipos de registros oficiais de novas maneiras (BURKE, 1992, p. 25).

Atento ao conselho de Burke e na procura de seguir uma perspectiva que torne inteligível esse trabalho, utilizar-se-ão passos teórico-metodológicos da etno-história. Um método interdisciplinar ou uma disciplina híbrida, que caminha do campo da antropologia cultural, com grande influência da história, construindo interfaces com a arqueologia, etnografia e a lingüística, entre outras áreas ou subáreas do conhecimento (QUEZADA DOMINGUEZ, 2003, p. 2; EREMITES DE OLIVEIRA, 2003, p. 43).

Segundo o historiador David A. Baerreis (1961, p. 49), o termo etno-história (*ethnohistory*) foi empregado pela primeira vez em 1909, por Clark Wissler, que o usou como referência a um método no qual se utilizavam dados arqueológicos e dados provenientes de fontes textuais. Os escritos produzidos por cronistas, funcionários públicos, missionários, viajantes e outros seriam utilizados em uma pesquisa etnológica do documento para reconstruir a história das culturas indígenas, sobretudo daquelas que necessitam de antecedentes contemporâneos (EREMITES DE OLIVEIRA; SILVA, 2005, p. 79).

Já Ricardo Delfim Quezada Dominguez (2003) aponta o surgimento da etno-história como fruto de causas variadas, mas com uma certeza:

> […] que emergió de la antropología cultural, ya que en su campo etnológico necesitaba salir del freno impuesto por los estudios y análisis desde la perspectiva sincrónica, por lo fue precisando la dimensión temporal para entender los procesos de cambio operados en las sociedades.

> Las dimensiones históricas de la etnohistoria pueden ser aplicadas de dos maneras el estudio de puntos del pasado, de momentos históricos, o bien, del proceso del desarrollo de una sociedad. Entonces, aparición de la etnohistoria no fue la simple mezcla y unión de la antropología con la historia, sino que se debió al manejo de una parte de la antropología utilizando fuentes y los datos del pasado (QUEZADA DOMINGUES, 2003, p. 2).

Ainda sobre as origens da etno-história David Eduardo Tavárez e Kimbra Smith (2001) afirmam que:

> No es posible presentar la etnohistoria como una disciplina que surge em un estado de completa madurez, como Pallas Atena del cráneo de Zeus, em plena mitad del siglo XX. Resulta mucho más sensato argüir que la etnohistoria surge de una temática y una metodología preexistentes em la historiografía de las Américas. Desde este ponto de vista, la etnohistoria heredaría, de manera consciente, crítica y sistemática, una serie de preguntas, temas y modos de operación que existían *avant la lettre* en el quehacer histórico americano del periodo colonial y durante la emergencia de las naciones-estado americanas en el siglo XIX (EDUARDO TAVÁREZ; SMITH, 2001, p. 20).

Nesta concepção, a etno-história é especialmente útil nos casos de grupos indígenas que conseguiram sobreviver ao processo de conquista e colonização. Nesse caso tratar-se-ia de trabalhos com uma perspectiva que veriam a presença e a luta dos indígenas como ações dinâmicas diante do processo de ocupação pelos conquistadores. Desse modo foi que se desenvolveu a perspectiva metodológica no decorrer desta pesquisa que analisou os agentes sociais enquanto atores do processo histórico e, conseqüentemente, buscou-se ver o indígena como sujeito participativo do contexto sócio-histórico no qual estava inserido.

A visão de um indígena agente de seu contexto histórico é descrita por Maria R. C. de Almeida (2003) da seguinte maneira:

> Sem desconsiderar a violência e a opressão da conquista, é possível perceber que as atitudes dos índios em relação aos colonizadores não se reduziram, absolutamente, à resistência armada e à submissão passiva. Houve diversas formas do que se pode chamar de resistência adaptativa, através das quais os índios encontravam formas de sobreviver e garantir melhores condições de vida na nova situação em que se encontravam (ALMEIDA, 2003, p. 33-34).

Nesta perspectiva é que se caminhou no desenvolver deste trabalho. Não se pretendeu reconstruir o mundo indígena pré-contato, esta seria uma tarefa, quiçá, para arqueólogos. No entanto, foi um objetivo explícito não escrever um relato dos contatos a partir da visão do conquistador luso-brasileiro.

Assumir posição de que os grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá foram agentes históricos em um contexto de suposta dominação absoluta, talvez seja assumir o papel de advogado em uma defesa tardia desses povos, posição esta que não foi assumida neste trabalho. Tem-se, no entanto, a certeza que buscar esta perspectiva corresponde a cumprir o papel do historiador na procura da compreensão dos acontecimentos e de que trabalhos assim contribuem para ampliar o nosso conhecimento e valoriza;ao do papel indígena.

Em um trabalho da história do contato desses grupos indígenas com os conquistadores luso-brasileiros pode-se observar a percepção sugerida por J. Gaddis de "ver o passado como uma paisagem e que a história é a forma como o representamos" (GADDIS, 2003:37). O historiador seria, a partir desse ponto de vista, um agente do presente com possibilidade de, observando o passado, remontar, reconstruir os papéis sejam eles políticos, sociais ou culturais. Uma faculdade que daria ao historiador o poder de através da seletividade e do poder de decisão, escolher "da cacofonia dos eventos o que é realmente importante" (GADDIS, 2003:37). O historiador seria um *viajante* que poderia estar em épocas e lugares diversos ao mesmo tempo e, mais, podendo aproximar-se e afastar-se dos níveis macro e micro de análise (GADDIS, 2003).

A partir da proposição de Gaddis (2003), pode-se analisar o "sentido do passado" (HOBSBAWM, 1998, p. 22) com o entendimento de que a história é por excelência "[...] a disciplina da contextualização e da interpretação das transformações sociais" (CHALHOUB, 2003, p. 22). Um exercício nesse sentido conseguiria êxito em descrever e

compreender como os grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá construíram novos elementos e novas relações no mundo pós-contato. A partir desse prisma, o historiador é um observador posterior e mais bem informado com possibilidades de construir uma interpretação coerente sobre os eventos estudados em um "sutil trabalho de fabricação de novos elementos e novas conexões para retecer a rede" do processo de transformação cultural (PERRONE-MOISÉS, 2003, 10).

Ponto de vista semelhante é apresentado por João Pacheco de Oliveira Filho (1999) que afirma caber ao historiador (ou etno-historiador).

> [...] proceder como um criador, dar um sopro de vida sobre os bonecos de barro, marcá-los com um nome e atribuir-lhes uma alma, transformando fatos isolados e caóticos em ações significativas e em interpretações coerentes. Para isso, o pesquisador precisa resgatar a plena historicidade dos sujeitos históricos, descrever como eles estão imersos e como se constituem em cada ambiente líquido (as épocas e os ecúmenos) (PERRONE-MOISÉS, 2003, 10

Ademais, teria o historiador o poder de articular as fontes disponíveis, ou as informações por elas dadas, no sentido de oferecer ao leitor ou ao ouvinte visões possíveis dos eventos históricos. São percepções "[...] passíveis de estarem corretas dentro de seus limites e de seu ponto de vista, porém mais ou menos corretas dependendo da acuidade do observador" (CHALHOUB, 2003, p. 17).

A investigação constituiria um *paradigma conjectural* melhor definido na utilização "[...] de um método interpretativo no qual detalhes aparentemente marginais e irrelevantes são formas essenciais de acesso a uma determinada realidade" (CHALHOUB, 2003, p. 17). Este método pode fornecer a chave para redes de significados sociais e culturais presentes em um contexto de aparente dominação e estrangulamento dos grupos étnicos nativos por uma sociedade invasora (GRUZINSKI, 2003).

Uma investigação assim possibilita a visualização das ações dos indígenas e busca deixar para trás a visão de determinismo histórico. Procura-se compreender o "[...] sentido que as personagens históricas de outra época atribuíram às suas próprias lutas" (CHALHOUB, 2003, p. 20). Pretende-se obter uma produção de uma história que descreva ações, que aponte novos agentes e que apresente novas possibilidades, por via de uma interrogação diferenciada das fontes e ações dos homens do passado.

Em tal ótica pretende-se repudiar a chamada "[...] noção de linearidade e de previsibilidade de sentido no movimento da história" (CHALHOUB, 2003, p. 19) através de uma etno-história dos grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá que se reconheça mediada por uma cultura que está em movimento. Ou seja, que é histórica, ao mesmo tempo produto e produtora da história (SAHLINS, 2003, p. 08). Uma perspectiva na qual os atores sociais não apenas reproduzem ou reencenam a cultura, mas também a reinterpretam e dela se apropriam de diversos modos no contexto das relações sociais de poder (BOURDIEU, 2003).

Por fim, de acordo com Monteiro (2000) acredita-se que:

> [...] cabe ao historiador recuperar o papel histórico de atores nativos na formação das sociedades e culturas do continente, revertendo o quadro hoje prevalecente, marcado pela omissão ou, na melhor das hipóteses, por uma visão simpática aos índios, mas que os enquadra como vítimas de poderosos processos externos à sua realidade (MONTEIRO, 2000, p. 227).

Buscar, pelo menos em alguns passos, percorrer o caminho proposto por Monteiro é o objetivo deste trabalho daqui em diante. Analisam-se também os elementos que reflitam diretamente as permanências culturais (estabilidade/continuidades) ou as mudanças (transformação/contingências) como conseqüências do próprio dinamismo histórico, os quais se processam também a partir dos interesses dos próprios índios ligados

às suas tradições culturais que se transformam conforme os processos vivenciados (ALMEIDA, 2003, p. 32). Nesse caminho esse trabalho assim se divide:

No capitulo 1, *Os grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá nas fontes e na bibliografia sobre Goiás*, apresenta-se como um painel dos autores que debateram o tema dos contatos interétnicos em Goiás, discorrendo sobre seus pontos de vistas. Analisa-se essa bibliografia seguindo o perfil de abordagem conceitual das produções sobre os indígenas agrupando-a em três pontos de vista, que podem ser considerados partes do mesmo processo historiográfico. São eles: o ponto de vista do conquistador que ressalta a *conquista*; o discurso que se contrapõe ao conquistador que destaca a violência exacerbada na conquista e uma defesa ferrenha de seu território feita pelos indígenas; e uma perspectiva que vê o indígena como sujeito em seu espaço e tempo. Contém, também, um apontamento sobre origem, localização e condição das fontes utilizadas no trabalho.

O capitulo 2, *Os grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá e os contatos na Capitania de Goiás*, foi escrito com objetivo de traçar um perfil do percurso de contato entre esses grupos indígenas e os conquistadores luso-brasileiros em Goiás. Apontam-se os momentos de agravamento das rivalidades ou de convivência, procura-se traçar linearmente uma descrição dos contatos, analisando os indígenas como agentes do contexto e que estes desenvolveram suas ações guiadas por seus entendimentos do vivido.

No capitulo 3, *Elementos e práticas norteadores dos contatos entre indígenas e conquistadores*, disserta-se sobre as diversas facetas que tiveram os contatos entre indígenas e luso-brasileiros na Capitania de Goiás. Suas fontes de origem, seu desenvolvimento e suas conseqüências para ambos os lados envolvidos na relação. Por fim, nesse capítulo busca-se fazer um pequeno exercício sobre territorialidade e *territorialização* indígenas e as influências dos contatos com os luso-brasileiros neste processo.

CAPÍTULO I
OS GRUPOS XERENTE, XAVANTE, XAKRIABÁ E AKROÁ NAS FONTES E NA BIBLIOGRAFIA SOBRE GOIÁS

O historiador John Manuel Monteiro (2000b), em artigo muito didático sobre a história indígena brasileira, escreveu que:

> A historiografia brasileira, ao longo das últimas duas décadas, tem buscado incorporar grupos sociais antes ignorados pela bibliografia. Ao mesmo tempo, abordagens antropológicas têm penetrado diversas áreas de investigação histórica, abrangendo estudos sobre a inquisição, a escravidão, as relações de gênero, as mentalidades, entre tantos outros assuntos. Diante deste quadro, contudo, é de se estranhar a pouca atenção dispensada aos povos indígenas pelos historiadores (MONTEIRO, 2000b, p. 221).

Entretanto, antes de discutir a historiografia sobre os indígenas no Brasil, faz-se necessário dizer que qualquer consideração sobre a produção historiográfica no Brasil deve passar por uma memória da universidade brasileira nos últimos 30 anos, uma vez que muito pouco foi produzido fora dos meios acadêmicos. Isso porque a renovação da história no Brasil esteve pautada, desde os anos 1970, na consolidação dos cursos de pós-graduação iniciada nesta década, mas desenvolvida de fato a partir dos anos 1980.

Nesse período, os cursos experimentaram as definições de suas áreas de concentração, cujas ênfases recaíram na história econômica e social, predominando os recortes regionais nas linhas de pesquisa. Os arranjos e acomodações dessa fase explicam algumas mudanças no enfoque de alguns cursos, em determinados casos com a desativação de áreas e linhas de pesquisa. Problemas de ordem material, como o frágil aparelhamento, bibliotecas com poucos títulos de livros, periódicos e instrumentos de pesquisa em geral, marcaram a implantação das pós-graduações do Brasil (MALERBA, 2005, p. 2). No que concerniu às opções temáticas, este período é marcado por um predomínio de estudos sobre escravidão, trabalho, igreja, movimento operário, educação, revolução e agricultura.

Na década de 1990, a despeito da crise econômica e estrutural das instituições continuarem progredindo, a diversidade temática vai ser a tendência desta década. Embora permaneçam temas consolidados nos anos 1980 (igreja, educação, trabalho), outros surgiram sobre influência de elementos teórico-metodológicos da Nova História ou da história cultural. Serão desenvolvidos trabalhos com temas como sexualidade, magia, imaginário, memória, mulheres e urbanização.

Assim, após a fase das grandes sínteses como *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freire (1933), *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936), *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr. (1942), que predominou na primeira metade do século XX, tem-se a partir dos anos 1970 uma bibliografia mais diversificada voltada para as especificidades regionais. Essa bibliografia regional permitiu o debate de inúmeras questões abordando os mais diversificados enfoques.

Todavia a diversidade dos estudos históricos não tem contemplado de maneira eqüitativa a trajetória dos povos nativos presentes na terra ocupada pelos não-indígenas. Deve-se concordar com Monteiro (2000) e dizer que a história indígena tem sido desprestigiada pelos produtores de conhecimento histórico no Brasil haja vista que estudos

sobre os grupos indígenas remetem a contextos muitos específicos. Apontam-se como tentativas de apresentar uma visão mais macro as coletâneas *História dos índios no Brasil*, de Manuela Carneiro da Cunha (1992), *Temática indígena na sala de aula*, de Aracy Lopes da Silva e Luís D. B. Grupioni (2000) e, mais recente, os dois volumes de *Transformando os deuses*, de Robin Wright (1999, 2004). O que é pouco, considerando o número de grupos e a pluralidade de culturas indígenas presentes no processo histórico brasileiro.

Sobre os grupos indígenas na historiografia de Goiás (a partir de 1989, Goiás e Tocantins) segue o contexto da historiografia brasileira. Os primeiros trabalhos surgem na década de 1970 ligados a uma perspectiva histórica à qual caberia chamá-la de simpática aos índios, mas que os enquadravam como vítimas do processo de conquista, usando uma caracterização de John Monteiro (2000, p. 227) em um trabalho de análise da historiografia brasileira.

Na "Introdução" de *História dos índios no Brasil*, Manuela Carneiro da Cunha (1992), escreve que:

> Sabe-se pouco da história indígena: nem a origem, nem as cifras de população são seguras, muito menos o que realmente aconteceu. Mas progrediu-se, no entanto: hoje está mais clara, pelo menos, a extensão do que não se sabe (CUNHA, 1992, p. 11).

Essa constatação pode ser aplicada integralmente à história dos indígenas em Goiás. Os estudos históricos a respeito dos grupos indígenas desta área do Brasil Central, apesar de seu longo contato com os conquistadores luso-brasileiros e uma presença anterior ao século XVIII, ainda são incipientes.

Nesse capítulo, procurar-se-á uma síntese sobre o que foi produzido. O que se quer aqui não é analisar com exaustão a bibliografia sobre os grupos indígenas na história de Goiás, mas destacar alguns aspectos em uma prática audaciosa. Esse exercício é feito em relação às obras historiográficas dispensando apenas uma citação aos trabalhos

etnográficos e antropológicos, também significativas para compreender o processo histórico de contatos entre luso-brasileiros e grupos indígenas, mas sobre os quais este autor não se vê competente para uma crítica.

A historiografia sobre os grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá segue o contexto das produções historiográficas brasileiras sobre os indígenas e aborda inicialmente a história destes grupos de três pontos de vista, que podem ser considerados partes do mesmo processo: o primeiro ponto de vista é o do conquistador que ressalta o heroísmo da conquista; o segundo procura construir um discurso que se contraponha ao conquistador, destaca a violência exacerbada na conquista e supervaloriza a defesa territorial feita pelos indígenas; e um terceiro grupo que busca ver o indígena como sujeito em seu espaço e tempo.

Na primeira vertente, incluem-se *Os aldeamentos indígenas e sua importância no povoamento da Capitania de Goiás no século XVIII (1749-1811)*, tese de doutoramento de Marivone Matos Chaim (1973), publicada em 1983 com o título de *Aldeamentos indígenas (Goiás 1749-1811)*. Para Chaim, o povoamento só ocorre com a ocupação feita pelos luso-brasileiros. A autora também se preocupa muito com as dificuldades tidas pelos administradores no processo de aldeamento dos povos indígenas na Capitania de Goiás. Nesta obra, a narrativa da autora aponta a visão do dominante, algo muito presente nos estudos de história sobre Goiás. Trata-se, todavia, de um trabalho importante pelo pioneirismo na pesquisa do tema e por seu levantamento documental.

Chaim também busca apontar como os indígenas foram um obstáculo para a ocupação do território pelos conquistadores luso-brasileiros (CHAIM, 1983, p. 19) e a contribuição de seu aldeamento para a formação e desenvolvimento de núcleos urbanos (CHAIM, 1983, p. 43). Chaim não fez uma discussão que vislumbrasse o indígena como

sujeito na história, pois elaborou mais uma história da colonização do que uma história dos contatos.

Outro trabalho que discute os aldeamentos em Goiás é *Aldeamentos oficiais goianos,* de Oswaldo Martins Ravagnani (1987). Este autor argumenta que a política indigenista brasileira, formalizada em Lisboa ou no Rio de Janeiro, sempre manteve uma continuidade quanto às idéias que faziam sobre o indígena do Brasil: *selvagem*, *inferior*, *incivilizável*, portanto, "[...] um empecilho ao progresso da civilização cristã e ocidental" (RAVAGNANI, 1987, p. 2). Mantendo a visão tradicional do contato e adotando o discurso do vencedor, Ravagnani (1987) vale-se de citações de Palacin (1979) e Lombardi (1985), afirmando que:

> [...] em Goiás ocorreram com seus índios os mesmos acontecimentos que se deram, no litoral, no século XVI: ocupação das suas terras, escravização dos pacíficos, choques com os mais rebeldes, aldeamentos dos grupos pequenos que extinguiram em pouco tempo devido a condição de semi-cativeiro, cruzamentos raciais, decadência e extinção (RAVAGNANI, 1987, p. 44).

Antes deste trabalho, Ravagnani (1978) havia escrito *A experiência Xavante com o mundo dos brancos*. Trata-se de um trabalho histórico solidamente baseado em um levantamento de informações sobre os Xavante, colhidas em livros, revistas e documentos oficiais, buscando relacioná-las na elaboração de uma concepção do passado histórico do grupo e analisando-o de maneira a entender o seu comportamento (RAVAGNANI, 1978, p. XII).

Nas palavras do autor, o objetivo do trabalho foi de "[...] reconstruir a história dos índios Xavante a partir de seu contato com segmentos da sociedade nacional, ainda no século XVIII, até sua submissão no final da primeira metade do século XX [...]" (RAVAGNANI, 1978, p. IX). Assim, aborda historicamente a relação dos Xavante com os conquistadores luso-brasileiros desde os primeiros contatos, no século XVIII, até 1946,

quando eles aceitam a tutela do SPI. O trabalho discute as ações da política indigenista desenvolvida neste longo período e as conseqüências dela para esse grupo indígena.

Segundo Aracy Lopes da Silva (1992), *A experiência Xavante com o mundo dos brancos* é um texto fundamental para o estudo sobre a história xavante. José C. Lombardi (1985), em análise bem acertada sobre este trabalho, escreveu:

> É desnecessário enfatizar a importância do trabalho de RAVAGNANI, principalmente em relação à grande quantidade de informação que dá a conhecer sobre as frentes de expansão no centro-oeste brasileiro e o contato que tiveram com os Xavante. Porém, dada à falta de explicação do referencial teórico e metodológico com que pauta suas análises, estas acabam por fragmentar a totalidade representada por um momento histórico. Dessa forma, o que aparece são "fatos", "dados" que têm um limite de análise muito estreito (LOMBARDI, 1985, p. 19).

Embora o autor tenha conseguido apresentar conclusão como a de que a pacificação abriu as terras indígenas a empresas agropecuárias, o trabalho necessita de uma discussão do processo histórico no qual se originam determinadas situações, a exemplo, as diversas tentativas de pacificação realizadas por missionários.

Têm-se também de Ravagnani (1989a, 1989b), dois outros artigos: *Eu te batizo... em nome da servidão (a catequese dos Xavantes)*, que apresenta um perfil das tentativas desenvolvidas pelos luso-brasileiros na busca de submeterem os Xavante à religião cristã ao longo da conquista do Brasil; e *Aldeamentos goianos em 1750: os jesuítas e a mineração*, no qual disserta sobre os primeiros aldeamentos efetuados na Capitania de Goiás e seus objetivos. Esses trabalhos foram publicados na *Revista de Antropologia* e neles Ravagnani segue a linha geral de seus estudos e faz mais uma digressão sobre as perdas indígenas do que sobre o universo cultural nativo ou as causas que levaram os não-indígenas a insistirem em submetê-los.

Sobre os trabalhos de Chaim e Ravagnani é desnecessário dizer que trazem informações cruciais sobre o processo de aldeamentos em Goiás. Negligenciam, contudo,

pelo menos dois aspectos importantes sobre os contatos em seus estudos. O primeiro deles é a percepção de que os grupos indígenas de Goiás poderiam estar negociando condições que em seu entendimento seriam melhores para eles quando optavam pelo aldeamento. O segundo aspecto é a possibilidade desses aldeamentos serem um espaço de ressocialização dos povos indígenas ou resignificação cultural. Talvez frutos do momento historiográfico, os autores em suas produções enfatizam a perspectiva de que os indígenas eram vencidos e obrigados a viver confinados sob as ordens dos aldeamentos. Vale lembrar que os sentidos dos processos históricos são temporais, portanto inteligíveis também em uma temporalidade. Assim, os trabalhos de Ravagnani e Chaim não deixam de ser importantes porque não conseguiram ver uma perspectiva histórica para o estudo dos povos indígenas, que ganhou espaço depois dos autores terem concluído seus estudos.

Na vertente dos autores que procuraram desenvolver um discurso que contrapusesse à legitimação dos conquistadores, mas que às vezes tornam-se quase cúmplices desta (GIRALDIN, 1997, p. 20), inclui-se o trabalho *Dois séculos e meio de história Xavante*, de Aracy Lopes da Silva (1992). Neste texto a autora se dispõe a

> [...] tentar analisar as informações disponíveis em um conjunto de trabalhos pertinentes (publicados ou não) e explicitar a ordenação histórica entre os movimentos no tempo e no espaço que permitam compreender a história dos Xavante (SILVA, 1992, p. 360).

Deste modo, Silva realiza um estudo da resistência do povo Xavante como aquele que "[...] constituía o grupo que rejeitava o convívio com os brancos" (SILVA, 1992, p. 365). Escreve ainda que, embora um contingente populacional significativo deste grupo tenha sido aldeado, alguns se mantiveram arredios. Segundo essa autora, motivados por cisões internas, uma parcela dos Xavante fugia do contato com os conquistadores luso-brasileiros e esses grupos arredios juntavam-se aos indígenas que abandonavam os aldeamentos. Essa situação se manteve até os Xavante tomarem a posição de se refugiarem no interior (SILVA, 1992, p. 366). Nesse trabalho, Aracy L. da Silva busca apontar novos rumos para a

história dos Xavante, mas não consegue, entretanto, deixar de ver as ações dos indígenas como reação aos atos dos conquistadores luso-brasileiros.

Em *Contatos interétnicos em Goiás colonial*, Eurípedes B. de Freitas e Abreu (1992) faz um estudo das formas de contato entre indígenas e conquistadores luso-brasileiros na Capitania de Goiás. O autor descreve elementos e valores da cultura portuguesa transplantados para Goiás, confrontando-os com o viver e agir dos grupos Karajá e Xavante na busca de compreender a dinâmica do contato. No referido trabalho, Abreu analisa como os elementos culturais europeus e indígenas conduziram as relações no contato. O autor consegue ver como se manifestaram nos contatos os conquistadores luso-brasileiros e os grupos indígenas em Goiás no século XVIII. Todavia, ele não se desvencilha da visão tradicional de história, segundo a qual o indígena torna-se uma vítima da força destruidora de seu modo de vida, de seu ser porque não tinha desenvolvimento tecnológico capaz de combater em igualdade o conquistador. Nas palavras do próprio Abreu (1992):

> [...] não havia por parte dos indígenas a menor chance de competir com o colonizador europeu, que possuía técnicas de guerra mais aprimoradas e uma organização político-administrativa superior, levadas a impor-se pelas armas (ABREU, 1992 p. 12).

Para Abreu, o europeu que funda o Brasil vem de uma sociedade estratificada, composta por estamentos quase imóveis e os imigrantes viam na colônia uma oportunidade de vencer tal imobilidade social pelo enriquecimento. Assim, na busca de seus objetivos, eles produziram uma sociedade opressora, na qual falar da relação entre indígenas e conquistadores luso-brasileiros "[...] é o mesmo que falar de conflitos, violências, opressões, revoltas e fugas" (ABREU, 1992, p. 155).

Com uma visão mais inovadora, sobre o contato entre os Xerente e os não-índios, tem-se a obra *Os caminhos do povo Akwen-Xerente: duzentos anos de contato*, de Lídia

Soraya L. Barroso (1997). Essa autora, mesmo sem ter conseguido escapar à cumplicidade dos conquistadores, constrói um perfil da luta dos Xerente diante do contato com os não-índios, a partir do século XVIII, e da luta pela preservação de sua cultura. Em um texto quase romântico, Barroso relata como os Xerente resistiram às invasões espaciais, ideológicas e políticas ou como se adaptaram a novos tempos e a lógicas diferentes de contato impostas pela sociedade circundante. Utilizando-se de fontes oficiais e memória dos mais velhos, a autora relata de maneira didática como os Xerente modificaram pensamentos e idéias ao optarem por um contato permanente com o conquistador.

Tem-se Mary Karasch (1997), com *Conflito e resistência interétnicas na fronteira brasileira de Goiás, nos anos 1750 a 1890*, que disserta sobre a relação entre os grupos indígenas e os conquistadores em Goiás. A autora analisa por que uma potência européia como Portugal fracassou na imposição de "[...] seu sistema de vida europeu, seus valores e objetivos de civilização e cristianização nas populações indígenas" (KARASCH, 1997, p. 31), ou como alguns "[...] povos conseguiram persistir e preservar suas línguas e culturas, apesar de mais de um século de conquistas violentas e esforços missionários" (KARASCH, 1997, p. 31-32).

Em outro trabalho, *Catequese e cativeiro: Política indigenista em Goiás (1780-1889)*, Mary Karasch (1992) discute a política indigenista, traçando um perfil da relação entre os conquistadores luso-brasileiros e os grupos indígenas. A autora enfocou que no final do século XVIII houve um esforço dos conquistadores luso-brasileiros de inculcar nos indígenas um modelo de vida cristã, ocidental e européia. Karasch argumenta, por fim, que os indígenas estavam em constante reação à conquista e colonização, porque (re)elaboraram diferentes estratégias de manutenção de sua cultura.

Por sua vez, ao terceiro grupo pertence Odair Giraldin (1997) e sua obra *Kayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil central*, um livro que investiga a

resistência dos Kayapó diante dos luso-brasileiros em São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, os contatos, os conflitos e a convivência entre ambos. Inovador na visão dos contatos entre luso-brasileiros e indígenas, Giraldin apóia seu trabalho em uma cuidadosa pesquisa documental que arrola dados lingüísticos, informações de viajantes, dados documentais e informações etnográficas, percebendo as ações e reações dos Kayapó em um processo histórico que os levou a sobreviver à colonização.

Já *Povos indígenas e não-indígenas: uma introdução à história das relações interétnicas no Tocantins*, também de Odair Giraldin (2002a), é um estudo da diversidade cultural tocantinense. Neste trabalho, o autor constrói uma apresentação histórica e antropológica sobre as formas de convivência dos grupos indígenas do antigo norte da Capitania de Goiás (hoje o Estado do Tocantins) com os conquistadores luso-brasileiros, ao longo da ocupação deste território pela população não-indígena. Com grande propriedade, Giraldin identifica os grupos indígenas presentes no norte da Capitania de Goiás do século XVIII até o atual Tocantins e aponta os principais eventos dos contatos entre os grupos indígenas e os conquistadores luso-brasileiros. Odair Giraldin (2001, 2002b) ainda tem outros trabalhos publicados sobre as relações entre indígenas e colonizadores em Goiás: *Fazendo guerra; Criando imagens: Estabelecendo identidades*, no qual discute a caracterização de ferocidade dada aos Kayapó pelos luso-brasileiros como uma elaboração do Outro para justificar suas ações e afirmar sua própria identidade e *Pontal e Porto Real: dois arraiais do norte de Goiás e os conflitos com os Xerente nos séculos XVIII e XIX*, cujo debate central é o uso da resistência *branca* aos ataques indígenas nos arraiais de Pontal e Porto Real como mito fundante da identidade dos nascidos na cidade de Porto Nacional.

Outra obra importante é *O povo invisível*, de Dulce Madalena Rios Pedroso (1994), livro em que a autora inquiriu as relações entre os Avá-Canoeiro e os conquistadores luso-brasileiros. Nesse livro, Pedroso apresenta um estudo introdutório

sobre os grupos indígenas de Goiás, com informações que contribuem muito para o conhecimento da história indígena no século XVIII. Dulce Pedroso merece outra referência pela metodologia adotada em seus estudos. De maneira conjunta, Pedroso utiliza recursos da antropologia e da história para relatar e discutir a trajetória de contato dos Avá-Canoeiro com os conquistadores luso-brasileiros. Nas palavras da autora, este trabalho "insere-se na abordagem etno-histórica" (PEDROSO, 1994, p. 12) e na pesquisa para sua realização foram utilizados registros oficiais, de viajantes, de cronistas e depoimentos orais com o objetivo principal de

> [...] colocar em evidência elementos pertinentes à reconstrução etno-histórica dos avá-canoeiros, tendo em vista uma periodização histórica contínua nos séculos XVIII e XIX. [...] Assim, o presente estudo procurou compreender, numa perspectiva etno-histórica, questões ligadas à origem do grupo, seu estabelecimento no alto curso do rio Tocantins, bem como o processo de ocupação colonizadora de seus territórios tribais e as conseqüências dessa ocupação para a sociedade dos avá-canoeiros (PEDROSO, 1994, p. 95).

Ainda merece destaque o recente livro de Juciene Ricarte Apolinário (2006), *Os Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão*. Uma obra alicerçada em uma substanciosa pesquisa documental e que vislumbra uma nova perspectiva de análise para a história dos Akroá no contexto do contato com os conquistadores luso-brasileiros. Apolinário rompe com o tradicionalismo das descrições do contato entre os grupos indígenas e os conquistadores luso-brasileiros para o período colonial ao pensar a resistência nativa como opções políticas e a *colaboração* e/ou *acomodação* como estratégias de sobrevivência na sociedade colonial. Destaca, também, as preocupações dos conquistadores em *domesticar* o *outro* representado pelo indígena sem, contudo compreender e respeitar sua cultura.

Antes Apolinário (2003), já havia escrito um artigo intitulado *A saga dos Akroá nas fronteiras do sertão*, no qual a autora já escreveu que o grupo Akroá "[...] conduzia as

ações políticas optando por essa ou aquela localidade, praticando ou sofrendo determinada reação dos não-índios e estabelecendo comportamentos de "pacificação" e de conflito com a sociedade envolvente" (APOLINÁRIO, 2003, p. 93).

Além das obras mencionadas, existem outras de cunho antropológico e etnográfico que trazem informações históricas, como introdução ou como uma explicação para esclarecer determinado contexto. São exemplos deste tipo de obras as de Agenor Farias (1990, 1994): *Fluxos sociais Xerente – Organização social e dinâmica das relações entre aldeias* e *Notícia histórica sobre os Akwen-Xerente*. Esses trabalhos trazem descrições de como ocorreu o processo de ocupação territorial. Nesses textos, Farias faz uma narrativa do contato entre conquistadores luso-brasileiros e indígenas, desde o século XVI, mostrando o caráter de invasão permanente promovido pelos primeiros sobre o espaço dos segundos. O autor destaca a região norte da Capitania de Goiás, hoje Tocantins, e os grupos de língua akwen, em especial os Xerente, apontando estratégias utilizadas para aproximação e controle dos indígenas por parte dos conquistadores.

Também *The Šerente*, de Curt Nimuendajú (1942), traz uma introdução histórica sobre os Xerente com informações etno-históricas muito significativas sobre esse grupo. O etnógrafo é autor também de *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*, que traz informações das localizações étnicas dos povos indígenas de Goiás, todavia sobre esse o próprio Nimuendajú (2002 [1942]) escreveu:

> [...] pela sua natureza o Mapa não pode representar um trabalho definitivo mas apenas uma tentativa que possa servir de base para trabalhos futuros. Devia ser completado e corrigido constantemente [...] qualquer pessoa com estudos etnográficos ou históricos regionais encontrará no Mapa erros e lacunas [...] (NIMUENDAJÚ, 2002 [1942], p, 37).

Não obstante essas observações feitas pelo autor sobre o mapa, seus trabalhos são importantes para a localização histórica dos contatos dos grupos Akroá, Xakriabá, Xavante e Xerente com os conquistadores.

Ainda se enumera para informações sobre os Xavante as obras:

Xavante: povo autêntico, de Bartolomeu Giaccaria e Adalberto Heide (1984), obra que descreve a organização social, a cosmologia, as atividades cotidianas e o modo de vida dos Xavante. Para qualquer trabalho historiográfico, se faz útil por descrever o período imediatamente posterior à pacificação promovida pelo SPI, revelando a continuidade das expedições punitivas, dos massacres, das transferências de território e das epidemias que reduziram parte do contingente populacional Xavante no século XX.

O Xavante e a política indigenista no Brasil nos séculos XVIII e XIX, de José Claudinei Lombardi (1985), trabalho que, nas palavras do autor, tem por conclusão que: "tratar as sociedades indígenas de forma autônoma constitui uma distorção da realidade, pois os indígenas se inserem no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil" (LOMBARDI, 1985, p. 1). A partir de um olhar marxista, Lombardi (1985) vê a ação colonizadora como uma força avassaladora que com seu sistema mercantil escravista subjuga os Xavante. E se estes não são totalmente expropriados deve-se a uma resistência indígena contra o sistema capitalista. Segundo Lombardi

> O caso dos Xavante evidencia que a expansão da colonização fez com que os índios formassem uma configuração social dependente dos interesses dos colonizadores. A supremacia destes imprimiu às relações entre índios e brancos um caráter essencialmente colonial, sendo regida pela oposição etnia colonizadora/etnia colonizada, que norteou a submissão dos Xavante aos interesses coloniais e, depois, nacionais. Estes processos representaram a subordinação das populações indígenas aos interesses do capital (LOMBARDI, 1985, p. 1).

Ao longo do trabalho, o autor busca discutir a inserção dos Xavante ao sistema capitalista em desenvolvimento no Brasil e o papel das instituições protecionistas enquanto aparelhos de interesses dos grupos dominantes do capitalismo (LOMBARDI, 1985, p. 14).

A sociedade Xavante, de David Maybury-Lewis (1984, [1967]) representa contribuição fundamental para o conhecimento sobre os Xavante e para a constituição da

etnologia indígena contemporânea que está sempre preocupada com temas clássicos, como parentesco, cosmologia e mitologia. Maybury-Lewis (1967), é considerado o primeiro a fazer um estudo etnográfico sobre os Xavante fazendo uso de um modelo explicativo que lhe possibilitou ressaltar as relações e os princípios organizacionais do sistema social e do pensamento desse grupo. Seu modelo teórico situa-se no quadro mais amplo das preocupações do "Harvard – Brazil Central Research Project", que se ocupou da análise dos grupos jê em geral, retomando, através delas, as discussões sobre as organizações duais e as alternativas metodológicas a sua análise (SILVA, 1980, p. 26). *A sociedade Xavante* é uma monografia construída segundo o modelo clássico da escola britânica e constitui o trabalho central de Maybry-Lewis (SILVA, 1980, p. 28). Apresenta um desenho explicativo da sociedade Xavante como um todo, isto é: como um sistema, a partir do estudo detalhado de seus sub-sistemas. Preocupa-se fundamentalmente com as linhas de segmentação responsáveis pela formação dos vários grupos sociais, principalmente linhagens patrilineares e grupos de idade. A maior contribuição do autor é a defesa de que conhecimento produzido pela academia sobre os grupos indígenas é o primeiro passo para que lhes seja restituído o respeito perdido no decorrer da história. O segundo seria a luta para que os modos de pensar e viver próprios desses grupos possa conviver plenamente no interior de uma sociedade estatal (SZTUTMAN, 2002, p. 453).

Como fontes sobre os Xerente listam-se trabalhos como:

Aspectos do contato e formas sócio-culturais da sociedade Akwẽ-Xerente, de Francisco Carlos de Oliveira Reis (2001). Este trabalho focaliza, além de algumas características da história do contato Xerente com a sociedade brasileira, as formas socioculturais desse grupo indígena. No que se refere às formas socioculturais, analisa os rituais de nominação e a onomástica Xerente. Cada uma dessas formas socioculturais é

analisada buscando-se apreender o agenciamento dos fatos do contato presidido pelos indígenas.

E os estudos de Maybury-Lewis (1990 [1965]). *O selvagem e o inocente*, fruto das pesquisas etnográficas do autor entre os Xerente e Xavante, esse livro alia a minúcia etnográfica ao tom biográfico, desvelando aspectos subjetivos da constituição da obra do autor.

Por fim, sobre os Xakriabá tem-se de Ana Flávia Moreira Santos (1997), *Do terreno dos caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xakriabá: as circunstâncias da formação de um povo. Um estudo sobre construção social de fronteiras*. Uma dissertação de mestrado cuja análise é a instituição da terra indígena xakriabá a partir da presença histórica dos Xakriabá em São João. A autora descreve e discute o processo de intensas reformulações simbólicas e negociação quanto aos significados atribuídos ao pertencer a uma terra e a um grupo específico - o *terreno dos caboclos* e o conjunto de seus moradores -, efetuados pelos Xakriabá buscando configurar uma fronteira, individualizadora de uma nova unidade social e política: os Xakriabá. Para isso Santos reconstrói o percurso histórico dos Xakriabá e os seus contatos com os conquistadores desde o século XVII.

Também de Ana Flávia Moreira Santos (1994) tem-se *Xakriabá: identidade e história*, um relatório de pesquisa publicado na *Serie Antropologia*, apresenta um levantamento de fontes e alguns apontamentos históricos sobre os contatos dos Xakriabá com os conquistadores.

Arrolada a bibliografia passam-se agora às fontes que formaram a base do presente trabalho. Há uma quantidade significativa de documentos datados do século XVIII oriunda dos documentos avulsos da Capitania de Goiás, micro-filmados no âmbito do "Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco". Essa gama de

documentos cobre o período de 1731 a 1822 e estão disponibilizados em CD-ROM, com microfilmes digitalizados dos originais do Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa.

Os trabalhos de organização e indexação deste material foram feitos pelos professores Antonio César Caldas Pinheiro, da Sociedade Goiana de Cultura, do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos e da Universidade Católica de Goiás, e Juciene Ricarte Apolinário, do Departamento de História da Universidade Federal do Tocantins. O trabalho de digitalização foi realizado sob a orientação dos técnicos do Arquivo Histórico Ultramarino e contou, também, com a participação das pesquisadoras: Érika Simone Carlos de Almeida, Maria Aparecida Vasconcelos Lopes, Paula Cristina Ramos Gonçalves dos Santos, Patrícia Alexandra Ramalho de Almeida e Tereza do Carmo Cação da Silva[1].

Dentre o montante daqueles documentos destaca-se um número significativo que pode dar suporte para um trabalho de história dos grupos indígenas e sua trajetória após a chegada dos luso-brasileiros, dos quais se pode enumerar os constantes nos quadros abaixo para o estudo dos grupos Akwen:

[1] TELES, José Mendonça; PINHEIRO, Antonio César Caldas; APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Catálogo de verbetes dos manuscritos avulsos da Capitania de Goiás existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*. Brasília: Ministério da Cultura. Goiânia: Sociedade Goiana de Cultura, 2001.

Quadro 1 - Correspondência de Governadores

Tipo	Remetente	Destinatário	Quantidade
Cartas	Luis de Mascarenhas	Reis D. João V e D. José, a Rainha D. Maria I e ao Príncipe Regente D. João.	5
	Marcos de Noronha		9
	Álvaro J. Xavier B. da Távora		3
	Luis da Cunha Meneses		1
	Tristão da Cunha Meneses		2
Ofícios	Marcos de Noronha	Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar	3
	Álvaro J. Xavier B. da Távora		8
	João Manuel de Melo		8
	José d'Almeida Vasconcelos		10
	Luis da Cunha Menezes		10
	Tristão da Cunha Menezes		6
	João Manuel de Menezes		2
	Governo Provisório		2
Ofícios	Álvaro J. Xavier B. da Távora	Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros	1
	João Manuel de Melo		2
	José d'Almeida Vasconcelos		1

Fonte: Documentos micro-filmados pelo Projeto Barão do Rio Branco.

Quadro 2 - Correspondência diversa de autoridades e pessoas do povo

Tipo	Remetente	Destinatário	Quantidade
Ofícios	Diversos	Reis D. João V e D. José, a Rainha D. Maria I e ao Príncipe Regente D. João.	13
	Diversos	Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar	13
	Tomé Joaquim de Costa Corte Real	João Manuel de Melo	1
	Sebastião José de Carvalho e Melo	José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho	1
	Venceslau Gomes da Silva	Álvaro José Xavier Botelho da Távora	1
	Luís Mascarenhas	João Pacheco do Couto	1

Fonte: Documentos micro-filmados pelo Projeto Barão do Rio Branco.

Quadro 3 - Documentação diversa da Capitania de Goiás

Tipo	Emitente	Fim	Quantidade
Carta Régia	D. José	Atitudes a tomar contra os Akroá, Xakriabá e Kayapó	1
Escrito	Francisco Tosi Colombina	Descrição dos aldeamentos do Duro	1
Procuração	Venceslau Gomes da Silva	Prestação de contas junto a Fazenda Real de Goiás	1
Provisões Reais	D. João V, D. José	Trato com os índios	5
Consultas e pareceres	Conselho Ultramarino	Sobre as hostilidades indígenas	4
		Defesa contra os indígenas	2
		Trato pacífico com os indígenas	2
Requerimentos	Diversos autores	Diversos	3
Certidões	Diversos	Diversos	3

Fonte: Documentos micro-filmados pelo Projeto Barão do Rio Branco.

Entre as fontes do século XVIII, também é significativo o conjunto de documentos publicado pela *RIHGB*, em 1918, com o título *Subsídios para a História da Capitania de Goiaz (1756-1806)*. Esse título, composto basicamente por correspondência de governadores da Capitania de Goiás, contém também tabelas estatísticas e comentários dos gastos e do desenvolvimento da economia, o que permite construir uma interpretação da visão administrativa das autoridades ligadas diretamente ao Reino português.

Aponta-se, também, o conjunto de cartas, ofícios e contratos transcrito e compilado por Antonio Brasil, em *Documentos históricos de Goiás*, publicados na *RIHGG*, em 1979 e as cartas publicadas nos números 4, 5 e 6 da *RAHE*, nos anos de 1982, 1983 e 1984, respectivamente. Esses últimos documentos, reunidos sob o título de *Cartas dos Governadores in registro do caminho novo de Parati*, foram transcritos pela paleógrafa Maria Carmem Lisita. Os dois grupos de documentos cobrem o período inicial da Capitania de Goiás e, em especial, o governo de Marcos de Noronha.

Por fim, tem-se o diário intitulado *Viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho, acompanhada de importantes documentos oficiais relativos à mesma navegação*, escrito em 1793 e publicado pela *RIHGB*, em 1891. Esta obra é um dos primeiros documentos que buscaram demonstrar a viabilidade da navegação dos rios Araguaia e Tocantins como vias de exportação de gêneros agropecuários para o Pará e Maranhão. O autor do diário faz referências aos grupos indígenas da região norte da Capitania de Goiás, com apontamentos sobre seus hábitos de trabalho e cultivo da terra. Villa Real informa que diversos grupos indígenas plantam milho, mandioca e legumes de diversas espécies e que com alguns incentivos poderiam plantar em maior abundância destinando um excedente para o abastecimento dos navegantes dos rios Araguaia e do Tocantins.

Três cartas de Francisco de Assis Mascarenhas iniciam o rol de fontes do século XIX. Estas cartas incluídas nos *Subsídios para a História da Capitania de Goiaz* somam-se a uma quarta, escrita por Mascarenhas quando deu posse do Governo da Capitania de Goiás a Fernando Delgado Freire de Castilho, em novembro de 1809. Esta última carta foi publicada pela *RIHGB*, em 1885. Nela, Mascarenhas descreve as condições dos aldeamentos em Goiás e dá sugestões a seu sucessor de como agir no trato com os grupos indígenas.

Algumas referências sobre os contatos entre indígenas e não-indígenas no norte de Goiás são feitas em *Memória em que se mostram algumas providências tendentes ao melhoramento da agricultura e comércio da Capitania de Goiás*, de Francisco José Rodrigues Barata, escrito em 1806. Esta memória foi publicada na *RIHGB*, em 1885, depois republicada em *Memórias Goianas I*, uma publicação da Universidade Católica de Goiás e do Centro de Cultura Goiana, em 1982. Francisco Barata, coronel de milícia no Grão-Pará, sugere, entre outras coisas para o desenvolvimento da Capitania de Goiás, a

ocupação das margens dos rios Tocantins e Araguaia, com povoamentos fixos. Indica para o efetivo desenvolvimento da região o *descimento*[2] de índios. Essa atividade seria desenvolvida com a concessão de benefícios para quem conseguisse efetivar tal empreitada reduzindo mais de 100 indígenas.

Tem-se, também, *Memória econômica e sobre o comércio ativo da Capitania de Goiás*, escrita pelo desembargador Joaquim Theotônio Segurado, em 1812. Esta memória do primeiro Ouvidor da Comarca de São João das Duas Barras (parte setentrional da Capitania de Goiás) teve publicação em *Memórias Goianas I*, em 1982. Esta obra oferece pouca informação sobre os indígenas de Goiás, mas soma-se à de Barata como aquelas que receitavam a navegação dos rios e o desenvolvimento da agricultura como a salvação econômica dessa Capitania. Os indígenas seriam fornecedores de braços para o trabalho nas roças ou nos barcos de transportes.

Outro documento útil à compreensão do contexto dos contatos é *Mapa da situação política, econômica, social, militar e religiosa da Capitania de Goiás*, escrita por Francisco de Assis Mascarenhas, em 1806, publicada em *Memórias Goianas I*, em 1982. Traz os números da tropa que combatia os criminosos e os índios em Goiás no final do século XVIII, além de informações sobre a administração pública das aldeias.

Ademais, as fontes bibliográficas constituem-se de *Memória sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz*, do Padre Luiz Antônio da Silva e Souza, trazida a público em 30 de setembro de 1812 e posteriormente publicada pela *RIHGB*, em 1879 e pela Universidade Federal de Goiás em 1967. As informações arroladas por Silva e Souza são importantes para o estudo da história de Goiás, sobretudo as que se referem às relações interétnicas no contato entre

[2] Descimento era o nome dado ao deslocamento de indígenas de suas habitações tradicionais para aldeamentos gerenciados por luso-brasileiros, em especial jesuítas.

conquistadores luso-brasileiros e indígenas. São fundamentais os dados relativos aos Akroá, Xakriabá e Xavante, e suas ações contra as povoações das minas em Goiás.

Outra obra significativa em informações é *Chorografia Histórica da Província de Goiás*, escrita por Raymundo José da Cunha Matos, que foi Governador das Armas de Goiás no início do século XIX. Cunha Matos compôs esta obra a partir de informações recolhidas por ele durante o ano de 1824, quando percorreu todas as povoações do território goiano. Publicada na *RIHGB*, nos anos de 1874 e 1875, a *Chorografia Histórica da Província de Goiás* é republicada pela SUDECO, em 1979. O trabalho de Cunha Matos é um importante levantamento do modo de vida da população de Goiás na virada do século XVIII para o XIX e um bom histórico de como se desenvolveram as povoações goianas.

É necessário mencionar também os *Annaes da Província de Goyaz*, de José Martins Pereira de Alencastre, escrito em 1863, publicado pela *RIHGB*, entre 1864 e 1865, obra reeditada e publicada em 1979, pela SUDECO. Alencastre, que foi presidente da Província de Goiás, escreveu os *Annaes.* a partir de memórias de diversos autores e documentos existentes em Goiás, o que lhe permitiu traçar um perfil substanciado do caminho percorrido pelos habitantes de Goiás, desde a chegada da bandeira de Anhanguera até os dias de seu governo (1861-1862). O autor, apesar de se prender muito aos atos dos governantes, descreve bem os acontecimentos e traz junto à obra a transcrição de vários documentos que permitem ter uma visão diferenciada dos acontecimentos históricos goianos. Esse trabalho de Alencastre é consulta obrigatória para qualquer pesquisador que queira escrever sobre a história de Goiás.

São obras importantes do início do século XIX aquelas dos viajantes europeus que visitaram a região do Brasil central. Entre eles, Auguste Saint-Hilaire (1975 [1847]), que em sua *Viagem às nascentes do Rio São Francisco* (tradução do francês *Voyages dans l'Intérieur du Brésil*, publicado em Paris, em 1847) faz um resumo histórico da Capitania

de Goiás com detalhes dos limites, superfície, vegetação, clima, população, administração, finanças, clero, instrução pública, forças militares, mineração, agricultura e meios de comunicação. Johann Emanuel Pohl (1976 [1832]), integrante da Missão Austríaca que veio ao Brasil por ocasião do casamento do Príncipe D. Pedro com a Arquiduquesa Leopoldina, em *Viagem no interior do Brasil*, escreve sobre os costumes, a gente, os administradores, as estradas e as cidades por onde passou em Goiás, durante o ano de 1819. George Gardner (1975 [1846]) em *Viagem ao interior do Brasil,* (traduzido do inglês *Travels in the interior of* Brazil) mais preocupado em identificar vegetais e animais desconhecidos, nos oferece informações úteis para o conhecimento do universo natural em que conquistadores luso-brasileiros e indígenas estiveram em contato durante o período da Capitania Goiás e faz um retrato detalhado da gente da terra. Os relatos de Saint-Hilaire, Pohl e Gardner escritos em forma de diários, deixam passar toda a impressão, opinião e interpretação de europeus diante de um mundo diferente do seu com valores e costumes diversos daqueles da Europa. A partir do estudo dessas obras torna-se mais fácil a percepção dos preconceitos ideológicos e culturais presentes nas fontes. Esses relatos por estarem menos comprometidos com os interesses da administração local servem de contraponto aos documentos oficiais.

No rol de viajantes tem-se, também, de Francis Castelnau (1949 [1844]), *Expedição às regiões centrais da América do Sul*; de Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius (1981) *Viagem pelo Brasil*; de Luiz D'Alincourt (1985) *Memórias sobres a viagem do porto de Santos a cidade de Cuiabá*; que por dificuldades de acesso e tempo não foram consultadas a contento para esse trabalho, mas que pelo leitura feita por outros autores contém muitas informações sobre os grupos indígenas de Goiás.

Quanto às fontes do século XX, lista-se: *Súmula de história de Goiás*, Americano do Brasil (1982 [1932]), como o título indica, realiza-se uma compilação de dados

históricos sobre Goiás, desde a bandeira do Anhanguera aos auspícios da República. E seguindo idêntico caminho *História de Goiás*, livro de Colemar Natal e Silva (2002 [1932]). As duas obras possuem mais características de relação de efemérides que de obras historiográficas.

Destaca-se a obra *O século de ouro em Goiás*, de Luis Palacin (1979), livro de leitura crucial para qualquer estudo do desenvolvimento da mineração na Capitania de Goiás. Palacin, um dos maiores historiadores de Goiás, faz ótima exposição do desenvolvimento da ocupação dos mineradores em Goiás. Descreve como se deu o avanço dos luso-brasileiros movidos pela ânsia de encontrar o ouro de aluvião às margens dos rios goianos. Esclarece os meandros da administração, a formação da população, a exuberância do fausto e os melindres da pobreza criados pela mineração em Goiás no século XVIII.

Em outro trabalho, Palacin, em parceria com Ledonias Franco Garcia e Janaina Amado (2001), reúnem em *História de Goiás em documentos. I-Colônia*, um número significativo de documentos para, por meio deles, apresentar um estudo da história de Goiás colonial, um trabalho importante pelos dados documentais trazidos a público. Ao que parece foi um livro escrito com a preocupação de despertar o interesse inicial pela pesquisa histórica. O conjunto de documentos transcritos nesse trabalho traz informações sobre bandeiras, núcleos urbanos, população, economia, administração colonial, indígenas e contatos interétnicos.

Por sua vez, em um trabalho anterior (SILVA, 2002), o autor dessa dissertação escreveu *Um olhar do contato: uma discussão da relação entre o colonizador e as comunidades indígenas do norte da Capitania de Goiás no século XVIII*. Nessa monografia se discutiu como os indígenas construíram formas de resistência que tinham um sentido cultural para eles. Portanto, agiam no contato e não apenas reagiam automaticamente à invasão dos luso-brasileiros.

Com caracteres mais gerais, tratando de assuntos específicos da história goiana, tem-se um conjunto de obras que não deixa de ser importante consultá-las para um entendimento mais amplo do contexto colonial.

Tem-se de Luis Palacin (1983), *Subversão e corrupção - um estudo da administração pombalina em Goiás*, um trabalho que revela como ocorreu a disputa pelo poder na Capitania de Goiás durante a administração pombalina em Portugal. As disputas pelo poder na Metrópole são transplantadas para Goiás. Esclarece interesses envolvidos em uma devassa executada sobre a administração de Álvaro José Xavier B. da Távora e como grupos no poder, ligados ao Marquês de Pombal, usam o pretexto da vigilância sobre os bens da Coroa para manobrarem contra seus rivais e manterem seus privilégios.

Temis Gomes Parente (1999, 2005) escreveu *Fundamentos históricos do Tocantins*, um trabalho que faz um criterioso levantamento documental e discute de forma processual a formação socioeconômica do norte da Capitania de Goiás (hoje Tocantins) no período da mineração (1749-1800). Discute também as relações entre índios, brancos e negros na formação da população nortista. E *O avesso do silêncio* a autora buscou mostrar e discutir os mecanismos de dominação masculina no século XIX e como em meio a esse universo as mulheres elaboraram formas de participação e resistência no norte goiano.

Por fim, de Juciene Ricarte Apolinário (2000) tem-se *Escravidão Negra no Tocantins Colonial: vivências escravistas em Arraias (1739-1800)* no qual a autora discute as formas de vivências dos escravos em Arraias, vila do norte de Goiás, com uma preocupação em recuperar os aspectos da cultura dos cativos e de refletir sobre os embates e negociações no cotidiano do sistema escravista.

O conjunto de fontes descritas neste capítulo fornece informações culturais e históricas a respeito dos grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá em diferentes

momentos do processo histórico de contatos com os conquistadores luso-brasileiros em Goiás. Essas fontes possibilitam ao historiador o desenvolvimento de estudos acerca das mudanças e permanências culturais, territorialidade, depopulação, identidade e etnicidade, entre outras possibilidades.

Entende-se, porém, que em qualquer pesquisa a seleção de fontes para a construção do conhecimento histórico pode ter problemas de fontes ou com as fontes. Assim, cabe ao historiador buscar nelas as *informações* procurando livrar-se da carga de ideologia e interesses contida nas mesmas. Isso porque, como nos lembra Thompsom (1981, p. 37-38), a fonte histórica existe de maneira primária, "[...] não para revelar seu próprio significado, mas para ser interrogada por mentes treinadas numa disciplina de desconfiança atenta". Assim "não há nada de errado em tentar ler nas entrelinhas [...]" (BURKE, 1992, p. 25) ou questionar de outra forma os documentos e fazer coisas diferentes com eles, como escreve Peter Burke (1992). Nessa perspectiva a quantidade e a qualidade das informações ou o resultado do trabalho do historiador dependeria de sua habilidade para investigar os fatos e questionar as fontes.

Deve-se então, o historiador, ter conhecimento conceitual e metodológico para o trabalho com fontes e conseqüente produção de conhecimento histórico, que deve considerar os limites das fontes, devendo o mesmo ter cuidado ao analisá-las. Além das preocupações usuais referentes à identificação do autor, de seu universo cultural, de seus possíveis interesses ao produzir o documento e da contextualização da narrativa, deve-se atentar para o fato de tratar-se de relações de contato entre grupos culturais diversos. Nesta configuração a etno-história, na maior parte das vezes, recorre à história do conquistador para tentar resgatar a história indígena (SCHUCH, 1995, p. 16), atividade na qual o uso de filtros deve ser muito bem utilizado, assim como a relativização cultural.

CAPÍTULO 2
OS GRUPOS OS XERENTE, XAVANTE, XAKRIABÁ E AKROÁ E OS CONTATOS NA CAPITANIA DE GOIÁS

Alguns historiadores já escreveram que os grupos indígenas da Capitania de Goiás teriam iniciado os contatos com os não-indígenas a partir do século XVI. Seriam contatos esporádicos com bandeiras[3] que buscavam braços para o trabalho por meio da preia do indígena, ou com os missionários que em nome da evangelização promoviam os *descimentos* (PALACIN, 1979; BERTRAN, 1988; SILVA, 1997). Em 1592, chega à região a primeira bandeira de preadora de índios chefiada por Sebastião Marinho. A essa se seguiram as de Domingos Rodrigues (1596-1600) que teria chegado ao rio Paraupava (Araguaia), a de Belchior Dias Carneiro (1606-1609) que chegou a cabeceira do mesmo rio. E depois a expedição de Martins Rodrigues (1608-1613) que atingiu a confluências dos rios

[3] Bandeiras eram grupos formados por homens armados que se constituíam tanto por iniciativa privada quanto por ordem dos governadores. Empresa conhecida desde o início da colonização do Brasil, serviu tanto para procurar ouro quanto para aprisionar índios. Em Goiás, também se chamavam bandeiras os grupos formados para os combates aos grupos indígenas considerados hostis.

Araguaia, Tocantins e Xingu, e a de André Fernandes (1613-1615) que percorreu o rio Tocantins, subindo depois o rio Araguaia até suas nascentes e indo por terra para a bacia do rio Prata (PALACIN, 1979; BRASIL, 1982).

Segundo Temis Gomes Parente (1999):

> Durante meados do século XVII, várias expedições percorreram Goiás, como a de Lázaro da Costa (1615-1618), a de Antonio Pedroso de Alvarenga, que se dirigiu até o Paraupava, regressando em 1618, a de Francisco Lopes Buenavides (1665-1666) e a de Antonio Pais (1671), cuja documentação é clara e confirma a intenção de atingirem os Guaiá (PARENTE, 1999, p. 36).

No século XVIII, o contato se acirra diante da avidez demonstrada pelos luso-brasileiros nas buscas realizadas à procura do ouro durante a mineração. Neste período, "com a descoberta das minas de ouro, ocorridas em Goiás por volta de 1722, ocorreu uma migração colonial acelerada para a região, fato já anteriormente verificado em Minas Gerais (1693) e Cuiabá (1718)" (GIRALDIN, 1997, p 31). Na segunda metade desse século, com a decadência das minas, a população que se ocupava na mineração direciona-se para outras atividades, os contatos continuam no desenvolvimento da pecuária e a implantação de fazendas de gado (PALACIN, 1979; CHAIM, 1987; PARENTE, 1999).

Como já foi dito, não se pode delimitar os territórios de habitação tradicional indígena com base em fontes documentais. Todavia, ao considerar as diferentes localizações dadas para as aldeias dos grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá, e as localidades nas quais houveram combates destes com os conquistadores no século XVIII, é certo a presença deles por todo o norte da Capitania de Goiás[4]. Nessa região aconteceu um avanço significativo da população conquistadora entre os anos de 1730 e 1750, como conseqüência de várias minas de ouro ali encontradas (PALACIN, 1979; BERTRAN, 1979; CHAIM, 1987; PARENTE, 1999). Procurou-se indicar o maior número possível de

[4] A região norte da Capitania de Goiás, hoje constitui o Estado do Tocantins, criado com a Constituição de 1988, constituindo uma nova unidade da Federação a partir de 1º de Janeiro de 1989.

localidades para que essas servissem como um elemento de localização e compreensão dos acontecimentos do contato e não como delimitantes do território pertencente a um ou outro grupo étnico.

Diferentemente da posição deste trabalho, vários historiadores procuraram definir um território para os grupos indígenas em Goiás. Eurípedes B. de F. e Abreu (1992) escreveu:

> [...] os Akroá viviam entre a região dos rios Tocantins e São Francisco, os Xerente e Xavante eram senhores absolutos do alto rio Tocantins. Já os Xakriabá (Schacriabá ou Schicriabá), dominavam o território das nascentes do Paranaíba até o médio São Francisco (ABREU, 1992, p. 93).

Dulce Pedroso (1994, p. 23), por sua vez, é mais detalhada na localização dos grupos Xerente e Xavante. Segundo essa autora, "os índios xavantes habitavam um território que compreendia regiões do alto e médio rio Tocantins e médio e baixo rio Araguaia" (PEDROSO, 1994, p. 23) e "os Xerente habitavam principalmente os territórios à margem direita do rio Tocantins. Ao norte, viviam nos territórios banhados pelo rio Manoel Alves Grande e, mais ao sul, ocupavam as terras que margeiam os rios do Sono e Balsas" (PEDROSO, 1994, p. 23).

Temos aqui um exemplo daquilo que vimos chamando a atenção como extremamente temerário sobre delimitar territórios indígenas a partir de fontes textuais deficitárias. A ocupação territorial elaborada por Abreu (1992) e Pedroso (1994) é fundamentada em documentação idêntica e em informações contidas nos trabalhos de Silva e Souza (1967 [1812]), Alencastre (1979 [1864]), Pohl (1979), Nimuendajú (1942), entre outros. Todavia, equivoca-se Abreu quanto ao domínio absoluto do alto rio Tocantins ser exercido pelos Xavante, pois, como se pode comprovar no trabalho de Pedroso (1994), ali também residiam os Avá-Canoeiro com expressivo domínio do território. Giraldin (2002)

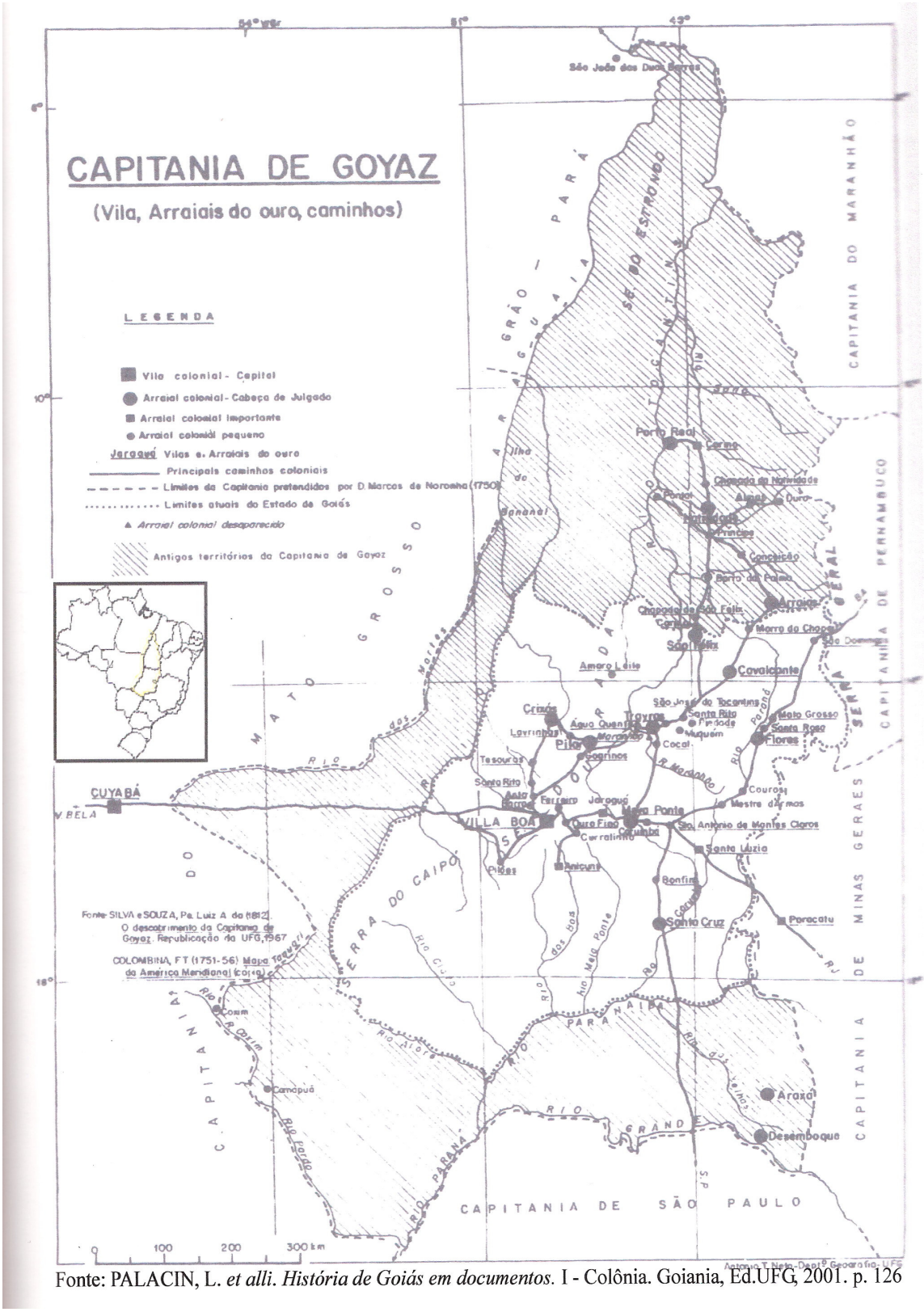
baseado nas mesmas fontes bibliográficas e em pesquisas de arquivo chega ao mesmo resultado para os Avá-Canoeiros.

Localizações dadas por fontes esparsas não podem delimitar um território específico para determinado grupo étnico também porque a territorialidade indígena difere daquela construída a partir do Estado Moderno e dos ideais burgueses onde terra é mercadoria e contém valor de troca (FARIA, 2003, p. 125). Para os indígenas, a terra apresenta-se como um bem material, espiritual e ilimitável sobre o qual se constroem suas representações cosmológicas e desenvolvem as atividades socioculturais. Um universo do qual, fontes textuais limitadas, não dão conta.

Outra perspectiva que deve ser considerada diante das contradições sobre localização apresentadas é a da existência de territórios interétnicos. Uma condição que levaria a disputas por ocupação de determinados espaços ou ao uso concomitante de determinados territórios. Essa situação ocorria, por exemplo, em áreas da ilha de Santana (hoje do Bananal) entre os grupos Xavante e Karajá que disputavam esse território (ALENCASTRE, 1863), provavelmente como terreno de pesca. Uma observação dos mapas com informações sobre a distribuição territorial e localização de grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá pode-se perceber que os espaços de ocupação deles não seguiam limites rígidos apresentando espaços de uso múltiplo.

Tem-se, portanto, um vasto território indígena composto de cerrado e matas, cortados por diversos rios e riachos onde a mineração de aluvião fez surgir diversos povoamentos. Localizava-se neste território as povoações mineiras de Maranhão (1730), Natividade (1734), Almas (1734), Crixás (1734), São José do Tocantins (1735), São Félix (1736), Chapada (1736), Carmo (1737), Pontal (1738), Taboca (1740), Príncipe (1740), Arraias (1740), Cavalcante (1740),

Figura 1: Povoamentos da mineração



Fonte: PALACIN, L. *et alli*. *História de Goiás em documentos*. I - Colônia. Goiania, Ed.UFG, 2001. p. 126

e Conceição (1741) (PARENTE, 1999)[5]. Os *descobertos*[6] mineradores produziram muito ouro e atraíram para essa região uma legião de aventureiros que criaram uma povoação descontínua, instável e de vida fervilhante, tumultuada e precária. Ao final do século XVIII e início do XIX, com o declínio da mineração, a navegação pelos rios Tocantins e Araguaia e o desenvolvimento do comércio com o Pará foram os objetivos pretendidos por administradores da Capitania de Goiás.

Sobre o empenho dos administradores nesse sentido Temis Parente escreveu:

> Bem clara a posição dos governantes com relação à capitania: mesmo enquanto durou a produção do ouro e esse metal garantiu as expectativas da metrópole, a região norte de Goiás só era contemplada com restrições e proibições, com o intuito de evitar o descaminho do ouro. A partir do momento em que o metal desaparece, todas as atenções voltam-se para o norte, visto agora como único meio de viabilizar uma saída para a crise que abatera sobre a região: o escoamento da produção agropecuária através da navegação fluvial e um estimulo comercial mais intenso em suas capitanias. (PARENTE, 1999, p.95).

Na rota de expansão da agropecuária e como habitantes das margens dos rios, os Xavante e Xerente viram seus territórios recortados pelas levas de conquistadores. Nesse período esses grupos sofreram influências dos aspectos socioculturais da sociedade conquistadora e tiveram seu território redimensionado pelos objetivos de atender às necessidades político-econômicas dos conquistadores.

As informações etnográficas sobre os grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá no século XVIII são incipientes e não nos permitem traçar um panorama destacado da cultura e das influências sofridas por esses grupos indígenas no contato. Talvez essa escassez exista por que na Capitania de Goiás não estiveram *observadores* atentos aos hábitos culturais ou preocupados com sua cosmologia dos grupos indígenas locais. Os jesuítas, que há muito Herbert Baldus (1979) os caracterizou como os produtores dos

[5] Ver maiores informações em Luís Palacin (1979); Luís Palacin, Ledônias Garcia & Janaína Amado (2001) e Parente (1999).
[6] Descoberto era o nome dado às localidades onde se encontra ouro.

"relatos mais extensos sobre os povos dos países recém-descobertos, relatos até hoje indispensáveis para o estudo destes povos" (BALDUS, 1979, p. 4) estiveram presentes na Capitania de Goiás por um pequeno espaço de tempo. A Companhia de Jesus teve em Goiás quatro padres que vieram com o primeiro Governador, Marcos de Noronha[7], em 1749. Dois ficaram responsáveis pela orientação dos Bororo, trazidos por Antonio Pires de Campos, de Mato Grosso, para a defesa do caminho de Goiás para São Paulo, enquanto outros dois, Bento Soares e José de Mattos, foram para a Missão do Duro, em 1751. Foram, entretanto, todos proibidos de trabalharem, em 1755, depois presos e remetidos a Portugal, em 1757 com a extinção da Companhia de Jesus (PALACIN, 1983; PALACIN; GARCIA; AMADO, 2001). Também os capuchinhos, elogiados por Puntoni (2002) pela diligência com que "retratavam os costumes, a cultura, a língua e o modo de vida dos índios" (PUNTONI, 2002, p. 83), não tiveram o mesmo cuidado com essas descrições em suas missões em Goiás.

Podem-se, todavia, apontar algumas informações sobre a agricultura como as levantadas por Abreu em relação aos Xavante que

> [...] tinham como forma de subsistência, a caça, a coleta e a prática de uma incipiente agricultura. Seus principais cultígenos eram a mandioca, o milho, o inhame, a batata-doce e, provavelmente, o algodão. Não se tem conhecimento de uma prática em alta escala de produtos de artesanato, com exceção das cestarias. Suas principais armas eram o arco, a flecha e a borduna, usados tanto para a guerra quanto para a caça. (ABREU, 1992, p. 100).

Também fazia parte do cultivo dos Xavante o feijão e a abóbora. Era, porém, o milho parte principal da alimentação. O preparo da lavoura ocupava quase sempre as matas de galeria. Era agricultura de coivara, em que limpeza da terra para as roças era feita ateando fogo na mata derrubada. O que não se queimasse era amontoado e queimado novamente. As sementes eram semeadas na clareira produzida pela queimada, assim que

[7] D. Marcos da Noronha foi o primeiro governador da Capitania de Goiás, seu governo foi de 8 de novembro de 1749 a 31 agosto de 1755 (ALENCASTRE, 1864).

iniciava a estação das chuvas. Possuía, ainda, os Xavante, um agudíssimo senso do comportamento da fauna e flora que os circundavam (ATAÍDES, 1998, p. 117).

Quanto às moradias, os Xavante construíam casas circulares dispostas em forma de ferradura. Com uma única entrada voltada para o centro da aldeia, cada casa possuía um único fogo comum a todos os moradores (ATAÍDES, 1998, p. 109). A disposição circular das casas também era uma prática dos Xerente, cujo semicírculo apresenta uma abertura voltada para o leste (NIMUENDAJU, 1942, p. 17).

As informações historiográficas a respeito dos Akroá indicam que esses plantavam roças e desenvolviam a caça, pesca e coleta e eram exímios construtores de balsas de toras de madeira, firmemente presas com cipó entrelaçado. Já os Xakriabá, além da caçarem, pescarem e coletarem, também praticavam a agricultura (SOUZA, 1978, p. 127, ALENCASTRE, 1864, ABREU, 1992, p. 102).

Os Xavante, os Xerente e os Xakriabá são conhecidos como jês centrais e sobre eles Julio Cezar Melatti (2002) escreveu:

> Diferentemente dos jês do norte, os centrais têm metades e clãs patrilineares. Entre os centrais também é acentuado o faccionalismo, o que os faz mais diferentes dos timbiras do que dos caiapós. Por outro lado, uma característica que lhes é comum são as longas expedições de caça e coleta, que os xavantes praticavam ainda na época de sua aproximação com os brancos, na década de cincoenta, quando os timbiras apenas lembravam delas como um costume do passado, e que os caiapós talvez ainda façam (MELATTI, 2002, p. 3).

Há informações de Nimuendaju (1942, p. 16-17) sobre a composição social dos Xerente, organizados em duas metades patrilineares, patrilocais e exogâmicas. A partir desta divisão são estabelecidos os casamentos, evitando o incesto e procurando manter o equilíbrio de poder entre os grupos. A regra de residência é uxorilocal: o genro mora na aldeia (ou no segmento residencial) do sogro. O ordenamento social está centrado na divisão em duas metades sócio-cosmológicas, as quais estabelecem entre si uma série de

relações expressas nos rituais, nos grupos cerimoniais masculinos, nos grupos de nominação, nas classes de idade, nos times esportivos e outros elementos organizados a partir de relações de parentesco.

Os Xerente exploravam o cerrado através da caça e da coleta, associadas a uma agricultura de coivara. Urbino Vianna (1928) escreveu sobre a agricultura xerente:

> As roças desses indigenas, apesar de pequena, é variada na cultura das qualidades. Plantam, em geral, mandioca, milho, banana, inhame, cará, batata, macaxera, feijão,fava, andu, mendobi, ananaz, mamão. Em maio começa a colheita e, concluída, fazem a festa, [...] (VIANNA, 1928, p. 42)

Contrariando a informação de Vianna temos dados de Giraldin (2002a, p. 141) que uma expedição que buscava combater os Xerente, composta por 271 homens, alimentou-se por 14 dias recolhendo mantimentos de uma roça desse grupo, restando ainda, parte da plantação que foi destruída pela tropa quando se deu sua retirada.

Assim, no território amplo sempre há condição básica de constituição e reprodução do grupo. Hoje, a identidade masculina Xerente ainda é diretamente associada à condição de "bom caçador", "andarilho" e "corredor" fornecendo ao indivíduo um *ethos* guerreiro (SILVA, 2000). A pesca constitui outra fonte de alimentos para os Xerente ao longo dos tempos. Na sua dieta básica itens como mel, frutos e raízes diversas são proporcionados pela coleta. Essa atividade é comumente praticada por todo o grupo por meio da qual também se obtêm as plantas medicinais, sementes e fibras para a confecção do artesanato.

Cabe aqui lembrar a perspectiva de Darell Posey (1986), em estudo sobre o manejo de recursos naturais pelas populações indígenas, no qual o autor demonstrou que grupos étnicos através do transplante de mudas das florestas para locais mais acessíveis criam depósitos de plantas úteis. Como exemplo cita os Kayapó do Pará que criam *ilhas* de recursos com plantas em meio ao cerrado. Essas *ilhas* seriam formadas com uma

diversidade, na qual, as árvores transplantadas iriam de frutíferas, que fariam parte da alimentação e atrairiam caça, a outras que serviriam para sombra e lenha.

Para Eduardo Góes Neves (2000), estudos dentro da concepção de que os grupos indígenas realizam manejo ambiental demonstram que

> [...] existe um gradiente sutil, e difícil de ser percebido pelo observador leigo, entre os domínios da sociedade – o espaço da comunidade – e a natureza, a floresta e as plantas e animais que nela vivem. É dentro desse gradiente, que inclui roças novas, roças antigas, roças abandonadas, os curso d'água, a floresta e suas trilhas que os recursos naturais são manejados (NEVES, 2000, p. 183-184).

Francisco Noelli (1993) seguindo essa perspectiva em estudo sobre os Guarani, escreveu:

> [...] os Guarani e outros povos agricultores não teriam uma postura passiva perante o ambiente, mas realizariam ativamente mudanças fitossociológicas com a inserção de vegetais úteis nos espaços de cultivo. Resíduos dessas alterações têm sido denominados de *florestas antropogênicas*, sendo, por exemplo, a existência de palmeiras e outros vegetais no seu interior o atestado de antigos locais de assentamentos humanos, pois as palmeiras nunca são encontradas no interior das florestas primárias (NOELLI, 1993, p. 296, grifo do autor).

E estudos como de William Balée (1984) já tinham demonstrado essa perspectiva e apontado que a concentração de espécies de plantas "úteis resultam, igualmente, do remanejo e manipulação do ecossistema para a formação de nichos ecológicos favorecedores da vida humana" (RIBEIRO, 2000, p. 199). A paisagem, portanto, não é natural, mas uma criação de grupos humanos "que modela um elemento material não domado completamente, mas transformado em objetivo cultural" (LOPES, 1998, p. 113).

Pesquisa recente tem apontado que os Xerente tem desenvolvido o manejo do capim dourado (*Syngonantus sp*) para a confecção de artesanato com fins de atender uma demanda criada pelo mercado regional. As sementes dessa planta têm passado por um processo de distribuição manual por parte dos integrantes de várias aldeias xerente com o

propósito de aumentar a quantidade de capim disponível. Esse manejo tem levado ao aumento significativo da confecção de artesanato com esse material, com maior valor comercial, em detrimento do uso mais tradicional da fibra e palha do buriti (*Mauritia vinifera*) (SILVA, 2005). O manejo dessa planta representa, parcialmente é claro, a capacidade modificadora dos Xerente sobre o conjunto arbóreo natural com a multiplicação arbitrária das plantas de interesse econômico. A perspectiva multiplicadora e de manejo pode ser dada a outras plantas de uso intenso pelo mesmo grupo indígena como o jenipapo (*Genipa americana*) e o urucum (*Bixa orellana*), usados para a pintura corporal. O buriti, base de artesanato e cestaria e que também tem seus troncos utilizados nas festividades e nas corridas de toras. O tingui (*Lupinus cacavela, Jacquinia tingui*), usado na pesca, com o qual se envenenam os cardumes. Essa planta apesar de matar os peixes não causa nenhum mal diagnosticado ao ser humano. E outras como o caju *(Anacardium occidentale)* e o murici *(Byrsonima sericea)* de consumo comum entre os indígenas. Essas plantas podem ser objeto de manejo ambiental, porém o assunto carece de estudos mais aprofundados. Todavia, atualmente exemplares delas podem ser encontrados com facilidade nos limites das aldeias, naquilo que seria um quintal de cada grupo familiar.

Pesquisas arqueológicas (PONTIM, 2005; MARTINS, 2005) favorecem a discussão sobre a ocupação e transformação do ambiente nos atuais estados de Goiás e Tocantins indicando-os

> [...] como uma região onde as populações indígenas pré-coloniais constituíram-se em assentamentos e desenvolveram atividades para a manutenção e sobrevivência dos grupos, em complexa interação com o meio ambiente, na busca e captação de recursos (PONTIM, 2005, p 42).

Informações corroboradas com as da existência de antrossolos ou *terras pretas de índio*, solos muitos férteis oriundos de manejo humano (PONTIM, 2005; MARTINS, 2005). Embora Francisco Noelli (2004) afirme: “No meu entender, ‘manchas pretas’ e algumas estruturas num sítio arqueológico só permitem concluir forçosamente que ‘elas

existem'" (NOELLI, 2004, p. 311), o mesmo autor ao escrever usa de analogia entre as *manchas pretas* e as informações etnográficas e afirma que essa prática

> [...] serviu para demonstrar o potencial para futuros desenvolvimentos desta perspectiva. Corretamente escavadas e contextualizadas, as estruturas detectadas servirão como medida às interpretações e às reconstituições etnoarqueológicas, a partir das inúmeras informações etno-históricas pertinentes [...] (NOELLI, 1993, p. 311).

Assim, com evidências arqueológicas e etnográficas, pode-se sugerir que parte do que todos conhecem como cerrado não seria apenas patrimônio ecológico, mas, também, patrimônio histórico. Isso porque "o homem organiza o seu território em função das suas necessidades vitais, mas respeitando um plano que lhe foi legado pelos seus predecessores [...]" (DUBY; LARDREAU, 1989, p. 53 *apud* LOPES, 1998, p. 113) e sobre ele age utilizando os recursos locais sob orientação de sua cultura.

2. 1. Os Xakriabá e os Akroá e o processo de contato na Capitania de Goiás

Os primeiros registros textuais sobre os contatos entre os Xakriabá e os luso-brasileiros datam do final do século XVII, momento em que a região do médio rio São Francisco passa a ser ocupada por não-indígenas de maneira mais efetiva, com o avanço da frente pastoril. Seguindo os cursos dos rios Itapicuru e São Francisco em um avanço pela região, que Capistrano de Abreu (1963) chamou de "sertões de dentro" (ABREU, 1963, p.147), as fazendas de gado ocupam todo o interior da Bahia, interior do Piauí, a localidade de *Pastos Bons* e rio Balsas no Maranhão indo até o Tocantins.

Segundo Ana Flávia M. Santos (1994), nesse período destaca-se o paulista Matias Cardoso de Almeida, que sendo

> [...] um dos primeiros *civilizados* a se fixar na área compreendida entre os atuais municípios de São Romão e Manga, Matias Cardoso

> teria aí encontrado os Xakriabá, a quem combateu e dominou, utilizando-os como mão-de-obra escrava na abertura de fazendas e na fundação do arraial de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos (SANTOS, 1994, p. 4, grifo da autora).

Ainda segundo informações de Santos (1994, p. 5), na segunda década do século XVIII, a ameaça iminente de um ataque dos Kayapó leva os Xakriabá a fazerem uma aliança com o filho de Matias Cardoso, o mestre-de-campo Januário Cardoso de Almeida. Para Cardoso de Almeida esse grupo serviria como tropa auxiliar em guerra contra os Kayapó e como compensação, nesta aliança, os Xakriabá

> [...] obtêm, além da *liberdade*, um lote de terras delimitado pelos rios Itacarambi, Peruaçu e São Francisco, pela Serra Geral e Boa Vista. A área coincidiria com os limites atuais do município de Itacarambi, onde hoje se localiza o Posto Indígena Xakriabá (SANTOS, 1994, p. 5, grifo nosso).

É bom destacar que liberdade nesse caso significava estar livre dos ataques da guerra ofensiva executada por Cardoso de Almeida.

A carta de doação é datada de 1728 e assinada por Januário Cardoso de Almeida, Administrador dos Índios da Missão do Senhor São João do Riacho do Itacaramby. Porém, ao que tudo indica nem todos os Xakriabá, que haviam combatido Matias Cardoso e tinham sido forçados a se retirarem para a região do rio Urucuia, dirigiram-se para a terra obtida através da aliança com Januário Cardoso. Um segundo grupo desses indígenas teria se deslocado ainda mais para oeste e seriam eles que estabeleceram contatos com os mineradores que vieram para Goiás.

Segundo Giraldin (2002, p. 114), em Goiás, os registros indicam que os Xakriabá estiveram em pelejas bélicas com os conquistadores desde que os primeiros mineradores chegaram a Natividade (1734) e Arraias (1740). Esses, juntamente com os Akroá, impendiam o trabalho dos mineradores no norte de Goiás, principalmente "[...] nos arraiais de Natividade, Terras Novas, Paranã e Remédios" (CHAIM, 1983, p. 112).

O primeiro aldeamento dos Xakriabá em terras da Capitania de Goiás aconteceu em 1751. Persuadidos com um misto de força e habilidade em negociar, coordenado por Venceslau Gomes da Silva, o grupo aceitou ser aldeado[8]. Para eles foi construído o aldeamento de São Francisco Xavier do Duro (GIRALDIN, 2002, p. 114; RAVAGNANI, 1987, p. 35; APOLINÁRIO, 2006, p. 115).

Para o aldeamento de São Francisco, construído no norte da Capitania, a leste do Rio Tocantins, segundo correspondência da época, foram levados mais de 250 Xakriabá[9]. São Francisco foi o primeiro aldeamento oficial destinado a indígenas do norte de Goiás, compunha com São José do Duro, edificado a duas léguas de distância para os Akroá, a Missão de São Francisco Xavier. Sobre esses aldeamentos Apolinário escreveu: "No primeiro aldeamento dos índios Akroá é descrito que contem 286 casas. O segundo aldeamento dos Xakriabá era composto de 396 casas" (APOLINÁRIO, 2006, p. 115). Habitações de condições precárias que, segundo João Manuel de Melo, eram

> [...] como as senzalas dos pretos que são feitas as paredes de umas redes de pau, com um pouco de terra amaçada, e cobertas de capim, a Igreja era da mesma sorte; só no quartel dos soldados onde assistia Wenceslau Gomes, e os Padres havia uma casa com telha, e paredes mais grossas[10].

Seguindo com as informações de como os indígenas viviam em péssimas condições, Mello escreve que em cada morada, chamada pelo governador de senzala, era acomodada uma família, sendo que cada membro só ocupava o lugar em que se deitava[11]. A Missão de São Francisco Xavier foi construída à custa dos moradores dos arraiais da

[8] Escrito de Francisco Tossi Colombina, de 1753, sobre os índios Akroá e Xakriabá. AHU_ACL_CU_008. Cx, 9, Doc. 617.
[9] Carta de D. Marcos de Noronha, para a Corte em 8 de setembro de 1753. AHE - GO. Correspondência dos Governadores. Livro 192. p. 135 e 136v.
[10] Carta de João Manuel de Melo, governador de Goiás de julho de 1759 a abril de 1770, ao Conde de Oeiras em 30 de Dezembro de 1760. "Subsídios para a história da Capitania de Goiaz". *RIHGB*. Tomo 84, 1918, p. 73.
[11] Carta de João Manuel de Melo, ao Conde de Oeiras em 30 de Dezembro de 1760. "Subsídios para a história da Capitania de Goiaz". *RIHGB*. Tomo 84, 1918, p. 74.

região, ocorrendo para tanto que cada pessoa devia pagar uma oitava[12] em ouro por escravo que possuísse [13]. Os gastos com estes aldeamentos consumiram ao todo 1.400 oitavas arrecadadas dos moradores e mais 300.000 cruzados da Fazenda Real[14], apesar das péssimas condições do estabelecimento já apontadas.

Em 1755, os Xakriabá ainda viviam no aldeamento de São Francisco Xavier do Duro. Entretanto, no final deste ano há testemunhos de atividades dos Xakriabá contra os moradores da região, o que indica haver ocorrido um abandono do aldeamento ou o não aldeamento de parte deste grupo indígena. No ano seguinte, São Francisco Xavier está em grave crise pela fuga dos indígenas. As fugas ocorriam principalmente em razão de os índios não concordarem com o regime de vivência estabelecido pelo regimento dos aldeamentos, o qual instituía muito serviço, devoção religiosa obrigatória e pouco descanso[15].

Chamado para conter a deserção dos Xakriabá, Venceslau Gomes da Silva tentou trazer de volta ao aldeamento os que tinham abandonado o estabelecimento e obteve algum êxito. Mas em 1757 os Xakriabá, em revolta conjunta com os Akroá, que estavam aldeados em São José do Duro, mataram 17 guardas em São Francisco Xavier e ambos abandonam os aldeamentos.

Em 1760, em nova tentativa, Gomes da Silva convence alguns Xakriabá a retornarem a São Francisco Xavier, porém vieram apenas velhos e crianças. A seqüência deste acontecimento é assim descrita por Marivone Chaim (1998):

---

[12] Oitava constituía uma antiga unidade de medida de peso, era a oitava parte da uma onça e equivalia a 3,586 gramas.
[13] Carta de D. Marcos de Noronha a João Caldeira Brant em 2 de janeiro de 1751. AHE - GO. *Correspondência dos Governadores*. Livro 1129–p. 118v.
[14] Carta de João Manuel de Melo, ao Conde de Oeiras em 30 de Dezembro de 1760. "Subsídios para a história da Capitania de Goiaz". *RIHGB*. Tomo 84, 1918, p. 73.
[15] Regimento de Noronha em Alencastre, 1863, p.130-132.

> [...] como resultado, ficava o aldeamento privado de mão-de-obra válida para os trabalhos agrícolas, impedindo o auto-abastecimento e acarretando maiores gastos com a sua manutenção. A partir de então, o núcleo começa a estagnar-se (CHAIM, 1983, p. 113).

A decadência era tanta que, em 1760, da companhia de 40 pedestres que cuidava da guarda dos aldeamentos de São Francisco Xavier e São José do Duro só restavam 3 e nenhum deles tinha sequer uma espingarda para a execução de sua tarefa. Na roça não havia um só instrumento de ferro utilizado no cultivo e na fazenda não existia uma única cabeça de gado[16].

Em 1762, uma aliança de Xakriabá e Akroá fugidos dos aldeamentos do Duro atacou os moradores das margens do rio Paranã (RAVAGNANI, 1987, p. 40), causando inquietação nos moradores do norte da Capitania e preocupação nas autoridades administrativas.

Todavia, os Xakriabá são novamente aldeados, em data ainda não identificada, pois em 1775 foi feita uma transferência de membros desse grupo indígena de São Francisco Xavier do Duro para Santana do Rio das Velhas, no sul da Capitania de Goiás[17]. Segundo Silva e Souza (1967, p. 61), esse aldeamento foi criado em 1750 para alojar os Bororo trazidos do Mato Grosso por Antonio Pires de Campos, cujo grupo seria responsável por auxiliá-lo na vigilância do caminho de São Paulo para Goiás combatendo os Kayapó. No entanto, já havia se esvaziado e recebeu cerca de duzentos Xakriabá. Pelas informações de Alencastre (1864, p. 308-309), os indígenas transferidos por ordem do governador José de Almeida Vasconcelos[18], teriam função semelhante a dos Bororo,

[16] Carta de João Manuel de Melo, ao Conde de Oeiras em 30 de Dezembro de 1760. "Subsídios para a história da Capitania de Goiaz". *RIHGB*. Tomo 84, 1918, p. 67.
[17] Vale ressaltar que o aldeamento de Santana do Rio das Velhas ficava em um território hoje pertencente ao Estado de Minas Gerais, e atualmente é a cidade de Indianápolis. Ver Giraldin (1997, p. 89).
[18] José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho, o Barão de Mossâmedes, governou Goiás de julho de 1772 a maio de 1778 (GIRALDIN, 1997).

proteger as tropas de comércio que iam a Minas Gerais servindo de barreira contra os ataques dos Kayapó.

Em 1821 havia em Santana do Rio das Velhas 84 homens, 90 mulheres e 88 crianças xakriabá, perfazendo um total de 262 pessoas e, segundo Saint-Hilaire (1975, p. 275), não falavam mais a língua xakriabá. Uma informação que pode ser entendida como fruto de uma pequena estada desse naturalista entre aquele grupo indígena, existindo ainda a possibilidade desses não terem se manifestado em sua língua materna por opção.

Por fim, Pedroso (1994), indica que no início do

> [...] século XIX, há notícias deles vivendo na Bahia. Spix e Martius viajaram pela região ocidental deste estado, entre os anos de 1817 e 1820, e registraram a existência de um grande número de xacriabás habitando regiões não povoadas entre as nascentes do rio Gurguéia e do rio Grande, afluente do rio São Francisco. [...] Uma correspondência do capuchinho frei Cassimiro de Militelo informa que, em 1872, havia índios vivendo ainda autônomos no alto rio Preto, na região vizinha à fronteira com Goiás, os quais, através de alguns poucos vocábulos, indicavam ser xacriabás (PEDROSO, 1994, p. 22).

As fontes textuais consultadas na execução deste trabalho não apresentam informações sobre os Xakriabá dentro dos limites da Capitania de Goiás, após 1872, porém alguns historiadores (GIRALDIN, 2002, p. 115) têm feito relações do grupo indígena dessa localidade com os Xakriabá que atualmente habitam a região noroeste do estado de Minas Gerais.

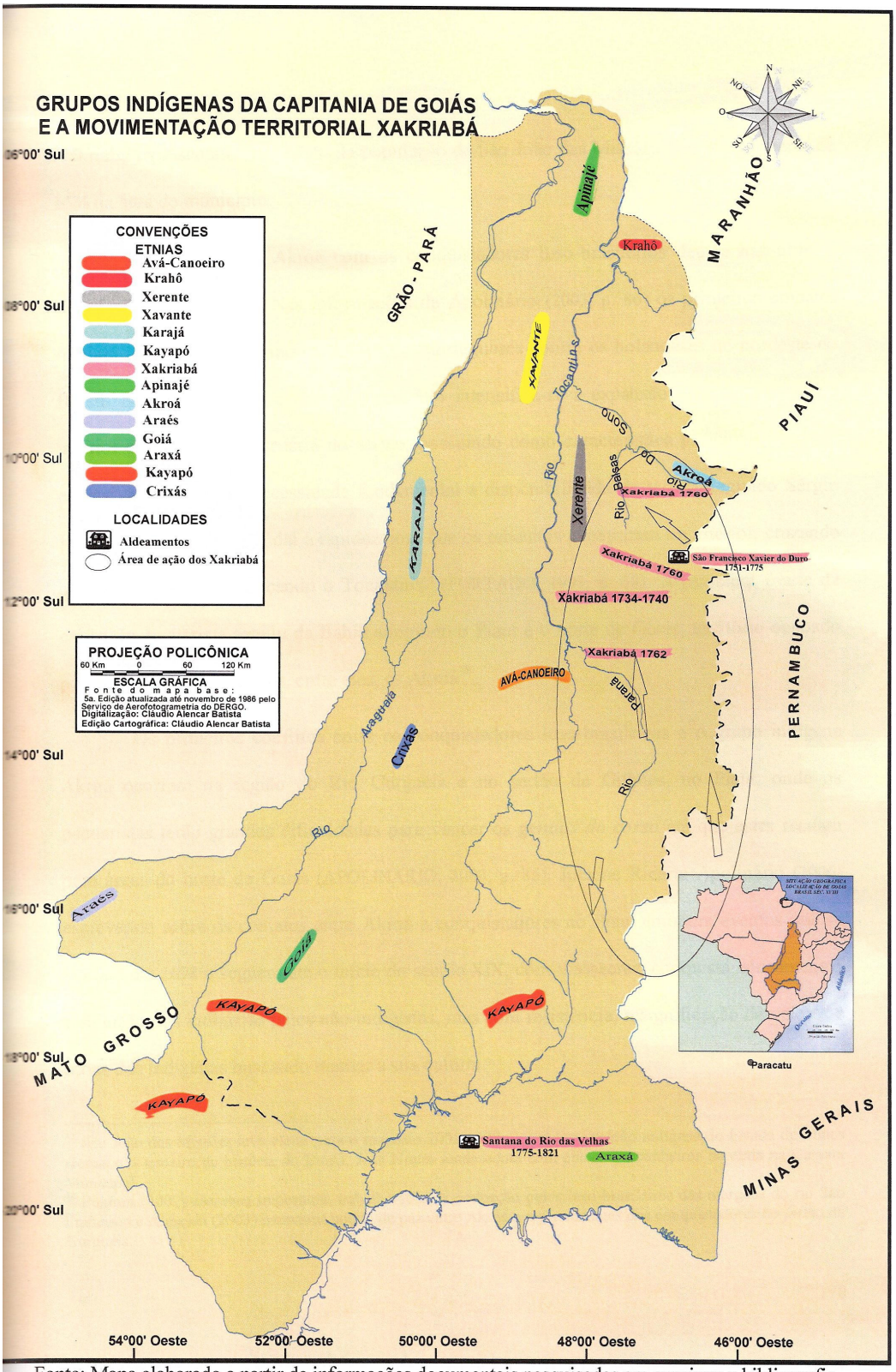
Ana Flávia Santos (1997, p. 13), por sua vez, apresenta aquele povo como fruto de um processo de *emergência étnica* proporcionado por remanescentes indígenas da Missão do Sr. São João do Riacho do Itacaramby, local que hoje é a cidade de Manga, em Minas Gerais. Segundo essa autora, a luta vital dos Xakriabá aldeados em São João tem sido a luta pela posse da terra, a qual consistiu, também, em fato essencial em sua história pós-contato. Depois de terem seu território reduzido à faixa de terra doada em 1728, os Xakriabá assistiram à progressiva expropriação de suas terras nos séculos XIX e XX.

Apesar do reconhecimento legal do termo de doação com registro no cartório de Ouro Preto, efetivado no ano de 1856, vários foram os momentos, nesse processo, que os índios se vêem forçados a recorrer ao Governo central ou à justiça para terem garantidos seus direitos (SANTOS, 1994, p. 8-9).

Os Xakriabá como um grupo étnico sujeito de seu tempo vivenciou as contingências do contato. Constituíram um grupo que resistiu à conquista, aliou-se a outros grupos indígenas para a guerra contra o luso-brasileiro e ao conquistador para as lutas intestinas com grupos rivais. A partir da observação do mapa (Figura 2) de ação dos Xakriabá percebe-se que esse grupo esteve vivenciando as diferentes etapas dos contatos em Goiás e, conduzindo suas ações no espaço em foi possível manter sua sobrevivência.

Os Xakriabá, depois de muitas batalhas, perdas (inclusive de sua língua, da qual só restam alguns vocábulos utilizados conjuntamente com o português) e readaptações, é hoje um grupo que vive na Terra Indígena Xakriabá, de 46.415 ha. De acordo com Santos (1997, p. 13), constitui uma população com mais ou menos 6.000 pessoas, residindo em 33 aldeias. Os

Figura 2: Mapa da movimentação Xakriabá



Fonte: Mapa elaborado a partir de informações documentais pesquisadas em arquivos e bibliografia
Elaboração: Cleube Alves da Silva

Xakriabá representam quase 70% da população de São João das Missões[19] e ocupam perto de 65% da área do município.

O encontro dos Akroá com os conquistadores luso-brasileiros deu-se nas últimas décadas do século XVII. Nas informações de Apolinário (2003, p. 86) os primeiros embates iniciam logo após o término da guerra dos portugueses contra os holandeses no nordeste do Brasil. Isso porque após o fim deste conflito intensifica-se a expansão da pecuária para o interior nordestino. A pecuária do sertão, possuindo como característica principal a criação extensiva, tinha como necessidade fundamental a disponibilidade de terras. Segundo Sérgio Furtado (1991), vem "[...] daí a rapidez com que os rebanhos penetraram no interior, cruzando o São Francisco e alcançando o Tocantins" (FURTADO, 1991, p. 58). A principal frente de expansão pecuarista seguiu da Bahia atingindo o Piauí e o norte de Goiás, território ocupado por diversos grupos étnicos, entre eles, os Akroá[20].

Os primeiros conflitos entre os conquistadores luso-brasileiros e o grupo indígena Akroá ocorrem na região do Rio Gurguéia e no sertão de Gilbués, no Piauí, onde os pecuaristas terão grandes dificuldades para vencer os *gentios do corso* até que estes recuam para áreas do norte de Goiás (APOLINÁRIO, 2003, p. 86). Juciene Ricarte Apolinário (2006) escrevendo sobre os contatos entre Akroá e conquistadores no Piauí enumera eventos que se iniciam em 1698 e seguem até o início do século XIX, com massacres, conquista, aldeamentos e sujeição dos indígenas pelos não-indígenas, mas com resistência, resignificação de valores e ações dos indígenas buscando manter a sua cultura.

Em Goiás os primeiros contatos entre Akroá e conquistadores acontecem em 1697 com tentativas de implantação de fazendas de gado na região de Terras Novas, tentativa

[19] São João das Missões teve eleito para o mandato 2005/2008 o primeiro prefeito indígena do Estado de Minas Gerais e o terceiro da história do Brasil, José Nunes ainda conta com cinco companheiros de etnia na Câmara Municipal.

[20] Puntoni (2002) escreveu importante trabalho sobre a ocupação pelos luso-brasileiros das margens do rio São Francisco e Almeida (2003) menciona acerto de paz entre Akroá e representantes dos conquistadores no sertão do Gurguéia.

rechaçada pelos indígenas. Contudo os conquistadores voltam à carga e em 1730, com Manuel da Costa Madureira que veio de Pernambuco com gado para estabelecer-se em Terras Novas. Desta vez, após 2 anos de luta, os Akroá são vencidos.

No ano 1744, apresentam-se notícias dos Akroá na documentação oficial administrativa. O momento demonstra que os Akroá trazem grande preocupação a administração das Minas de Goiás, a qual busca meios para *domesticá-los* diante do combate ferrenho que os indígenas faziam aos mineiros[21]. Os Akroá desde o ano anterior atacavam as povoações de Remédios, São Félix e Natividade, seguindo também no ano de 1744 a ataques aos arraiais de Terras Novas e a Paranã[22].

A primeira determinação para atacar os Akroá partiu do Intendente e Provedor Real das Minas de Goiás, Manuel Caetano Homem de Macedo que, em 1745, determinou que o Capitão-mor, Antonio Gomes Leite, formasse uma expedição contra os Akroá-Assú[23]. Em 1747, os Akroá causam inquietações nos caminhos das minas de Goiás[24] e despertando, então, a preocupação em *domesticar* e doutrinar aqueles que se localizavam nas proximidades de Natividade e Remédios[25]. Em 1749, o Governador de Goiás, Marcos de Noronha, reclama da falta de aldeamentos que contivesse as investidas dos Akroá.

O Governador Marcos de Noronha comenta os resultados da expedição de Gomes Leite em carta ao rei D. José, em 1751. Noronha informa que Gomes Leite teria acertado uma capitulação pacífica com os Akroá, mas depois esses índios teriam se rebelado, pois os *brancos* não haviam cumprido os termos da capitulação, tendo-os atacado e matado um

[21] Carta do Ouvidor de Goiás, Manuel Antonio da Fonseca, ao rei D. João V, em 25 de agosto de 1743. AHU_ACL_CU_008. Caixa 03. Doc. 227.
[22] Carta do Governador e Capitão General de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, ao Rei D. João V em 23 de agosto de 1744. AHU_ACL_CU_008. Caixa 03. Doc. 254.
[23] Carta do Intendente e Provedor Real de Goiás, Manuel Caetano Homem de Macedo ao rei, D. João V, em 13 de setembro de 1745. AHU_ACL_CU_008. Caixa 03. Doc. 281.
[24] Requerimento do administrador dos contratos das entradas de Minas de Goiás, José Pinto de Azevedo ao Rei, D. João V, em 23 de fevereiro de 1747. AHU_ACL_CU_008. Caixa 04. Doc. 326.
[25] Provisão do rei D. João V ao Provincial da Companhia de Jesus da Província do Brasil, em 18 de julho de 1747. AHU_ACL_CU-008. Caixa 04, Doc. 344.

grande número deles, além de escravizarem seus filhos. O Governador afirma que esse seria o motivo pelo qual esse grupo indígena continuava atacando os arraiais de Natividade, Remédios, Terras Novas e Paranã, "[...] matando brancos e negros, destruindo roças e roubando gado"[26].

O cartógrafo Francisco Tossi Colombina credita a persuasão dos Akroá a Wenceslau Gomes da Silva, que os teria aldeado em São José do Duro, em 1751[27]. Três anos depois, Gomes da Silva encarrega José Antonio Pereira da Silva da prestação de contas, junto à Fazenda Real, das despesas realizadas por ele com o estabelecimento e sustentação das aldeias de São Francisco e São José do Duro[28]. O aldeamento de São José estava localizado na "[...] região situada na altura dos rios Paranã e Manoel Alves, afluentes do rio Tocantins" (MELATTI, 1967, p. 24). Esta primeira edificação do Duro chegou a ter, em 1753, 600 indígenas. Ela, porém, foi atingida por uma epidemia de sarampo "[...] de tão ruim qualidade que dentro de poucos dias tirou a vida de 150" indígenas (LEITE, 1938, p 208, *apud*, RAVAGNANI, 1987, p. 36). Ao todo morreram mais de 500 pessoas do aldeamento (RAVAGNANI, 1987, p. 37). As que escaparam da morte fugiram para os matos (PEDROSO, 1994, p 22) "[...] culpando os brancos pela morte de seus irmãos" (CHAIM, 1983, p. 115).

Tem-se, entretanto, no mesmo ano de 1753, uma provisão do rei D. José ao governador de Goiás, Marcos de Noronha, pela qual o rei ordena que se ajuste com o Capitão-Mor Antonio Gomes Leite a redução pacífica dos Akroá[29]. Todavia, não se sabe dos trâmites em que ocorreu este processo, nem se Gomes Leite comandou uma segunda

[26] Carta do Governador Capitão General de Goiás, Conde dos Arcos, D. Marcos, ao rei D. José em 10 de fevereiro de 1751. AHU_ACL_CU-008. Caixa 06. Doc. 466.
[27] Escrito de Francisco Tossi Colombina, de 1753, sobre os índios Akroá e Xacriabá. AHU_ACL_CU-008. Caixa 09. Doc. 617.
[28] Procuração de Venceslau Gomes da Silva a José Antonio Pereira da Silva. 20 de outubro de 1754. AHU_ACL_CU-008. Caixa 11. Doc. 669.
[29] Provisão de 31 de maio 1753, do rei D. José ao Governador e Capitão General de Goiás, Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha. AHU_ACL_CU-008. Caixa 08. Doc. 576.

expedição com o fim de *pacificar* os Akroá. Foi, no entanto, Venceslau Gomes da Silva que, contratado à custa dos moradores de Natividade e Terras Novas, conseguiu levar novamente os Akroá ao aldeamento.

Em 1757, os Akroá se revoltam e, em uma ação conjunta com os Xakriabá, matam 17 guardas de São Francisco Xavier do Duro, ou Formiga, e "[...] reiniciam os ataques aos arraiais de Natividade, Carmo, Chapada, Taboca e Almas, agora mais temíveis porque tinham aprendido a usar armas de fogo e as possuíam" (RAVAGNANI, 1987, p. 37). Mais uma vez, Venceslau Gomes da Silva saiu no encalço dos Akroá conseguindo reconduzir os *rebeldes* ao aldeamento, mas eles se rebelam novamente e, em 1759, retornam ao seu território tradicional (RAVAGNANI, 1987, p. 37; PEDROSO, 1994, p. 22).

Na época houve denúncias de que tais revoltas foram fomentadas pelos jesuítas por insatisfação com as interferências na administração dos aldeamentos por parte de Venceslau Gomes. Fato que teria gerado muitos conflitos entre este e os padres e o capitão (RAVAGNANI, 1987, p. 37). Isso porque a administração temporal do aldeamento era dividida entre Gomes da Silva e os jesuítas Bento Soares e José de Mattos, sendo que este último ocupava o cargo de superior da Missão de São Francisco Xavier do Duro. Palacin (1983, p. 10) informa que mesmo possuindo a administração temporal das aldeias, Gomes da Silva tinha que submeter as contas à aprovação do padre. Essa situação administrativa era o estopim para atritos. Na troca de acusações os jesuítas creditaram a Venceslau Gomes o costume de aproveitar-se das índias e de com isso gerar revoltas (RAVAGNANI, 1987, p. 39). Os padres são acusados de mau versação de verbas dos aldeamentos e negligência na civilização dos indígenas. Em 1758, os jesuítas são cassados em sua administração e, em 1759, são presos e remetidos a Portugal (PALACIN, 1983).

Em 1760, na corrente de acusações contra os jesuítas, o governador de Goiás, João Manuel de Melo descreve a situação do aldeamento do Duro e informa que os Akroá e

Xakriabá eram sustentados pela Fazenda Real e que "[...] nenhum deles quis aprender ofício nem cultivar as terras". O governador culpa os jesuítas pelo fracasso em *civilizar* os indígenas e acrescenta que os padres a "[...] quem estava entregue a sua administração, em vez de os instruírem nos dogmas da fé lhes davam ampla licença para continuar nos costumes da sua antiga barbaridade"[30].

Durante a administração de João Manoel de Melo, aliado do Marquês de Pombal, os missionários jesuítas foram acusados de falhas, abusos de autoridade, desvios de verbas, entre outras coisas (RAVAGNANI, 1987, p. 38), mas, segundo relatório final de uma devassa feita pelo sindicante desembargador Manoel da Fonseca Brandão, transcrito por Luis Palacin (1983) em estudo sobre a corrupção em Goiás colonial, nada foi provado contra os jesuítas.

Durante a devassa também são analisados por Brandão os gastos com aldeamentos realizados durante a administração do governador Álvaro José X. B. da Távora. Ao não encontrar indícios de fraude o desembargador chega ao seguinte parecer final:

> E todas estas despesas aprovou S. Majestade por resolução suas de 14 de maio e 18 de dezembro de 1753 e outras, ordenando se continuasse as das Aldeias do Índios regulados pelo prudente arbítrio do Conde dos Arcos, no tempo do qual se pagaram 55958 oitavas e 72 grãos de ouro, por conta de todas aquelas despesas; e no do Conde de S. Miguel 10811 oitavas e 60 grãos e 5 décimos; e no de João Manuel de Mello 11857 oitavas e 20 grãos. Não se prova, porém, que nos pagamentos destas despesas houvesse roubos, para os quais concorresse ou neles consentisse o Conde de S. Miguel, e é sem fundamento a suspeita que inculca João Manuel de Mello neste capítulo (PALACIN, 1983, p 106-107, grifo nosso).

Observe que os gastos realizados por Melo é maior que os feitos por Távora. Segundo Palacin, as acusações de corrupção levantadas por João Manoel de Melo contra Álvaro José da Távora e contra os jesuítas em Goiás eram um reflexo das disputas de poder

[30] Carta do Governador João Manuel de Melo ao Rei em 29 de Maio de 1760. Subsídios para a história da Capitania de Goiaz. *RIHGB*. Tomo 84, 1918, p. 59.

que se travavam na metrópole, de onde o Marquês de Pombal e seus aliados procuravam eliminar dois adversários em só lance: alguns integrantes da Companhia de Jesus e um membro da família Távora rival dos Carvalho na luta pelo poder em Portugal (PALACIN, 1983).

Com corrupção, ou não, as condições dos aldeamentos pioravam com a fuga dos indígenas. E esvaziava de tal forma que o Governador João Manuel de Melo, em 1760, assim descreve São José do Duro: "[...] segundo um rol que me apresentou o Capitão tem sessenta índios incluindo os dois sexos, mas tudo gente velha, ou muito moça". Informa ainda Melo que não havia nem mais uma roça sendo cultivada ou uma cabeça de gado na fazenda constituída para o aldeamento[31].

Em 1775, os Akroá voltaram a ser aldeados em São José de Mossâmedes, localizado na Serra Dourada a oito léguas de distância de Vila Boa de Goiás. Mossâmedes foi o mais expressivo aldeamento construído em Goiás no período colonial. Sobre sua construção e finalidade, seu edificador, José de Almeida Vasconcelos, escreveu:

> [...] concebi a necessidade de fazer à primeira nação dos acoroás[32] um estabelecimento regular e permanente, que fizesse invejar de todos os indios silvestres, que de visita sahissem ao povoado, servindo como de universidade aos que quizessem aldear; escolhendo a este fim uma paragem agradável de campo, boas águas e muitos matos: delineei um edifício regular, cuja planta pretendo ter a honra de fazer presente a S. M. Fidelíssima, passando a estabelecer grandes roças, uma boa fazenda de gado vaccum, e as manufacturas que o numero dos habitantes podia animar, e que se faziam compativeis com a abundancia dos generos comestiveis (ALENCASTRE, 1864, p. 306).

O aldeamento de São José de Mossâmedes, mesmo possuindo condições suntuosas para a época, com construções ao modelo europeu, não seduziu os Akroá nem impediu que se dispersassem. Em 1780, apenas 150 deles viviam nesse local. Ao visitar o

[31] Carta do Governador João Manuel de Melo ao Rei em 23 de Dezembro de 1760. Subsídios para a história da Capitania de Goiaz. *RIHGB*. Tomo 84, 1918, p. 67.
[32] O termo acoroás não faz referência aos Akroá, seria mais aplicado aos Xavante, provavelmente isso se deve a um desconhecimento do governador ou seu desejo de aldear esse grupo o que não conseguiu.

Mossâmedes, em 1818, Pohl (1976) descreve a edificação do aldeamento e a destinação aos Akroá, entretanto não assinala a presença de indígenas desse grupo nesse aldeamento.

A última informação documental sobre os Akroá foi dada em 1823 por Cunha Matos (1874 [1824], p. 356), neste ano, esse grupo tinha apenas 49 indivíduos em São José do Duro. As fontes textuais, pelo menos no conjunto que se pôde consultar neste trabalho, não apresentam dados a partir dos anos de 1830, para esse grupo étnico que assumiu ao longo dos séculos XVII e XVIII a tarefa de resistir belicamente à invasão do conquistador luso-brasileiro. Como já foi escrito, os Akroá são historicamente dados como extintos (GIRALDIN, 2002, p. 115; PEDROSO, 1984, p. 22; CHAIM, 1983, p. 50), uma posição perigosa e que deve ser relativizada. Se no tempo presente não existe nenhum que seja denominada ou auto se denomine como Akroá, isso não implica uma situação de extinção. Exemplo contundente é o do fenômeno da *emergência* de grupos indígenas, em especial no nordeste, considerados desaparecidos e que têm protagonizado um processo de *emergência* de novas identidades, bem como da reinvenção de outras já reconhecidas (OLIVEIRA FILHO, 1998). Também é importante destacar o que escreveu Basílio de Magalhães:

> Desaparecida está a interessante tribu dos *acroás-mirins*, a qual é tradição haver-se cruzado, desde meiado do século XVII, com *cherentes* e *caraôs*. Esse próprio caldeamento é, por si só, entre tribus endogamicas, demonstração segura do intimo parentesco existente entre *acroás-mirins*, os *cherentes* e os *caraôs*. (MAGALHÃES, 1928, p. 24, grifo do autor)

Se o *caldeamento* é demonstração segura de parentesco ou se essa *tradição* possuía algum fundamento histórico ainda não foi possível verificar. Entretanto, essa é uma perspectiva possível pelas semelhanças culturais entre os akroás e xerentes? Constituiria essa probabilidade uma hipótese para pesquisas futuras? Curt Nimuendajú (1942, p. 19) escreveu sobre tribos adicionadas às metades xerente como novos clãs, todavia

Apolinário escreveu em afirmando que os Akroá não possuíram afinidades com os Xakriabá, Xavante e Xerente (APOLINÁRIO, 2006).

Diante de uma campanha sistemática de Akroá e Xakriabá contra o estabelecimento dos não-indígenas, o aldeamento e as bandeiras de combate surgiram como opções para limitar o espaço dos indígenas e liberar o território para a ação dos mineradores. Para essas tarefas eram contratadas pessoas experientes no trato com os indígenas, que buscavam o convencimento ou a imposição pela força. Esses contratados eram geralmente mestiços auxiliados por tropas indígenas, dos chamados índios *mansos*. Exemplos de especialistas desta atividade em Goiás foram Antonio Gomes Leite, Antonio Pires de Campos e Venceslau Gomes da Silva. A utilização de indígenas em expedições era justificada por Marcos de Noronha, governador de Goiás, em 1751, da seguinte forma:

> [...] a experiência tem mostrado que ao fazer guerra ao gentio brabo só deve ser feito com gentio manso, porque estes estão acostumados a sofrer as calamidades do sertão, a que se não sujeitam nem podem sujeitar os brancos sendo também de grande ponderação que o gentio com gentio, briga com armas iguais, o que não sucede com os brancos, porque estes não usam se não das armas de fogo, e como naquelas campanhas são muitos os rios, e é preciso passá-los a nado, as armas lhe servem mais de embaraço que de defesa[33].

A interpretação de que era desejo do conquistador luso-brasileiro livrar o território da presença indígena e de levá-lo a viver dentro de um regime civilizatório seguindo os moldes do pensamento europeizado confirma-se em acontecimentos como o seguinte. O governador Álvaro José da Távora[34], escreve ao rei D. José, em 8 de outubro de 1757, dando notícias sobre uma sublevação dos Akroá e Xakriabá, em 12 de abril do mesmo ano. Távora informa que tendo os indígenas se rebelado contra o regime de aldeamento, possivelmente por não concordarem com a administração dos aldeamentos, não tinham atacado nenhuma povoação da região, mantendo-se em sossego. Entretanto, comunica o

[33] . Carta do Governador de Goiás, Marcos de Noronha ao Rei. Vila Boa, 10 de fevereiro de 1751. Revista do Arquivo Estadual, n. 6, 1985. p. 30.
[34] D. Álvaro José Xavier Botelho da Távora, o Conde de São Miguel, governou a Capitania de Goiás de 30 de agosto de 1755 a 7 de julho de 1759.

governador a formação de uma bandeira para redução dos mesmos indígenas[35]. Portanto, as expedições não buscavam, apenas, revidar as agressões dos indígenas, mas também livrar o território para as prospecções mineradoras e conquistar o índio para submetê-lo a civilização europeizada.

Os indígenas, por sua vez, devem ser vistos também como agentes do processo histórico. A lógica que o índio deveria, apenas, se conformar com o estado de guerra para defender seu território ou desistir dele e optar pelo aldeamento deve ser vencida.

Os indígenas também desenvolveram estratégias para o contato. O estabelecimento de alianças entre grupos foi presente em Goiás para o combate aos conquistadores ou para as guerras intestinas, bem como para garantir bens e estabilidade. Exemplos de associação para a guerra são os Xakriabá e os Akroá, que estiveram unidos desde o início dos conflitos entre indígenas e conquistadores luso-brasileiros em Goiás. Em aliança interétnica, a qual as fontes documentais não permitem que alcance os termos de troca, efetivaram campanhas contra os conquistadores luso-brasileiros em Natividade, Terras Novas, Remédios e Paranã, em 1744, 1747 e 1755, ou a Ribeira do Paranã, em 1762, e revoltas como a de 1757 nos aldeamentos do Duro. Veja mapas de ação dos Akroá e Xakriabá e observe a possibilidade de aliança por estarem os 2 grupos defendendo um mesmo território (Figuras 2 e 3). Mas, em 1762, após atacarem fazendas nos arredores de Paranã, esses grupos se desentenderam, as informações não dão conta dos motivos, e, em uma briga, muitos Xakriabá foram mortos pelos Akroá. Depois deste acontecimento, os Xakriabá uniram-se a uma bandeira que os não-índios formavam para combater os Akroá. Poderiam, assim, vingar seus parentes mortos (GIRALDIN, 2002, p. 115). A aliança que antes era estabelecida com um outro grupo indígena passa a ser feita com o conquistador luso-brasileiro para atender a necessidade de combater os mais novos inimigos. Isso pode

[35] Carta do Governador de Goiás, Álvaro Jose Xavier Botelho de Távora, ao rei D. José, em 8 de outubro de 1757. AHU_ACL_CU_008. Caixa 14. Doc. 865.

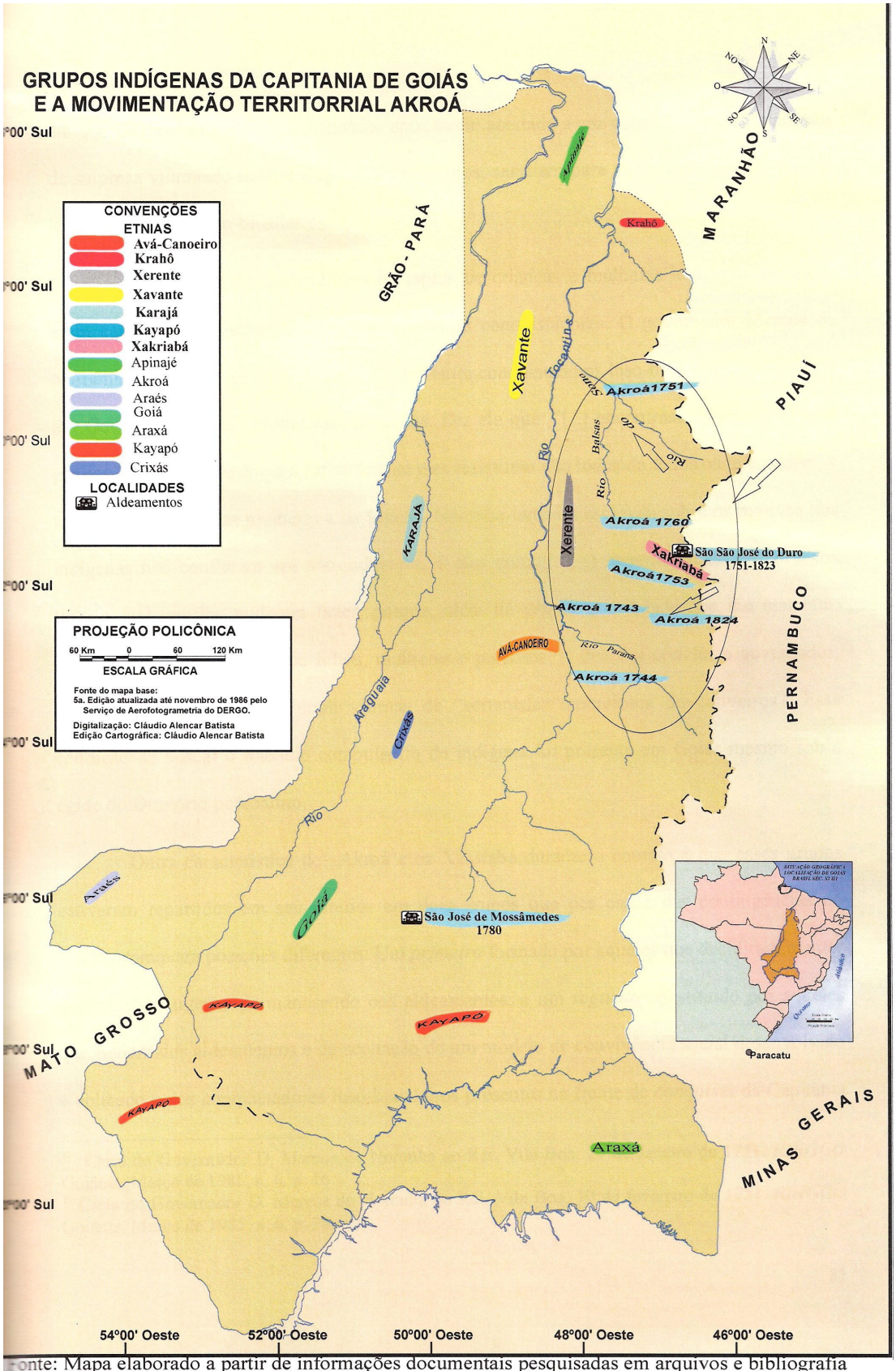
ser explicado dentro do processo de vingança jê, no qual a relação com os inimigos clamaria por conclusão (GIRALDIN, 2001, p. 66).

Os contatos entre indígenas e luso-brasileiros é uma relação em que há bloqueio de formas de interação em razão da falta de confiança, fazendo uso de um conceito de Fredrik Barth (2000, p. 65) com uma consciente diferenciação de tempo e contextos. Esta falta de confiança gera enfrentamento bélico, embora não devendo supervalorizar os ataques indígenas aos luso-brasileiros, o enfrentamento bélico foi usado pelos indígenas como estratégia de sobrevivência no contato. Um instrumento que funcionou como meio de afugentar o inimigo, levantar suprimentos, negociar alianças e possivelmente reestruturar os grupos.

Entre os motivos geradores de desconfiança nos indígenas estavam os rompimentos de pactos pelos conquistadores luso-brasileiros, eventos que sempre geraram reações dos indígenas. Acontecimento como o já relatado pelo governador Marcos de Noronha, em 1751,

em que Gomes Leite e seus comandados após terem acertado a paz com os Akroá, atacam-nos de surpresa vitimando muitos e aprisionando outros, serviram para aumentar as restrições dos índios quanto aos luso-brasileiros.

Figura 3: Área de ação dos Akroá



Fonte: Mapa elaborado a partir de informações documentais pesquisadas em arquivos e bibliografia
Elaboração: Cleube Alves da Silva

Outra causa de contenda era os raptos de crianças e mulheres indígenas, os quais eram causa de campanhas sistemáticas contra os conquistadores. O governador Marcos de Noronha[36], em 1751, ao descrever o encontro entre conquistadores luso-brasileiros e indígenas em Goiás, relata como aconteciam os raptos. Diz ele que: "[...] encontrando-se brancos com gentios, a própria diligência é cativá-los; se eles resistirem vão matando todos os que podem, e logo cativando-lhes as mulheres e os filhos". Noronha também escreveu sobre os motivos dos indígenas não confiarem em não-indígenas, é eles tinham "[...] experimentado dos brancos todo o mal que lhe puderam fazer, porque, além da grande quantidade que lhe mataram, precederam a cativar-lhe seus filhos, mulheres e parentes"[37]. Por fim conclui o governador, informando que os índios eram vítimas de "sertanistas ambiciosos de cativeiros". Essa condição de buscar o trabalho compulsório do indígena foi presente em Goiás mesmo sob a égide do Diretório pombalino.

Outra característica dos Akroá e os Xakriabá durante o contato é que esses grupos estiveram repartidos em seu interior em dois grupos que por causa das contingências do contato tomavam posições diferentes. Um *primeiro* formado por aqueles que decidiram manter um convívio intenso permanecendo nos aldeamentos; e um *segundo* constituído por aqueles que fugiam dos aldeamentos e da aceitação de um modelo de convivência social desenvolvido e aplicado pelos conquistadores luso-brasileiros presentes na frente de *conquista* da Capitania de Goiás. Segundo Almeida (2003), tanto a dominação colonial quanto os interesses, principalmente de chefes, intensificava as divisões dos grupos étnicos em facções no contexto dos contatos. Porém, a documentação consultada nesta pesquisa, apesar da sua carga cultural dos emissores, aponta para a resistência sistemática contra a

[36] Carta do Governador D. Marcos de Noronha ao Rei, Vila Boa, 20 de Janeiro de 1751. *RIHGGO* Goiânia, Março de 1985, n. 6. p. 16.
[37] Carta do Governador D. Marcos de Noronha ao Rei, Vila Boa, 10 de fevereiro de 1751. *RIHGGO* Goiânia, Março de 1985, n. 6. p. 28

imposição de uma cultura alienígena e contra o abandono total de seus hábitos, rituais cosmológicos e sociais.

2.2. Os Xerente e Xavante e os contatos com os luso-brasileiros

Os Xavante, falantes de uma variante dialetal (o xavante) da língua akwen, da família lingüística jê, do tronco lingüístico macro-jê, (GIRALDIN, 2002, p. 115) possuem registros escritos de diferentes datas indicando habitações xavantes, por todo o norte da Capitania de Goiás. A despeito de não servirem como delimitadores de um território xavante essas referências servem para indicar o espaço dos contatos desse grupo indígena com os conquistadores luso-brasileiros.

Para o século XVIII, há referências de localizações de aldeias próximas a Pontal e Porto Real, a vinte léguas de Carolina, na região do rio Thesouras, nos distritos de Pilar e Crixás (GIRALDIN 2002, ALENCASTRE 1864, PEDROSO, 1994). Sobre a localização de aldeias xavantes, Dulce M. Rios Pedroso (1994) escreveu:

> A documentação histórica permite localizar algumas aldeias xavantes. O conde se São Miguel, em 1756, referiu-se a uma aldeia a vinte e quatro léguas do aldeamento do Duro. Pohl, em 1819, informa a existência de mais três na margem esquerda do Tocantins: uma delas, denominada Baliza, distando três léguas do rio, abaixo da barra do rio do Sono, e as outras duas, mais para o interior, sendo a terceira próxima dos rios que correm para o Araguaia. Na região do Araguaia, há notícias de uma aldeia na foz do rio Thesouras, em 1832, e outra abaixo da povoação de Salinas, em 1838. O Capitão Thomas de Souza Villa Real, explorando o território xavante, encontrou uma aldeia no sertão, entre os rios Araguaia e Tocantins, outra, a mais de quarenta léguas a sudoeste de Carolina e próxima ao extinto presídio de Santa Maria, e mais uma, seis ou sete léguas acima. (PEDROSO, 1994, p. 23).

Os contatos entre Xavante e conquistadores luso-brasileiros iniciam desde quando ocorre o início da mineração em Pontal (1738) e Natividade (1732). Mas, apesar de alguns conflitos esporádicos, será na segunda metade do século XVIII quando, com a mineração em decadência os conquistadores luso-brasileiros adentram o território indígena, que os conflitos acontecem.

A primeira notícia que encontramos de embate travado no contato destes povos indígenas com os conquistadores luso-brasileiros é uma bandeira organizada para combater os Xavante em 1762[38]. Em 1765, uma nova expedição é formada com o mesmo objetivo, a qual ataca uma aldeia Xavante e mata inúmeros índios[39]. Em 1767, uma outra bandeira, formada por habitantes de Pilar, saiu para combater os Xavante, porém, sem muito sucesso[40]. Nesse tempo, eram presentes os ataques às regiões de Tesouras, Crixás, Pilar e Natividade. Isso continuaria a acontecer de forma sistemática, conforme se pode constatar em relatos feitos pelos Governadores da Capitania de Goiás, José de Almeida Vasconcelos, em ofício de 20 de junho de 1774[41]. A partir desse ano várias expedições de pacificação são enviadas ao interior da Capitania com ordens expressas de reduzirem os indígenas pelo bom tratamento. Uma delas "para as terras infestadas dos Xavantes"[42], porém, sem nenhum resultado, pois Luis da Cunha Menezes[43], em ofício de março de 1780[44], ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, informa-o sobre "os repetidos ataques e mortes" e "hostilidades" praticados pelos Xavante.

Essas hostilidades estavam acontecendo ainda em 1784, quando o governador Tristão da Cunha Menezes[45] afirma serem enormes os ataques realizados pelos Xavante na repartição norte da província. O governador, em ofício, informa a constituição de uma

[38] Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, João Manoel de Melo, ao Secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 28 de dezembro de 1762. AHU_ACL_CU_008. Caixa 18. Doc.1121

[39] Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, João Manoel de Melo, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 30 de março de 1765. AHU_ACL_CU_008. Caixa 21. Doc.1274.

[40] Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, João Manoel de Melo, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 22 de junho de 1767. AHU_ACL_CU_008. Caixa 23. Doc.1441.

[41] Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, José Vasconcelos de Soveral e Carvalho, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo Castro. 20 de junho de 1774. AHU_ACL_CU_008. Caixa 27. Doc.1776.

[42] Relatório do estado da Capitania de Goiás deixado por José de Almeida Vasconcelos. (ALENCASTRE, 1864, p. 227).

[43] Luis da Cunha Menezes governou Goiás de outubro de 1778 a julho de 1783 (GIRALDIN, 1997).

[44] Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, Luis da Cunha Meneses, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Março de 1780. AHU_ACL_CU_008. Caixa 32. Doc. 1996.

[45] Tristão da Cunha Menezes, irmão de Luis da Cunha Menezes, sucedeu-lhe no governo de Goiás de julho de 1783 a fevereiro de 1800 (GIRALDIN, 1997).

bandeira formada por soldados da Companhia de Pedestres para combatê-los, a qual teve pouco sucesso com a captura de uns poucos índios[46]. Além dos soldados da Companhia de Pedestres, em número de quarenta, armados e municiados, faziam parte da bandeira quarenta índios Cayapó da aldeia Maria I[47].

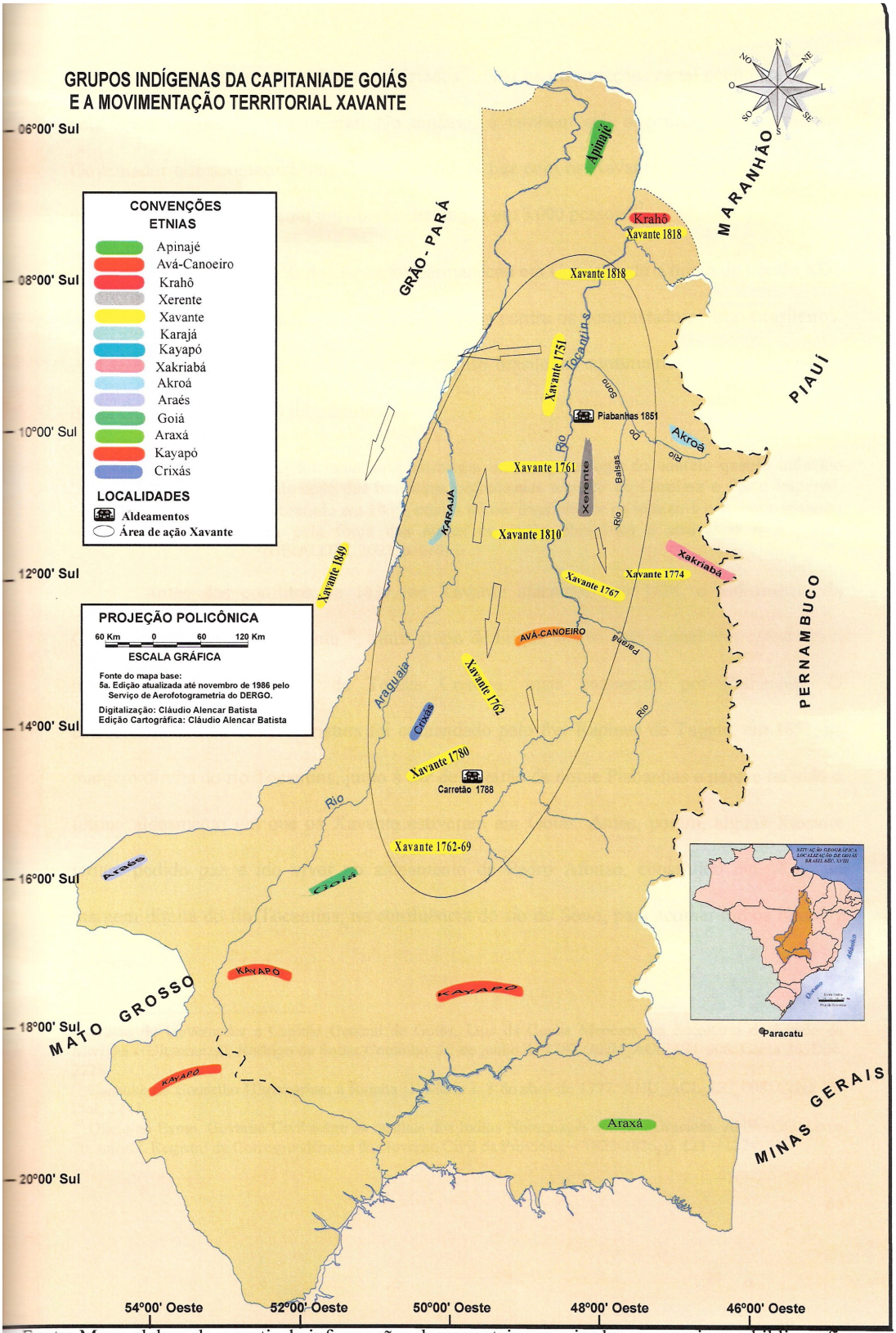
Com a observação da área de ação dos Xavante (Figura 4) compreende-se porque para os conquistadores era necessário a submissão desse grupo. Localizados ao norte os Xavante junto com os Xerente inviabilizavam qualquer projeto de posse desse território pelos luso-brasileiros.

Assim com o objetivo de conquistar os Xavante, outra bandeira organizada, em 1787, a qual, também, teria alcançado resultados irrisórios, retornando à Vila Boa, capital da Capitania, com uns poucos índios conquistados[48]. Não há informações se tal conquista se deu pela força ou por convencimento. No entanto, é também sob o comando deste mesmo Governador que acontecerá, em 1788, o acerto de paz com os Xavante, sendo estes aldeados em Pedro III, o Carretão, com um número estimado em 3.000 pessoas[49].

Um grande número dos xavantes permaneceu em Carretão até o início do século XIX, quando fugiram e retornaram os conflitos armados contra os conquistadores luso-brasileiros. As batalhas entre Xavante e os conquistadores luso-brasileiros continuaram até que esse grupo deixa Goiás num processo migratório que:

[46] Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, Tristão da Cunha Meneses, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 17 de julho de 1784. AHU_ACL_CU_008. Caixa 35. Doc2156.
[47] Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, Tristão da Cunha Meneses, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 10 de dezembro de 1784. AHU_ACL_CU_008. Caixa 35. Doc. 2168.
[48] Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, Luis da Cunha Meneses, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho. 20 de junho de 1787. AHU_ACL_CU_008. Caixa 36. Doc. 2228.
[49] Consulta do Conselho Ultramarino, à Rainha D. Maria I. 8 de abril de 1797. AHU_ACL_CU_008. Caixa 39. Doc. 2443.

Figura 4: Área de ação Xavante



Fonte: Mapa elaborado a partir de informações documentais pesquisadas em arquivos e bibliografia
Elaboração: Cleube Alves da Silva

> [...] foi tanto uma estratégia interna para fugir do contato quanto induzido pela ação das bandeiras organizadas a partir de Carolina e Porto Imperial, sobretudo em 1839, com o intuito explicito de os reduzir à paz, por persuasão ou pela força das armas ou então obrigá-los a atravessar o Araguaia (GIRALDIN, 2002, p. 116).

Antes dos conflitos de 1839, os Xavante atacaram, em 1824, o aldeamento da Graciosa habitado pelos Xerente [50], outro grupo de língua akwen com o qual eles conviveram mais tarde no aldeamento de Tereza Cristina, mais conhecido por Piabanhas. O estabelecimento de Tereza Cristina foi comandado pelo frei Raphael de Taggia, em 1851, na margem direita do rio Tocantins, junto à foz de ribeirão de nome Piabanhas e parece ter sido o último aldeamento em que os Xavante estiveram em Goiás. Antes, porém, alguns Xavante teriam pedido paz e ido viver no aldeamento de Pedro Afonso, construído em 1848, na margem direita do rio Tocantins, na confluência do rio do Sono, para acolher índios Krahô e Xerente.

Os Xavante na migração de Goiás para o Mato Grosso, cruzaram o Araguaia e, ao final de um processo desterritorialização, estabeleceram suas aldeias entre a cabeceira do rio das Mortes e os formadores do rio Xingu. A passagem do Araguaia teria acontecido no final da década de 1840 (PEDROSO, 1994, p. 25) e deu aos Xavante possibilidades de continuarem com sua vivência, sem grande interferências dos não-indígenas, por cerca de cem anos. Para uma compreensão da retirada dos contatos realizada pelos Xavante pode ser lembrada aqui a tese de Florestan Fernandes (1975), segundo a qual os Tupinambá insistiram no isolamento porque aquela era a alternativa mais consistente com o seu sistema de organização. Segundo Fernandes, para preservar a herança sociocultural a maioria dos grupos Tupi teriam optado pela fuga permanente (FERNANDES, 1975).

[50] Ofício ao Exmo. Governo Civil sobre os insultos dos Indios Noroquagés contra a Graciosa. AHE –GO, Livro 70, torno I. Registro de Correspondências do Governo Civil da Província – 1823-1826, p. 121 – 122v.

Os Xavante, após estabelecerem-se em Mato Grosso, resistiram ao contato com a sociedade nacional até a década de 1940, década na qual foram contatados por uma equipe de sertanistas do SPI. Alguns anos depois desse contato, na década de 1970, os Xavante tiveram que travar longas batalhas pelo reconhecimento do direito à demarcação de suas terras onde vivem atualmente[51].

Os Xerente, falantes de outra variação da língua akwen, a xerente, tinham suas habitações distribuídas por uma área que se estendiam da atual cidade de Porto Nacional até abaixo de Pedro Afonso, na margem direita do rio Tocantins. Mas há registros de que esse grupo habitou as duas margens do rio Tocantins. Segundo Giraldin: "[...] as fontes documentais, sobretudo do século XIX informam que os Xerente ocupavam terras das duas margens do rio Tocantins [...]" (GIRALDIN, 2000, p, 117). Em outro trabalho (GIRALDIN, 2002, p. 138-140), o mesmo autor descreve ataques dos Xerente ao arraial de Pontal, na margem direita do Tocantins, nas décadas iniciais do século XIX e Curt Nimuendajú (1946, p. 107) aponta a existência de aldeias xerentes na margem esquerda do rio Tocantins, no território do atual município de Miracema do Tocantins.

Basílio de Magalhães (1928) escreve sobre a localização de 12 aldeias xerente. São elas:

> *Quite-crê* (Barreiro d'anta) na panella-de-ferro, à margem esquerda do rio Tocantins, entre Pedro Afonso, Estado de Goyaz, e Carolina, Estado do Maranhão [...]; *Cidaran* (Varedão), na margem direita do mesmo Tocantins [...]; *Sacrê-prá* (Boqueirão do Funil), abaixo do Lageado, a duas leguas e meia, ou pouco mais de Piabanhas [...]; *Spró-rrhu* (Bananal) no rio Preto, confluente da margem esquerda do rio do Somno [...]; *M'ran-ropé* (Mato Limpo), na Prata, ribeirão Cachoeira, da margem esquerda do rio Tocantins, por cima da confluência do Somno [...]; *Brúnúncarê* (Rocinha), no ribeirão dos Bois, affluente da margem esquerda do Tocantins [...]; *Nhoron-tó-údê-rrhû* (Anajazal), em Morrinhos, cabeceiras do Piabanha [...]; *Nhoron-ró-zauréd* (Cocal) [...]; *Zé-zauréd* (Barra Larga) no Gorgulho, ribeirão dos Bois, à margem esquerda do Tocantins [...]; *Nhorón-zauréd* (Coqueiro Alto), em São João, na margem esquerda do Tocantins, fronteiriça de Pedro Affonso

[51] Sobre este assunto ver ainda Ravagnani (1978, 1989); Karasch (1992); Silva (1992) e Giraldin (2002).

> [...]; *Zûêrê-quêrizê* (O Cantador do Alto), no Morro Grande entre Tocantins e Araguaya, na fralda da Cordilheira, 20 leguas de Couto de Magalhães [...]; *Nhoron-ró-zauré-quê-rrhû* (Palmeiral) na Providencia [...] (MAGALHÃES, 1928, p. 34)

Pelas localizações fornecidas por Magalhães, 7 aldeias estavam na margem esquerda do rio Tocantins, o que confirmaria a perspectiva dos Xerente terem em algum momento do século XIX ocupado um território nas duas margens do rio Tocantins.

Para a história dos contatos, os primeiros registros textuais sobre os Xerente surgem na documentação enviada, em 1786, por José Rodrigues Freire, Tenente de Cavalaria da Guarnição de Goiás, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Freire informa sobre a formação de uma bandeira composta de luso-brasileiros, 40 guerreiros Cayapó e mais 18 combatentes Akroá que seguiu rumo aos Xavante e Xerente[52].

Destarte, a imprecisão das fontes quanto a identificação étnica dos grupos Xerente e Xavante, as informações sobre aqueles dão conta de que passaram o século XVIII, período do avanço da mineração, com contatos esporádicos entre eles e os luso-brasileiros. Os Xerente mudam de condição nas décadas iniciais do século XIX, quando travam uma intensa guerra com os condutores das frentes agropastoris que adentram ao norte da Capitania de Goiás.

A primeira ação no sentido de expandir a agropecuária em Goiás, que veio modificar a estabilidade dos Xerente, aconteceu com a publicação da Carta Régia de 5 de Setembro de 1811. A idéia central desta Carta Régia era incentivar a produção e o comércio com o Pará a partir do uso do rio Tocantins como via de transporte e, para isso, concedia alguns privilégios àqueles que viessem se estabelecer às margens desse rio:

[52] Ofício do Tenente de Cavalos da Guarnição de Goiás, José Rodrigues Freire, ao Secretário de Estado Marinha e Ultramar Martinho de Melo Castro. 20 de setembro de 1786. AHU_ACL_CU_008. Caixa 36. Doc.2189

> **1 –** Permitia-se a guerra ofensiva contra os índios e a possibilidade de escravizar aqueles que fossem aprisionados por um período de dez anos, ou durante o tempo que durasse a sua "ferocidade";
> **2 –** Estabelecia-se por dez anos a liberdade de exportação e importação com isenção dos impostos de todos os gêneros comercializáveis que fossem feitos pelo rio Tocantins.
> **3 –** Concedia-se moratória de seis anos aos devedores da Fazenda Real que fossem se estabelecer às margens do mesmo rio;
> **4 –** Isentava-se, por dez anos, o pagamento de dízimos para aqueles que fossem ocupar as terras dos índios[53] (SILVA; GIRALDIN, 2002, p. 46).

A partir da publicação da Carta Régia de 1811, uma considerável porção do território dos Xerente foi objeto de invasão por luso-brasileiros, advindo daí fortes confrontos. Ao escrever sobre os conflitos entre Xerente e luso-brasileiros, Pedroso (1994) informa que:

> Os Xerentes atacavam nos distritos de Arraias e São Domingos. [...] Além dessas áreas, eles hostilizavam também estabelecimentos rurais nos distritos de Carolina, Porto Imperial, Pontal, Carmo, Natividade e Almas. No governo de Fernando Delgado Freire de Castilho (1809-1820), os xerentes que habitavam o sertão do Duro procuraram a paz. Foram presenteados e retornaram a seus territórios (PEDROSO, 1994, p. 24).

Todavia, em 1816, o presidente da Província de Goiás, Fernando Delgado Freire de Castilho, em ofício ao comandante de Porto Nacional, José Antônio Ramos Jubé, solicita que o dito comandante trabalhe a paz com os Xerente no sentido de "fazer qualquer prejuízo que tenha contra nós, evitando qualquer opressão que lhe possa fazer"[54].

Apesar da recomendação de não causar qualquer *opressão* contra os indígenas, não era essa a situação vivenciada às margens do rio Tocantins. Era tal a situação de agressão aos indígenas que o apresamento de índios e sua condução a mercado escravista no Pará e Maranhão, foram denunciados até pelo presidente da Capitania de Goiás, Freire de Castilho[55]. Em revide às agressões, os Xerente efetuaram ataques a fazendas e arraiais

[53] Ver também Documentos Diversos Arquivo Histórico Estadual de Goiás: Ofício da Secretária do Comércio e Obras Públicas, fls.141– 142.
[54] Ofício do Presidente Fernando Delgado Freire de Castilho ao Comandante de Porto Real, José Antônio Ramos Jubé. AHE – GO, Livro de ofícios n.º. 21, p. 82.
[55] Ofício do Presidente Fernando Delgado Freire de Castilho ao Comandante de Porto Real, José Antônio Ramos Jubé. AHE – GO, Livro de ofícios n.º. 21, p. 82.

erguidos em seu espaço de ocupação tradicional. Entre estas incursões índias deram-se ataques a Monte do Carmo e Pontal em 1824, com grande contingente de indígenas.

Assustadas, as autoridades da região buscaram formar uma grande expedição que além de luso-brasileiros armados contaria com 400 guerreiros Apinajé e 100 homens Cayapó[56]. Essa expedição não foi levada a cabo pela intervenção do Governador das Armas de Goiás, Raimundo José Cunha Matos, que proibiu a operação e propõe a paz com os Xerente. Depois de aceitarem a proposta de paz de Cunha Matos, os chefes indígenas se dirigiram ao seu encontro no arraial de Porto Real à frente de 800 pessoas. A marcha xerente promove um acontecimento singular nos acertos de paz entre indígenas e luso-brasileiros em Goiás. Ao saber sobre a quantidade de índios que vinha ao seu encontro, Cunha Matos, segundo ele mesmo relatou, querendo evitar tumultos entre os habitantes do arraial, enviou emissários para avisar aos chefes xerente que viessem apenas os dois mais importantes. Ao receber os emissários de Cunha Matos, os Xerente fizeram uma parada a seis léguas de Porto Real, dirigem-se ao arraial três chefes, (a documentação consultada não permitiu identificar seus nomes), acompanhados por 117 pessoas chegando ao arraial em 30 de junho de 1824 (SILVA; GIRALDIN, 2002, p. 48). Depois de serem saudados com festa, os chefes Xerente e o governador das armas, Cunha Matos, assinam um acordo de paz, cujos principais pontos foram:

> Primeiro – Que os Xerente se aldeassem em uma ou mais aldeias à margem esquerda do rio Taquarussú, junto à confluência deste com o rio Tocantins, no sítio denominado Barreira Vermelha, doze léguas ao norte de Porto Real;
> Segundo – Que os Xerente não incomodariam os habitantes dos arraiais de Monte do Carmo, Porto Real, Pontal, e demais localidades, e além disso auxiliariam os comerciantes que navegassem pelo Tocantins;
> Terceiro – Os Xerente obedeceriam ao Governo da Província e serviriam de barreira contra outros índios que atacassem o aldeamento;
> Quarto – Os Xerente não pagariam contribuições enquanto não estivessem estabelecidos e produzindo o suficiente para se alimentarem;
> Quinto – Os chefes Xerente não fariam guerra ofensiva e não imporiam pena de morte entre si a seu arbítrio;

[56] Sobre os Cayapó (Kayapó Meridionais), ver Giraldin (1997).

Sexto – Deixariam de se vender como escravos;
Figura : Mapa hidrográfico do Estado do Tocantins.
Sétimo - Os Xerente receberiam a religião católica (SILVA; GIRALDIN, 2002, p. 48-49).

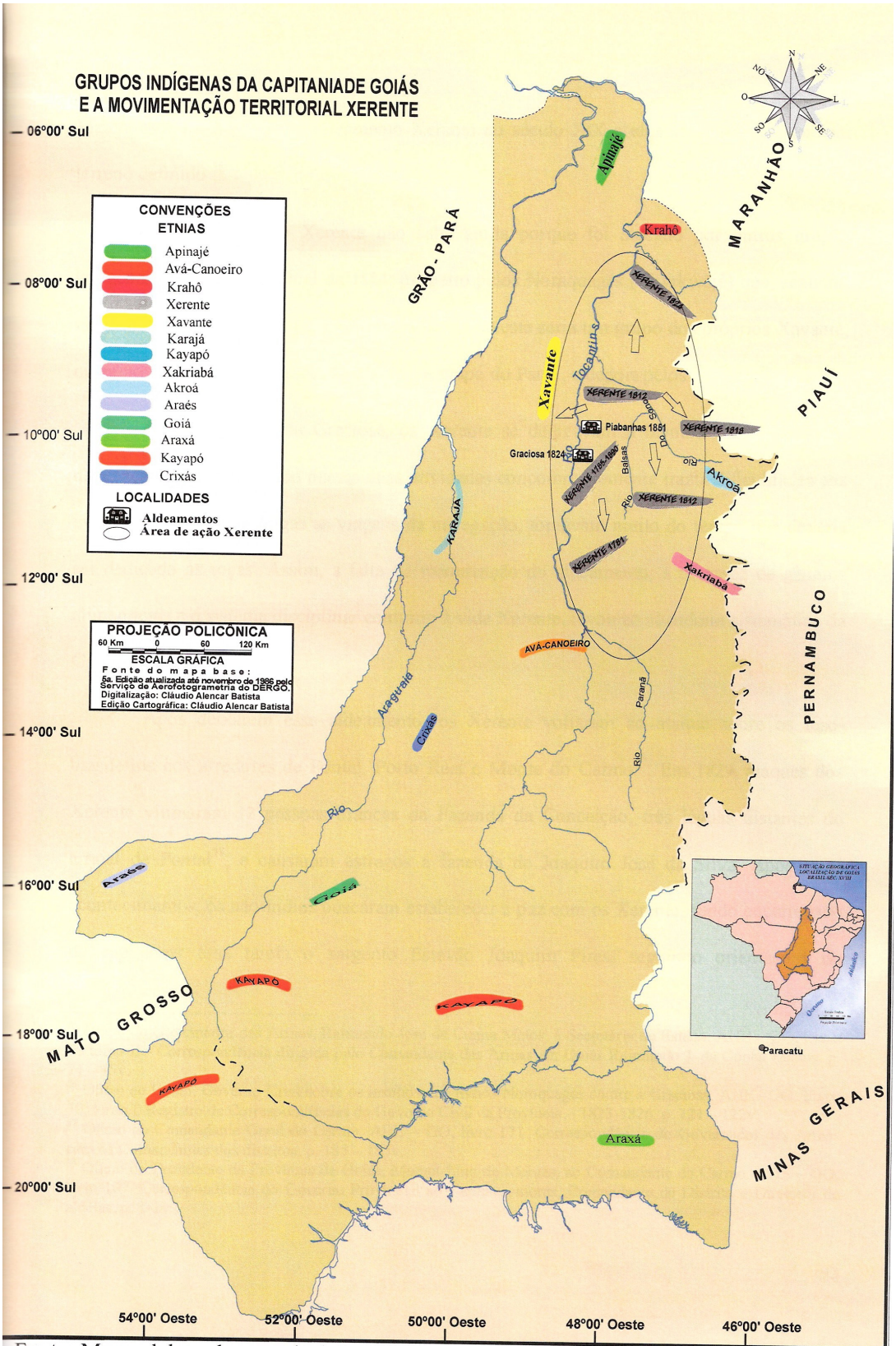
Ficou acertado também que os Xerente não fariam nenhuma expedição acima da cachoeira do Lageado. Todos esses compromissos foram assumidos pelos chefes xerentes como parte do acordo que garantia ao seu povo a criação e delimitação de um território. Observe que o território de ação dos Xerente (Figura 5), pelo menos naquilo em que constituiu o raio de incursões guerreiras, era mais extenso que o definido no acordo.

Cunha Matos presenteou os Xerente com algumas ferramentas e mantimentos adquiridos com o dinheiro arrecadado entre os moradores dos arraiais de Monte do Carmo, Pontal, Porto Real e Natividade. Nomeado de Graciosa, em homenagem a filha por Cunha Matos, esse foi o primeiro aldeamento Xerente no século XIX e eles se instalavam em um terreno definido [57].

Esse aldeamento Xerente não sabe ainda porque foi atacado por outros grupos indígenas duas vezes no final de 1824: primeiro pelos Noraquagés (Nhyrkwãjê) que, segundo Giraldin (2002, p. 120): "[...] não se sabe ao certo se este seria um grupo dos próprios Xavante, ou então um grupo antepassado dos atuais Kayapó do Pará", e depois pelos Xavante[58].

[57] Ofício do Governador das Armas, Raimundo José da Cunha Matos, à Secretária de Estado. AHE – GO. Livro 70 tomo II - Correspondência dirigida pelo Comandante das Armas em Goiás Raimundo J. da Cunha Mattos. p. 74 – 75v.
[58] Ofício ao Exmo. Governo Civil sobre os insultos dos Indios Noroquagés contra a Graciosa. AHE –GO, Livro 70, torno I. Registro de Correspondências do Governo Civil da Província – 1823-1826, p. 121 – 122v.

Figura 5: área de ação Xerente



Fonte: Mapa elaborado a partir de informações pesquisadas em arquivos e bibliografia
Elaboração: Cleube Alves da Silva

No aldeamento da Graciosa, os Xerente se dedicavam à lavoura e ao auxílio da navegação. Mas a execução dessas duas atividades concomitantemente trazia dificuldades aos indígenas. Por serem longas as viagens da navegação, tomavam muito do tempo que deveria ser dedicado às roças. Assim, a falta de manutenção do aldeamento, a escassez de gêneros alimentícios e o sistema disciplinar contrário à vida Xerente, levou ao abandono sistemático da Graciosa.

Após deixarem esse aldeamento, os Xerente voltaram ao ataque sobre os luso-brasileiros nos arredores de Pontal, Porto Real e Monte do Carmo[59]. Em 1829, ataques dos Xerente vitimaram 12 pessoas brancas da Fazenda da Conceição, três léguas distantes do arraial de Pontal[60], e causaram estragos a fazenda de Joaquim José da Silva. Após estes acontecimentos, os não-índios buscaram estabelecer a paz com os Xerente, sendo encarregado de capitanear essa tarefa o sargento Estevão Joaquim Pires, seguindo orientações do Comandante do Carmo, Vicente Ayres da Silva[61]. Ao que tudo indica, não logrou êxito já que os indígenas continuaram agindo nas proximidades de Porto Imperial (antigo Porto Real) ao final de 1830.

Nas décadas de 1830 e 1840, os confrontos entre os Xerente e os luso-brasileiros não cessaram e, em fevereiro de 1832, os Xerente continuavam com suas movimentações causando inquietações nos habitantes de Porto Imperial e do Conselho de Estado, que, reunido em 15 de maio do mesmo ano, informa que esse grupo havia atacado 3 vezes nas

[59] Oficio ao Comandante Geral do Carmo. AHE – GO, livro 171. Correspondência do Governador das Armas com os Comandantes dos distritos, p. 185 – 185v.
[60] Ofício do Presidente da Província de Goiás, Miguel Lino de Moraes, ao Comandante do Carmo. AHE – GO, livro 107. Correspondência do Governo Provincial ao Capitães–mores, Comandante de Distrito e Diretores de aldeias, p. 1-1v.
[61] Ofício do Presidente da Província de Goiás, Miguel Lino de Moraes, ao Comandante do Carmo. AHE – GO, livro 107. Correspondência do Governo Provincial ao Capitães–mores, Comandante de Distrito e Diretores de aldeias, p. 5.

imediações de Porto Imperial, Pontal e Monte do Carmo[62]. Nesse tempo a população procurava se organizar para a defesa de um possível ataque.

Os conflitos dos Xerente com os conquistadores na primeira metade do século XIX podem em parte ser explicados pela legislação que continuou contraditória e buscou um novo modelo de *civilização* do indígena. O modelo adotado foi o de retirar as crianças de suas famílias e entregá-las a mestre de ofícios e tutores brancos para serem instruídas e libertas da *barbárie*. O caminho que levou a essa concepção de civilização do índio, essa nova fase nos contatos entre indígenas e conquistadores em Goiás, iniciou com a abolição do Diretório pombalino pela Carta Régia de 12 de maio de 1798. Com a Carta Régia de 5 de setembro de 1811 é permitido a guerra ofensiva e a manutenção do indígena sobre regime escravidão enquanto se mantivesse feroz. A despeito da revogação dessa Carta por lei de 27 de outubro de 1831, que suspendeu a permissão de guerra ofensiva aos índios, as expedições contra os nativos não cessaram. Isso ocorreu porque o Conselho Geral da Província de Goiás, em reunião de 28 de fevereiro de 1832, elaborou um conjunto de diretrizes a fim de orientar as ações dos conquistadores com os indígenas em oposição ao que determinava a lei de 1831. Esse documento que vigorou até o Regulamento de 1845 e trouxe em seus 24 artigos as idéias claras de como os não-índios efetuaram as buscas do domínio sobre os indígenas através de uma ofensiva contra suas vidas e sua cultura.

Sobre o desenvolvimento da catequese, as orientações previam que fossem construídos destacamentos militares (presídios) na seguinte forma:

> Art. 1º - serão creados pelo Presidente da Província em Conselho os presídios que julgar necessidade nas margens dos rios Araguaia, e Tocantins, para a Catequese dos Selvagens, Proteção da Navegação, e defesa dos habitantes da Província.
> Art. 2º - o Presidente em Conselho organizará huma força de pedestres sofficiente para satisfaça do artigo antecedente (ATAÍDES, 1998, p.48).

[62] Comunicado do Conselho de Governo, em 07 de maio de 1834. Museu das Bandeiras, manuscritos, v. 1862.

A *catequese* seria feita com *força policial* e o empenho dos diretores para que os indígenas aprendessem as lides do trabalho.

Os conselheiros, por esse documento, permitiam a retomada de guerra ofensiva nos seguintes termos:

> Art. 13º - far se-há Guerra reagiva e offensiva aos selvagens da Nações Canoeiro, Chavante, Cherente, que se achão em hostilidade nesta Província.
> Art. 14º - o dispositivo no art. Antecedente só terá lugar depois de se proceder auto de corpo de delicto do maleficios feitos pelos selvagens.
> Art. 15º - serão capturados todo os christão maiores que se achão reunidos aos selvagens, remetendo-os ao Juiz Criminal para proceder contra elles, quando sejam indicados no auto de corpo de delicto.
> Art. 16º - serão tirados aos selvagens todos os meninos christãos, que elles tenhão roubado: os forros serão entregues a seos parentes e os captivos a seos srs, justificando estes parente a autoridade competente.
> Art. 17º - serão tirados nos selvagens o maior numero possível de Indigenas menores de 2 a 12 annos em refens das hostilidades, dando-lhes o destino marcado nos artigos 5 e 12.
> Art. 18º - o que fica disposto desde o art. 13 será applicavel à qualquer horda, que romper em hostilidades (ATAÍDES, 1998, p. 49, grifo nosso).

O artigo 17 permitia adquirir sujeitos para a forma de *educar* os índios, desenvolvida pelos conquistadores nos anos de 1830 e 1840, com a tomada das crianças de suas famílias. Destaca-se que esta não era uma idéia nova. Os jesuítas ao chegarem ao Brasil, no século XVI, já dedicaram esforços especiais a elas. "Esperavam os jesuítas que as crianças indígenas, recebendo uma educação intensiva, cristã e portuguesa, haveriam mais tarde de auxilia-los, chegando mesmo a fazer parte da Companhia" (ATAÍDES, 1998, p. 50). No documento em questão, as orientações sobre a *civilização* dos indígenas ocuparam a maior parte dos artigos. E recomendavam que:

> Art. 5º - a mocidade Selvagem da Nação Kaiapó de 2 a 12 annos de idade será devidida pelo Presidente da Província pelos melhores mestre de Officios, e por pessoas gradas,para os ensinarem a civilizai-los.
> Art. 6º - o Presidente da Província remeterá aos Juízes de Paz huma relação dos indígenas destribuidos, e das pessoas pessoas que os receberão.
> Art. 7º - os juizes de Paz fiscalizarão sobre a educação dos Indigenas, e de 3 em 3 mesese, informarão escrupulosamente ao Presidente da Província, o estado em que se achão de civilização, e todas as

> circunstancias, que occorreram; podendo-os remover de huma para outra pessoa, quando conheça abuso.
> Art. 8º - o Presidente da Província em Conselho marcará huma quantia para alimentos dos indígenas destribuidos em estado de inutilidade.
> Art. 9º - os Indigenas destribuidos, principiarão a vencer soldada dos mestres, ou pessoas, que os quiserem ajustar, quando pelos Juizes de Paz forem julgados habilitados para o dito fim.
> Art. 10º - todo o Indigena que se habilitar official de qualquer Officio, será socorrido pelo Governo da Província com uma tenda da qual terá o uso e o fruto.
> Art. 11º - os Juizes de Paz, e Vigários forão reconhecer: aos Indigenas as vantagens que lhe resultão do estado de casado, e promoverão os casamentos delles com pessoas de differentes gerações; ou com as dos mesmos, no caso, que não consiga outras.
> Art. 12º - todo o Indigena casado e habilitado, receberá por dotação huma porção de terras, e ferramenta de Lavoura, da Fazenda Publica de cuja dotação será uso, e frutuário e o seos descendentes.
> Art. 19º - os Commandantes dos presídios serão obrigados a procurar a paz, e amizade com os selvagens, empregando para este fim as maneiras mais doceis, a fim de se conseguir tão felises resultados.
> Art. 20º - os mesmos Commandadntes negociarão com os Caciques da hordas com quem tiveram relações o maior numero de meninos gentios, que for possível, e os remetterão ao Presidente da Província para terem o destino marcado nos artigos de 1 a 12 (ATAÍDES, 1998, p. 48-9).

As tentativas dos conquistadores de aplicar as recomendações de 1832 contra os Xerente e Xavante causaram grandes choques com esses grupos e os conflitos na região do médio rio Tocantins não cessaram (KARASCH, 1992, p. 404; GIRALDIN; SILVA, 2002, p. 51). Tudo indica que as recomendações de aprisionar as crianças indígenas tenham gerado uma série de ações às quais os Xerente teriam reagido também com o aprisionamento de não-indios.

Incursões indígenas foram feitas, uma a fazenda de Thomaz de Souza Villa Real, em 1834, na qual os Xerente mataram um sobrinho deste, e outra efetivada ao sítio do Juiz de Paz de Pontal, em que ocorreu a morte do juiz, sua mulher e 3 escravos. Na fuga levaram 5 pessoas da família do juiz morto (GIRALDIN, 2002, p. 117). Após esse acontecimento, formou-se uma expedição contra os Xerente, composta por moradores de Porto Imperial e Pontal. Essa expedição, que teve financiamento dos cofres públicos, atacou uma aldeia xerente na qual foram libertados 13 não-índios que se encontravam como prisioneiros e capturadas 19 crianças indígenas (GIRALDIN, 2002, p. 118).

Descumprindo a ordem do Conselho do Estado, que determinava o envio das crianças à capital, o Juiz de Órfãos de Porto Imperial as dividiu entre os moradores de Porto Imperial e Pontal. A esse evento segue uma campanha xerente de ataques a fazendas nos arredores de Porto Imperial.

Em 1835, outra expedição foi organizada para combater os Xerente, composta por 271 homens recrutados entre os moradores de Natividade, Pontal, Porto Imperial e Monte do Carmo. Sob a orientação dos comandantes, o tenente coronel Vicente Ayres da Silva, o capitão Thomaz de Souza Villa Real e Manoel Albuquerque, a expedição fez uma *varredura* nas margens do rio Tocantins, onde atacaram uma aldeia xerente da qual os indígenas fugiram para o mata. Durante as batalhas

> Aproveitando que tinham 5 não-índios como prisioneiros, os Xerente propõem uma negociação, a partir da qual aceitam devolver os prisioneiros. Porém, a tentativa de negociação foi uma estratégia para prender a atenção da tropa inimiga e puderam, com isso, ganhar tempo para colocar a salvo mulheres e crianças. Assim que conseguiram seu objetivo, suspenderam as negociações.
> Com a suspensão das negociações, os Xerente voltam a ser atacados. Contudo conseguiram fugir para uma serra próxima e não foram alcançados. A tropa permaneceu por duas semanas na aldeia alimentando-se de produtos colhidos nas roças Xerente (SILVA; GIRALDIN, 2002, p. 52).

Depois dessa permanência, os não-índios destruíram o restante das plantações e abandonaram a aldeia, porém, essa ação era uma estratégia de combate. Assim que os indígenas retornaram à aldeia foram atacados por 116 homens sob o comando do capitão Tomaz de Souza Villa Real. Como saldo desse embate, os não-índios capturaram 14 crianças indígenas (GIRALDIN, 2002, p. 118-119).

Os combates entre Xerente e conquistadores continuam às margens do médio rio Tocantins. O presidente da Província de Goiás, Luiz Camargo Fleury, em 1838, ao realizar seu discurso na sessão de abertura da Assembléia Provincial,

> [...] informa que os conflitos de "brancos" e Xerente ainda continuavam e que se fazia necessário continuar a financiar bandeiras contra os Xerente

> e da necessidade de lhes impor um limite de habitação abaixo do Lajeado. Em 1839, o Presidente descreve os combates entre Xerente e não-índios como um período de horrores e "atrocidades" executados pelos "selvagens" e que a população abandonava suas terras com receio das investidas Xerente (SILVA; GIRALDIN, 2002, p. 52).

Os conflitos continuam e, em 1842, Camargo Fleury diz "ser necessário combater fortemente os índios que nos acometem" (KARASCH, 1992, p. 404). Entretanto, após muito confronto, os Xerente são aldeados em Tereza Cristina (Piabanhas) em 1851, por frei Raphael de Taggia. Cessam os conflitos entre os moradores dos arraiais e os Xerente possibilitando uma relativa paz à segunda metade do século XIX. Segue, entretanto, a partir de Tereza Cristina, um declínio populacional dos Xerente, em 1851 somam em número de 3.800 entre Xerente e Xavante. Em 1874, além dos Xerente, também havia Krahô vivendo em Tereza Cristina, e a população era de 3.000 pessoas. Já em 1880, as informações dão conta dos Xerente com os Xavante em Tereza Cristina. Porém, desta vez, contam com o número de 2.000. Em 1886, entretanto, são apenas 1.500 indivíduos (KARASCH, 1992, p. 408). A tutela desenvolvida pelo Estado e por religiosos para os Xerente no aldeamento de Piabanhas seguiu até o fim do Império no Brasil.

A partir da Proclamação da República, a política indigenista, deixa livre o caminho para novas investidas sobre os Xerente e o que deles pudesse interessar. Assim, se não há uma força política governamental agindo sobre os Xerente, estará aberto por definitivo o campo para pressões de forças econômicas, sociais e políticas locais que buscaram ansiosas auferir das vantagens que o momento lhes propiciava.

A situação de espoliação dos Xerente segue mesmo após a criação do SPI, em 1911, e a instalação de um posto do órgão junto ao povo Xerente, em 1932, depois de 21 anos de sua criação (SILVA, 2000, p. 3). A presença do posto do SPI não significou um trabalho efetivo do governo, haja vista que esse órgão indigenista não representou uma efetiva defesa dos direitos ou interesses dos Xerente.

Esse grupo étnico, com seu território de habitação tradicional sem demarcação e sistematicamente invadido, passando por um declínio populacional, deixou de fazer determinadas festas e rituais. Por isso Nimuendaju, em 1937, ao visitar os Xerente, viu-os como um povo fadado à desintegração[63]. Essa constatação, entretanto, também é fruto do período histórico vivido por esse autor. Segundo Maria Sylvia Porto Alegre (1998), até os anos 1950

> [...] a teoria antropológica sobre o contato preocupava-se, sobretudo, com a explicação dos *encontros distantes* e caracterizava-se por uma abordagem culturalista de base evolucionista, centrada na noção de aculturação (PORTO ALEGRE, 1998, p. 6, grifo da autora).

Os trabalhos antropológicos nesse período buscavam predominante descrever o modo de vida dos povos primitivos antes que estes desaparecessem. Ou então, em uma antropologia das perdas culturais, buscava-se ver aquilo que eles já haviam perdido (OLIVEIRA FILHO, 1998). Todavia, Maybury-Lewis, em estudos junto aos Xerente na década de 1960, mesmo descrevendo ainda um estado de estagnação para os indígenas, seu relato, todavia destacou sinais de uma busca por auto-afirmação nesse grupo étnico[64]. A procura dos Xerente por uma nova situação progrediu com o apoio de entidades como o CIMI e eles começaram a lutar pela demarcação de suas terras.

Essa peleja tem seu primeiro êxito em 1972 com a demarcação da reserva denominada de Área Xerente que deixou de fora a aldeia do Funil, uma das mais populosas. A luta continuou e, em 1976, conflitos entre os Xerente e posseiros que residiam dentro da área demarcada culminam com 5 mortes, 2 de indígenas. Os conflitos seguiram até 1991 quando ocorreu a demarcação da reserva da Área do Funil (FARIAS, 1994, p. 35).

[63] Curt Nimuendaju, *The Šerènte* (1942).
[64] Ver Farias (1989, p. 34).

Com a demarcação da terra, o grupo Xerente passa a viver um momento que, a exemplo de outros grupos indígenas do Brasil, é de significativo crescimento populacional. Observa-se, através de censos, que em 1963, segundo Maybury-Lewis, são 330 pessoas; em 1970 são 700 contadas pelo pastor Rinaldo de Matos; em 1987, a FUNAI registra 1.000 índios; e, por fim, em 1999, em contagem realizada pelo GERA-OPAN, são 1.848. Os Xerente neste processo percorrem um espinhoso caminho, que forjou o reconhecimento próprio feito em busca do respeito por si e por sua história, pela afirmação de sua identidade étnica e da valorização de sua memória.

Como já foi apresentado antes, houve uma associação inicial na denominação entre Xavante e Xerente, e a de nominação como grupos diferentes passa a acontecer a partir do aldeamento do Carretão. Esses dois grupos estabeleceram caminhos diferentes durante o processo de contato com os luso-brasileiros durante a conquista de Goiás. Os Xavante estabeleceram contatos durante a mineração e mantiveram conflitos bélicos acirrados até a metade do século XIX, fazendo, por fim, a opção de se retirarem para o interior. Os Xerente, por sua vez, estabeleceram contato direto durante a expansão agro-pastoril no norte no início do século XIX fazendo guerra, negociando acertos de paz e vivendo em aldeamentos durante o século XIX(SILVA & GIRALDIN, 2002), os Xerente optam pela convivência. Todavia, mostraram-se resistentes na sua luta pela permanência em seu território tradicional, que só será definitivamente demarcado no último quarto do século XX.

2.3. Opções e resultados

No século XVIII, o território que constituía o espaço de habitação tradicional dos grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá foi seguidamente invadido por luso-brasileiros que buscavam riquezas, sobretudo através da mineração do ouro. Os indígenas diante deste

avanço agiram seguindo suas orientações culturais (guerreiras ou não) e neste percurso optaram pela *paz do aldeamento* ou efetivaram campanhas e incursões às habitações e povoações dos conquistadores luso-brasileiros.

O ritmo dos contatos foi determinado pelas expedições de conquista ao território indígena (umas para o convencimento, pacificação e aldeamento, outras, para o combate e a redução) ou pelas ações indígenas, com acertos de paz ou com ações de guerra. Esse contato conflituoso teve espaços para a negociação, constituição de alianças, convívio e trocas culturais. O que foi importante para a definição das ações dos sujeitos foi sua cultura.

Para uma compreensão das ações e dos sujeitos (indígenas e luso-brasileiros) no contexto dos contatos interétnicos, fez-se necessário compreender como as distinções étnicas se constituíam neste contexto. Nessa perspectiva, os conquistadores, em sua cultura europeizada, viam os indígenas como irracionais, incivilizados, incultos e bárbaros, e destinavam a eles duas formas principais de relação: uma que procurou tutelá-lo e mantê-los confinados em aldeamentos, outra que os colocavam como mais um entrave à conquista da terra, como as distâncias, as doenças e os animais ferozes. Por sua vez os Xerente, Xavante, Xakriabá ou Akroá viam os luso-brasileiros como invasores e inimigos através dos quais os homens desses grupos construiriam sua imagem como membro de seu grupo, já que era na batalha que se forjavam os guerreiros. Era o luso-brasileiro, também, fonte de bens que os grupos indígenas desejavam, como ferramentas, armas e mantimentos. Igualmente, viam-nos como braço aliado para as lutas intestinas, daí a celebração de acordos e alianças entre indígenas e conquistadores.

Em diferentes períodos os indígenas tiveram opções suscetíveis a cada contexto e nessas ocasiões cada grupo agiu interpretando as possibilidades pela ótica de sua cultura. Alguns escolheram conviver com os não-índios, aprender, resignificar hábitos e costumes,

construir uma nova territorialidade. Outros optaram por tentar eliminar os oponentes pela força das armas. Por fim, para alguns a decisão foi refugiar-se fora do alcance das ambições dos luso-brasileiros daquele tempo. Não se pode afirmar qual foi a melhor opção, visto que é quase impossível perceber todas as variáveis do processo vivenciado pelos sujeitos históricos. Todavia, é certo que os Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá, pelas respostas que deram aos contatos, construíram entendimentos para o processo em que viveram. E cada um colheu os ônus e bônus de suas escolhas.

CAPÍTULO 3
ELEMENTOS E PRÁTICAS NORTEADORES DOS CONTATOS ENTRE GRUPOS INDÍGENAS E CONQUISTADORES

Ao identificar as práticas político-estratégicas que se destacaram nos contatos dos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá com os luso-brasileiros, elas podem ser agrupadas em 3 perspectivas: uma civilizatória, uma eliminatória e uma autonomista. E todas elas estavam sob influências econômicas e culturais daqueles que as desenvolveram.

A concepção civilizatória era direcionada pela administração portuguesa que via o indígena como um ser passível de conversão à religião católica e à vassalagem ao reino português[65]. Os defensores dessa probabilidade procuravam transformar o índio em cristão fiel, produtor e contribuinte da Fazenda Real, além de aliado efetivo contra os indígenas ainda não conquistados. Foi também comum, entre os integrantes dessa corrente a crença na possibilidade de um povoamento efetivo da Capitania de Goiás, com *uso* da população

[65] Oficio (minuta) do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, ao Governador e Capitão General de Goiás, João Manuel de Melo. 13 de outubro de 1758. AHU_ACL_CU_008. Caixa 15. Doc. 913.

autóctone dentro de um processo de redução no qual o indígena assimilaria os hábitos da *civilização européia*[66].

Compostos quase exclusivamente por administradores metropolitanos, os defensores da civilização do indígena acreditavam também ser possível, sempre ou quase sempre, o contato com a redução ou conversão de forma efetiva e pacífica do nativo, através da doação de prêmios e a oferta de possíveis vantagens[67] para o indígena, levando-o a optar por uma vida nos aldeamentos. Estes aldeamentos constituíam-se em espaços delimitados, regidos por normas de orientação européia que buscava a inserção do índio no modelo de produção mercantilista. A produção de excedentes necessária à ordem mercantilista confrontava-se com a lógica indígena de subsistência. Essa condição foi um dos elementos que criou embaraços para a efetiva permanência dos nativos nos aldeamentos.

Em Goiás a força deste grupo se fez perceber pela construção de aldeamentos como Mossâmedes e Maria I, estabelecimentos que possuíam uma estrutura física e cultural que objetivava a *transformação* do indígena em um membro da *civilização* ocidental. Com suas igrejas procurou-se difundir a fé cristã católica e, com quartéis, engenhos e oficinas, buscou-se educar o nativo na disciplina de trabalho que já caracterizava o trabalhador braçal na Europa (FARAGE, 1991; COELHO, 2000). Seus representantes mais destacados foram os governadores José d'Almeida Vasconcelos e Tristão da Cunha Menezes, que tiveram suas administrações na segunda metade do século XVII, já no declínio da mineração.

[66] Oficio do contador geral da Contadoria Geral do Território do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa, ao Secretario da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo Castro. AHU_ACL_CU_008. Caixa 37. Doc. 2291.
[67] Carta Regia (cópia) do rei D. José, ao Governador e Capitão General de Goiás, João Manoel de Melo. AHU_ACL_CU_008. Caixa 18. Doc. 1060.

A perspectiva eliminatória estava caracterizada pelos interesses e demandas dos luso-brasileiros (mineradores, pecuaristas, agricultores, comerciantes) que viveram no contexto dos contatos. Os integrantes dessa corrente viram o indígena como um empecilho aos seus propósitos de enriquecimento e *conquista*. Inicialmente, durante a mineração, defenderam a expulsão do indígena a distância suficiente para não causar perturbações à extração do ouro e, depois, com a agropecuária, objetivaram a retirada definitiva dos índios de suas terras.

Argumentavam ainda que o desenvolvimento do *povoament*o de Goiás só iria acontecer de forma eficiente com o aldeamento dos índios *mansos* e o combate bélico aos *bravios.* E se os indígenas, quando vencidos, optassem pelo aldeamento e ocorresse sua redução esses deveriam ser mantidos confinados e sobre constante vigilância porque só assim se podia vencer sua barbárie.

Por compor as administrações locais como membros de Câmaras, juízes e militares, esse conjunto social protagonizou muito daquilo que foram as bandeiras que procurou livrar os terrenos mineratórios do norte goiano. Notadamente as campanhas contra Xakriabá, Xavante e Akroá no período da mineração e contra os Xavante e Xerente no decorrer da fase agropastoril. Essas pessoas procuravam ouro, trabalhavam com transporte ou comércio, se ocupavam no plantio de alimentos ou dedicavam-se à criação de gado e viviam contatos constantes com os grupos indígenas. Os interesses imediatos desse grupo levavam-no a se posicionar de maneira diferente dos administradores portugueses, embora houvesse concordância em assuntos como os aldeamentos, quanto à forma de relação a ser desenvolvida com os nativos diferiam em metodologia. Os *locais* preferiam aplicar a força, os *lusitanos* o convencimento pacífico[68].

[68] Os termos locais e lusitanos servem aqui como indicadores de perspectiva de visão político-social.

Todavia, imaginar os conquistadores *goianos*[69] e metropolitanos como opositores ferrenhos firmemente estabelecidos em lados opostos é um erro tão grave quanto considerá-los iguais entre si. Exemplificando, uma das formas mais utilizada pelos *goianos* foi o combate bélico, através de efetivos armados que procuraram forçar a retirada do indígena de uma forma ou de outra, liberando novos espaços territoriais. As expedições com essa finalidade eram organizadas por autoridades administrativas da Capitania ou dos arraiais, mas também por particulares, sendo financiadas ora pela Fazenda Real, ora pelos moradores. Para esses acontecimentos contribuíram a legislação do reino português, dúbia sobre o trato com os indígenas, e o desejo dos luso-brasileiros de apossarem de terras e de enriquecerem com a exploração de algum veio aurífero.

A percepção autonomista era assumida pelos povos indígenas. Constituía-se de um conjunto de práticas metamorfoseadas que em suas características político-guerreiras foi construída conforme as circunstâncias vivenciadas pelos Xavante, Xakriabá, Akroá e Xerente. Esses grupos, diante da invasão de seu território, às vezes com o desalojamento de suas casas, a privação de suas liberdades e o alijamento de seu modo de vida, foram levados a criar novos elementos de batalha para o embate com um adversário estranho e de estratégias ainda desconhecidas. Nesse processo, os Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá desenvolveram ações diferenciadas por grupo e região e, também, por situação e período vivenciados no contato. Fizeram guerra ou optaram por uma *paz* em aldeamentos. Converteram-se, reinventaram hábitos ou pelo menos adicionaram novos elementos materiais a sua cultura. Mantiveram contatos belicosos ou brigaram em uma convivência forçada pela manutenção de seu modo de ser e seu espaço de sobrevivência, ou fugiram buscando um novo espaço ainda livre da presença ostensiva dos luso-brasileiros.

[69] O termo *goiano* é aqui utilizado apenas para criar uma ligação entre o local em que se encontram os indivíduos e as suas práticas, quase nada tendo a ver com o gentílico goiano, hoje utilizado para caracterizar os nascidos no Estado de Goiás.

A despeito de haver sofrido com a violência e a opressão e terem passado por inúmeros revesses e perdas materiais, padecer com diminuição populacional, redução territorial e confinamento, as ações indígenas na relação com o conquistador não se desenvolveram restringindo-se à reação insensata ou à submissão passiva. Houve atitudes que apontam na direção de uma adaptação de ações rumo à nova situação vivenciada pelos indígenas. Essas posturas, por serem diferenciadas, indicam uma interpretação particular desenvolvida pelos diferentes grupos indígenas.

Para orientação da discussão, nesse estudo foram escolhidos, entre outras possibilidades, 4 elementos que nortearam o desenvolvimento dos contatos entre os grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá com os conquistadores luso-brasileiros, quais são: aldeamento, guerra, incursões e campanhas, e fugas e retiradas. Na medida em que as fontes e nossa capacidade de interpretação permitiram, foi através desses eixos que se buscou reconstruir essa história.

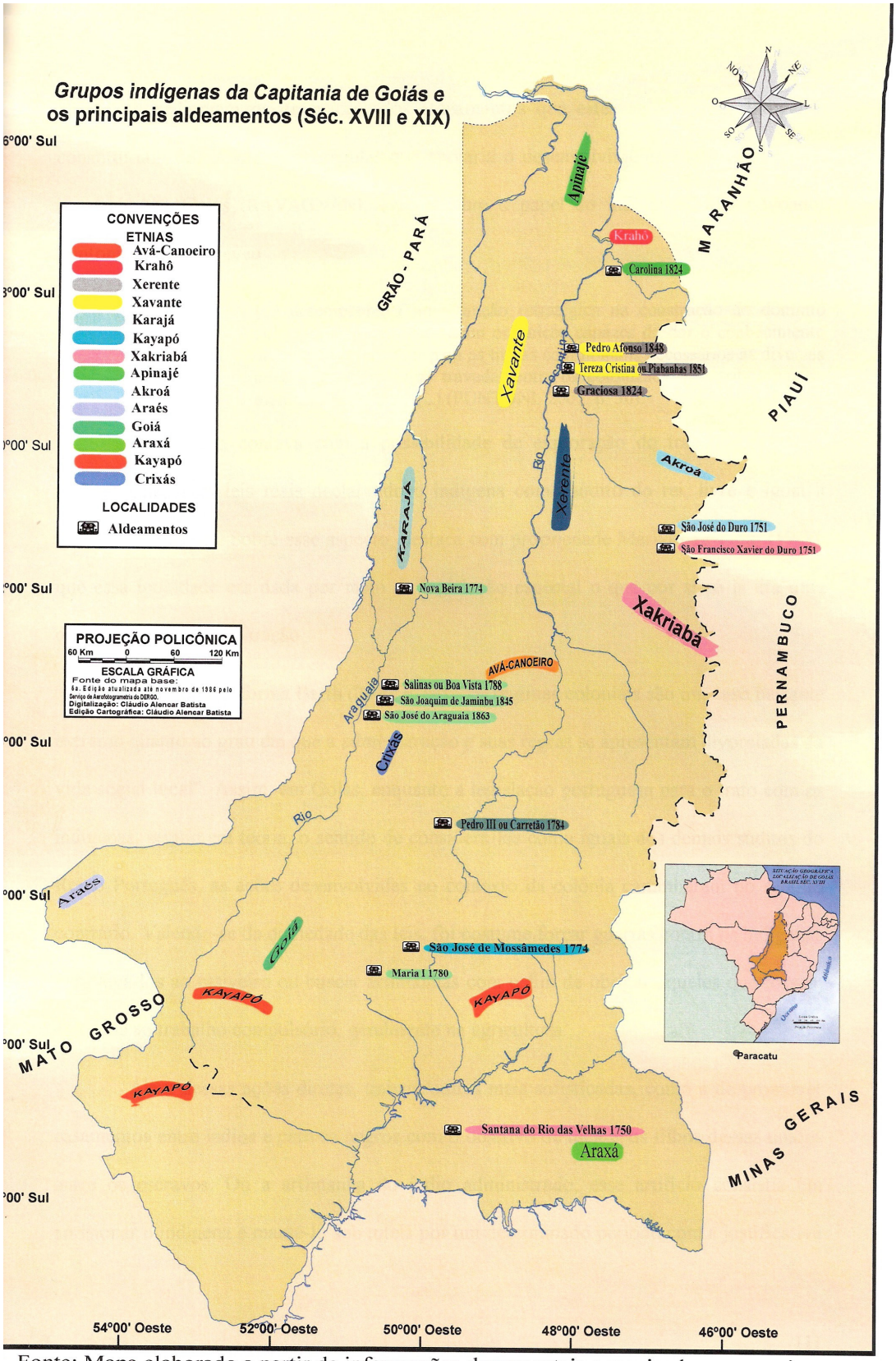
Desses elementos, os dois primeiros, *guerra e aldeamento*, foram determinados pela dinâmica dos administradores portugueses residentes em Lisboa ou em Vila Boa[70], e pelas ações daqueles que buscavam ouro no interior da Capitania de Goiás. Todavia, os dois últimos, *incursões e campanhas*, e, *fugas e retiradas*, são elementos que operaram pelas diferentes ações e atitudes dos grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá, e seus envolvimentos pelo movimento de expansão da conquista luso-brasileira de Goiás. Cada um desses elementos está ligado a uma concepção cultural de mundo e é determinado por uma dinâmica, uma compreensão social e/ou pela capacidade de mobilização dentro do processo e do espaço de contato entre luso-brasileiros e indígenas.

[70] Lisboa era a capital do Reino de Portugal e Vila Boa a capital da Capitania de Goiás, hoje a Cidade de Goiás.

O aldeamento foi uma das práticas político-administrativa bastante utilizadas nos contatos entre os luso-brasileiros e os grupos indígenas na Capitania de Goiás, a qual, pelas intenções e esforços da administração portuguesa, caminharia na direção da evangelização do índio e do progresso do reino. Objetivava a inclusão do indígena no modelo de *civilização* européia e, também, ao menos pelo recomendado no papel, a previsão de resguardá-lo dos males da colonização (PALACIN, 2001, p 66). Já do ponto de vista dos *goianos*, a limitação do espaço ocupado pelos indígenas pareceu ser sempre o objetivo maior dos aldeamentos. Intento este justificado pelos interesses econômicos ligados à terra. Interesses que, como sugere Barth (2000, p. 61-62), são fatores fundamentais nas situações de contatos culturais. A limitação do espaço indígena visava à liberação de território para a prospecção de veios auríferos e para a formação de fazendas de criação de gados. Observando a localização dos aldeamentos vemos duas perspectivas em sua distribuição uma servir de barreira para outros grupos ainda não *reduzidos* e/ou constituírem centros de povoação modelos (Figura 6).

Os aldeamentos também procuraram viabilizar uma força de trabalho indígena. E tiveram algum êxito, utilizada que foi em diversas épocas e funções em conformidade com os interesses do momento. Esse contingente indígena serviu como reserva de apoio estratégico para defesa contra investidas de outros grupos não assimilados. Foi útil na formação de um suporte para as caravanas de transporte de ouro ou para a tripulação de barcos na navegação dos rios Araguaia e Tocantins e a constituição de uma força de produção de gêneros alimentícios para o comércio.

Figura 6: aldeamentos indígenas de Goiás



Fonte: Mapa elaborado a partir de informações documentais pesquisadas em arquivos
Elaboração: Cleube Alves da Silva

Acreditavam os defensores dos aldeamentos que estes aglomerados indígenas constituiriam um povoamento regular que apoiaria o desenvolvimento da produção e do comércio em Goiás (RAVAGNANI, 1987). Sobre o papel do indígena como povoador Puntoni (2002) escreveu:

> [...] desempenhava uma função estratégica na construção do domínio colonial. Os autóctones eram os únicos capazes de dar o conhecimento das terras e contribuir para as tropas com homens necessários às diversas guerras e escaramuças travadas entre os colonizadores e tribos que se manifestavam hostis [...] (PUNTONI, 2002, p. 50).

Esta opção contava com a possibilidade de exploração do trabalho indígena, embora existissem leis reais declarando o indígena como súdito do rei, livre e igual a qualquer português. Sobre esse aspecto, destaca com propriedade Marivone Chaim (1983), que essa igualdade era dada por meio de legislação especial o que por si só já era uma diferenciação na equiparação.

Mas como informa Barth (2000, p. 64), "os regimes coloniais são um caso bastante extremo quanto ao grau em que a administração e suas regras se apresentam divorciadas da vida social local". Assim, em Goiás, enquanto a legislação portuguesa para o trato com os indígenas, seguiu em teoria, o sentido de considerá-los como iguais aos demais súditos do Reino Português, as ações desenvolvidas no contexto da colônia caminharam no sentido contrário. Valendo-se da dubiedade das leis, foi costume forçar guerras contra os indígenas para levá-los ao cativeiro ou buscar artimanhas com o fim de obrigar aqueles que fossem aldeados ao trabalho compulsório, geralmente na agricultura.

Além dessas ações diretas, tinham outras mais sofisticadas, como a de promover casamentos entre índios e cativos negros com o objetivo de incluir os filhos dessas uniões entre os escravos. Ou a artimanha do índio administrado, esse artifício consistia em aprisionar o indígena e mantê-lo sob tutela por um determinado período com a justificativa de cuidar de sua *educação* e *civilização*. Em troca, o indígena trabalhava para seu tutor.

Acontecia, entretanto, que era costume das pessoas manterem essa situação por toda vida do índio além de venderem umas as outras as administrações desses nativos.

As primeiras ações no sentido de aldear indígenas em Goiás ocorreram com a Carta Régia de 19 de janeiro de 1749, na qual continha instruções ao governador Marcos de Noronha de como se devia pautar a política de aldeamentos. As recomendações eram de que agissem "principalmente pela suavidade e persuasão, e não se procurem domar pelas armas, senão quando seus insultos forem por outro modo irremediáveis e estiverem exaustas todas as esperanças de os domesticar de outra sorte"[71]. Procurando cumprir as ordens régias, Noronha criou no norte da Capitania os dois únicos aldeamentos do século XVIII que não nasceram sobre a égide do Diretório pombalino. Foram eles São José do Duro e São Francisco Xavier do Duro, destinados ao acolhimento dos grupos Akroá e Xakriabá, respectivamente.

À exceção dos aldeamentos do Duro, os demais estabelecimentos de Goiás, aos quais foram destinados Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá durante o século XVIII, aconteceram após a publicação do Diretório, o que não significa que suas orientações tenham sido completamente seguidas. Adotado para Goiás em 1758, o Diretório só terá efetiva observação a partir do governo José de Almeida Vasconcelos[72], que teve início em 1772. Seguidor fiel da política pombalina, Vasconcelos desenvolveu sua aplicação em Goiás e iniciou uma defesa ardorosa da utilização do indígena para o sucesso da ocupação efetiva da Capitania em um modelo colonizador português. Foi durante sua administração que foram construídas as instalações de São José de Mossamêdes, o mais suntuoso aldeamento de Goiás, que contava com uma residência de verão para os governadores da Capitania, uma igreja, uma casa de roda de fiar com 190 fuzos e 8 teares, hospital, moinho,

[71] Carta de Antonio Azevedo Coutinho a D. Marcos de Noronha. In. PALACIN, Luis. *Província de Goyaz*. Goiânia, Oriente, 1968. p. 48.
[72] D. José da Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho foi governador da Capitania de Goiás entre 26 de julho de 1772 e 7 de maio de 1778.

engenho de farinha de mandioca, engenho de moagem de cana, paiol e pomar, entre outras construções (CHAIM, 1983, p. 227).

Figura 7: Missão de São Francisco Xavier do Duro

Fonte: APOLINÁRIO, Juciene R. *Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão.* Goiânia: Kelps, 2006. p. 116

Figura 8: Aldeamento de São José de Mossâmedes.

Fonte: Estampa de Joaquim Cardozo Xavier pertencente à Biblioteca Mario de Andrade, São Paulo. In. TELES, José M.; PINHEIRO, Antonio C. C.; APOLIN;ARIO, Juciene R. *Cat;alogo de verbetes dos manuscritos avulsos da Capitania de Goiás existentes no Arquivo Histórico e Ultramarino*. Brasília: Minc. Goiânia: Sociedade Goiana de Cultura, 2001. p. 34.

Observe que a disposição espacial da Missão de São Francisco Xavier do Duro tem uma disposição do espaço e dos indígenas como barreira a outros povos ou vigilantes a serviço dos luso-brasileiros. Por sua vez as edificações de São José de Mossâmedes se dispunham de forma a criar o centro urbano que vinha a cumprir uma das finalidades do

Diretório, fazer dos aldeamentos vilas de povoamento, além de criar um ambiente de trabalho vigiado que seguia as normas do sistema europeu.

Sobre o *Diretório que se deve observar nas povoações dos Índios do Pará e Maranhão*, lei de 6 de junho de 1755, adotado para a Capitania de Goiás, por alvará de 8 de maio de 1758, fazem-se necessárias algumas considerações. Essa lei é considerada a mais completa com os objetivos de dar liberdade aos indígenas e fazê-los súditos da metrópole portuguesa, e define, em seu artigo primeiro, sua visão de índio ao dizer:

> [...] estes pela lastimosa rusticidade, e ignorância, com que até agora forão educados, não tenhão a necessária aptidão, que se requer para que o Governo, sem que haja quem os possa dirigir, propondo não os meio da civilidade, mas da conveniência, e persuadindo-lhes os próprios dictames da racionalidade, e de que vivião privados [...] (CHAIM, 1983, p. 189).

Essa visão de *rusticidade, ignorância e incapacidade* indígena segue no artigo terceiro no qual, em sua primeira parte, continua os esclarecimentos sobre as condições pelas quais eram vistos os indígenas e diz que os nativos:

> [...] se conservarão até agora na mesma barbaridade, como se vivesse nos incultos Sertoens, em que nascerão, praticando os pessimos, e abominaveis costumes do Paganismo, não só privados do verdadeiro conhecimento dos mysterios da nossa Sagrada Religião, mas até das mesmas coveniencias Temporáes, que so se podem conseguir pelos meios da civilidade, da Cultura, e do Comercio: [...] (CHAIM, 1983, p. 190).

E na segunda parte são definidos os objetivos principais do Diretório, na qual o autor do documento define que é:

> [...] evidente, que as paternáes providencias do nosso Augusto Soberano, se dirigem unicamente a christianizar, e civilizar estes até agora infelices, e miseráveis Povos, para que sahindo da ignorância, e rusticidade, a que se achão reduzidos, possão ser úteis a si, aos moradores, e ao Estado: [...] (CHAIM, 1983, p. 190).

Seguindo o propósito de civilização, o Diretório apresentava também artigos pelos quais buscava igualar os índios aos lusitanos e seus descendentes brasileiros. Entre esses se encontravam os de número 6, 7 e 8, que impunham aos indígenas o ensino regular em língua portuguesa "[...] por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para

desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes [...]"[73]; e o de número 11 que determinava que cada índio devia ter um sobrenome português "[...] por ser moralmente certo, que tendo eles os mesmos apelidos e sobrenomes, de que usam os brancos, e as mais pessoas que se acham civilizadas, cuidarão em procurar os meios lícitos e virtuosos de viverem e se tratarem à sua imitação"[74]. O artigo 10 proibia que os índios fossem chamados de negros, pois "[...] além de ser prejudicialíssimo à civilidade dos mesmos índios, este abominável abuso seria indecoroso às Reais Leis de Sua Majestade chamar *Negros*[75] a uns homens que o mesmo Senhor o foi servido nobilitar e declarar por isentos de toda e qualquer infâmia [...][76]". O artigo 9 aconselhava que os indígenas ocupassem os cargos administrativos em suas povoações para separar dos *vícios*, *abatimento* e *vileza* em que se encontravam, e os artigos 87e 88, recomendavam aos diretores dos aldeamento que facilitassem a promoção de casamentos entre *brancos* e índios com o fim de fazer desaparecer a *odiosa* e *abominável* distinção entre eles.

Nas recomendações do Diretório pombalino sobre a equivalência dos aldeamentos a Vilas, naquilo que determinava a estrutura administrativa, recomendava a criação de cargos públicos como Juízes Ordinários e Vereadores. Orientava também que os referidos cargos nessas povoações fossem dados em prioridade aos indígenas segundo suas habilidades e competências. Ocorria, entretanto, que os cargos dados aos indígenas eram somente de fachada servindo apenas para que os chefes nativos se sentissem honrados e colaborassem na obediência dos grupos aos diretores. Ademais, o regime desses

[73] "Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrario". In. CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos Indígenas: Goiás, 1749-1811*. 2ª ed. ver. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. p. 191.
[74] "Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrario" In. CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos Indígenas: Goiás, 1749-1811*. 2ª ed. ver. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. p. 194.
[75] Grifo no original
[76] "Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário". In. CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos Indígenas: Goiás, 1749-1811*. 2ª ed. ver. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. p. 193-194.

aldeamentos não coadunava com a cultura e o modo de viver indígena e, como já destacado, procurava forçá-los a um sistema de trabalho disciplinado nas regras européias. O engodo dos cargos e o firme propósito de disciplinamento com o trabalho foram dois fatores que levaram os indígenas a abandonar os estabelecimentos oficiais.

Na perspectiva de não respeitar a cultura indígena e buscar a disciplina de *civilização*, o Diretório trazia uma preocupação constante. Afora os artigos que prescreviam o ensino regular em escolas com mestres e mestras que ensinariam as crianças indígenas a ler e escrever em língua portuguesa, a respeitar o príncipe e a adotar sobrenomes ao modo dos brancos, seguiam-se outros, como o de número 12, que determinavam a construção de casas para os indígenas ao modelo dos brancos com vários cômodos, a fim de coibir a indecência e diferenciar o convívio entre os sexos. Ou o de número 15 que orientava os diretores para que procurassem desenvolver nos índios o costume de se vestir procurando

> [...] introduzir neles aquelas imaginações, que possam conduzir a um virtuoso e moderado desejo de usarem vestidos decorosos e decentes; desterrando deles a desnudez, que sendo efeito não da virtude, mas da rusticidade, tem reduzido a toda esta corporação de gente a mais lamentável miséria (CHAIM, 1983, p. 195).

Havia também a preocupação em coibir o vício da embriaguez, tratado nos artigos 13 e 14, combater o ócio, desenvolver a constância no trabalho e/ou a aquisição do gosto pelo comércio (artigos 16, 17, 18, 19, 20 e 21)[77].

O Diretório, como as demais leis e regimentos trouxe, embutido em seu interior, a visão cultural de seus idealizadores, os quais não conseguiram fugir das concepções ideológicas de sua época e suas influências, construindo um documento que buscava

[77] "Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário". In. CHAIM, Marivone Matos. Aldeamentos Indígenas: Goiás, 1749-1811. 2ª ed. ver. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. p. 195-197.

certificar indígenas como vassalos portugueses. Todavia, para que isso ocorresse os indígenas deveriam renunciar a sua cultura, se travestindo de europeu.

Por fim, Chaim (1983) está correta quando afirma que o *Diretório*, apesar de apontar avanços, constituía em mais um instrumento que "diferenciava os índios dos demais vassalos, visto que eram eles regidos por Leis especiais" (CHAIM, 1983, p. 140). Assim, indígenas e luso-brasileiros continuavam a constituir dois grupos diferentes, porque pelo *Diretório* os segundos são superiores, pois eram dotados de razão e religião e sabiam governar a si mesmos, coisa que os indígenas não faziam por serem desprovidos de civilidade, cultura e comércio. Por tais deficiências, as ordens e intenções do rei constituíam-se em desejo de transformar o indígena em uma cópia de segunda categoria do europeu. Algo sem grande importância porque qualquer súdito que produzisse pagaria os impostos, o que servia aos moradores locais e ao Reino.

Entre o pensamento régio a respeito do indígena e o que era esposado pelo colonizador, havia grande diferença (CHAIM, 1983, p. 92). Nesta perspectiva, enquanto o governo metropolitano buscava agremiar os indígenas, os luso-brasileiros que viviam no *front* da conquista desejavam livrar-se deles ou cativá-los. Posições que geravam conflitos de autoridades e discussões políticas e o cumprimento da legislação dependiam do jogo de forças entre os atores interessados. Após o aldeamento dos Akroá e Xakriabá, ao norte, a Capitania de Goiás tinha como problema outro grupo jê, os Kayapó, que combatiam os conquistadores no sul. Em debate sobre o que se fazer diante das hostilidades destes indígenas, o ouvidor geral Agostinho Luís, como porta-voz das aspirações locais, escreve ao governador Marcos de Noronha, apresentando uma solução de como deveriam agir nesta questão. Na opinião de Luís não havia outra maneira dos *goianos* se defenderem:

> [...] senão acometendo ao caiapó nos seus alojamentos, matando-o, destruindo-o, arruinando-o e pondo-o em uma fuga e distância tal que

> fiquem rotos e temidos, e os poucos que ficaram se não animem a cometerem mais, semelhantes excessos[78].

Em correspondência ao ouvidor geral, o governador rebate os argumentos de seu interlocutor, afirmando que:

> [...] não posso deixar de me admirar que Vossa Mercê sendo Professor de Letras me queira persuadir com seu voto, que eu posso tomar sobre mim as conseqüências de uma guerra, que para se fazer, nem Sua Majestade com seu poder absoluto a quis resolver[79].

Esses documentos vêm corroborar a perspectiva levantada neste estudo que os habitantes do *front* de *conquista* tinham por preferência combater belicamente os grupos indígenas e que os administradores ligados à metrópole posicionavam-se, sempre que as pressões locais permitiram, contrariamente a esse expediente.

Todavia, quando as pressões locais eram significativas ou o desejo dos administradores em efetuarem algo de importante para os olhos do Reino tornava-se imperioso, esses também aderiam às estratégias locais. Alencastre (1864) escreveu sobre como se desenvolveu uma campanha contra os Cayapó[80] no governo de João Manuel de Melo, responsável pela implantação do Diretório em Goiás. Uma expedição chefiada pelo cabo de pedestres, Victor Antônio, um homem de confiança do governador, que seguiu com 60 homens para o combate com aquele grupo indígena (ALENCASTRE, 1864, p. 160-161). A descrição das ações do comandante da expedição e seus seguidores, nas palavras de Alencastre (1864) foram que:

> Um chronista, referindo-se ao successo d'esta bandeira, diz, fallando do chefe que a dirigiu, que Victor Antonio mostrou-se tão valente quam barbaro. Atacando duas grandes aldeãs, n'ellas fez a mais feia carnagem, sem mesmo perdoar aos que se rendiam, implorando a vida (ALENCASTRE, 1864, p. 160).

[78] Carta do Governador Marcos de Noronha ao Ouvidor Geral Agostinho Luis em 26 de julho de 1755. AHE-GO. Livro de Correspondência dos Governadores 1755-1763. p. 30.
[79] Carta do Governador Marcos de Noronha ao Ouvidor Geral Agostinho Luis em 26 de julho de 1755. AHE-GO. Livro de Correspondência dos Governadores 1755-1763. p. 33v.
[80] A grafia utilizada segue a utilizada por Giraldin (1997) e define os Cayapó do Sul, diferentemente de Kayapó, usada por Posey (1986) para os Kayapó do Pará.

O mesmo autor deu informações sobre os saldos de tal empreitada escrevendo que:

> Esta expedição, que custou aos povos 8:000$, não produziu outro fructo senão, diz o mesmo chronista, de alguns prisioneiros, que *foram vendidos* em proveito dos empregados da bandeira. [...] sendo entretanto para admirar que no governo do severo João Manoel de Mello se visse em villa boa aberto um mercado de índios! (ALENCASTRE, 1864, p. 160-161, grifo do autor).

O espanto de Alencastre se deve ao fato de o governador João Manuel de Melo ser homem de confiança do Marquês de Pombal, e quem lhe havia enviado à Capitania de Goiás com missão de fiscalizar ações e contas de administrações anteriores e de implantar a política indigenista laica sob a tutela do Estado. Apesar de todas as suas ligações com o governo de ultramar, Mello não conseguiu escapar da teia de ações que efetivava a separação entre a concepção administrativa lusitana e o gerir a vida social local. Vê-se, em atitudes como essa, uma anulação das regras de proteção dos indígenas ditadas pelas instituições lusitanas em uma nítida dissociação entre o pensado pela metrópole e as ações administrativas desenvolvidas na colônia.

Retomando a discussão sobre os aldeamentos, existe uma clássica divisão quanto à forma em que eles aconteciam a qual se dava de duas maneiras distintas: na primeira, os indígenas eram forçados e na segunda, esses nativos optavam pela nova vida. Essas duas opções, como maneiras simples e lineares, não esclarecem por inteiro os acontecimentos, algo também que não é objetivo deste trabalho. Todavia, nem a primeira ou a segunda situação ocorria de fato como parece ser à luz de uma classificação simples. Isso porque quando os indígenas desistiam de uma guerra e assinavam um termo de paz havia questões intrínsecas nesse comportamento que podiam trazer vantagens, para o grupo, dentro do contexto por eles vivido naquele momento. Um exemplo disso é que poderiam estar interessados em instrumentos de ferro ou buscassem um período de sossêgo para recompor

as forças. Questões como essas ainda foram pouco exploradas em estudos sobre história indígena em Goiás.

Veja-se o termo de paz assinado pelos Akroá (Akroasú) no sertão do Gilbués, na Capitania do Piauí, em 1745, como um exemplo de acerto entre partes que se viam, embora talvez não fosse real, nas mesmas posições. O superintendente de guerra, capitão-mor Antônio Gomes Leite, acerta com o representante dos Akroá (Akroasú) a paz com a promessa de que

> [...] em nome de Sua Majestade que Deus guarde a paz sem mais lhes fazer guerra e que seriam conservados debaixo da sua proteção e *defendidos das nações inimigas*, *que estariam em sua inteira liberdade* como os que tinham ficado prisioneiros da guerra passada, e que nenhum branco lhe faria dano ou vexação alguma, *e que teriam toda a terra que lhe fosse necessária para suas roças,* sem que pessoa alguma pudesse perturbar ou inquietar e que com eles estariam nas suas aldeias padres missionários ensinando-os para serem cristão e filhos de Deus, e tratar deles com tudo o que lhe fossem necessário[81] (ALMEIDA, 2003, p. 99-100, grifos nossos).

Um pacto com os conquistadores que assegura a paz que os Akroá não tinham, pelo menos, desde 1747, ano do qual já que vinham guerreando com os conquistadores em Pernambuco e Maranhão, onde tinham morrido muitos dos seus e outros tantos haviam sido feitos cativos[82]. Que lhes garantia liberdade, segurança contra inimigos tradicionais e direito a terra para o plantio de suas roças poderia ser uma ótima condição para os Akroá se refazerem de perdas materiais e um meio de fortalecer o grupo.

Segue à mesma perspectiva do acerto com os Akroá, uma proposta de paz enviada pelo governador Marcos de Noronha, em 1750, aos mesmos Akroá, agora no sertão do Duro. A promessa de Noronha a quem quisesse a paz que ele iria "ser tratado com muita

[81] Cópia do termo de Ajuste de Pazes. Ms. AHU, Caixa 17, Doc. 3580.
[82] Carta do Governador D. Marcos de Noronha ao Rei, Vila Boa, 20 de Janeiro de 1751. *RIHGGO* Goiânia, Março de 1985, n. 6. p. 28

civilidade, e que lhe dariam terras, para se situarem, missionários para os dirigirem e que nem eles, nem seus parentes ficariam sujeitos a nenhuma lei de cativeiro"[83].

Segue a mesma tônica acerto feito pelo capitão José Pinto da Fonseca, representando o governador Tristão da Cunha, quando da chegada dos Xavante ao aldeamento de Pedro III, o Carretão, em 13 de janeiro de 1788. Na chegada dos indígenas ao aldeamento, eles foram recebidos com festas e saudados por autoridades. Entre as mais citadas está o vigário de Crixás, João Batista Gervazio Pitaluga e os Sargentos-mores Álvaro José Xavier e Bento José Marques. Diante dos Xavante liderados por seu *maioral*[84] Arientomô-Iaxé-qui, Fonseca dá posse da terra do aldeamento aos indígenas fazendo o seguinte compromisso:

> O nosso capitão grande, a quem os brancos, os negros, a as nações da vossa cor, xacriabás, carajás, javaezes e caiapós, obedecem, aquele mesmo que compadecido das vossas misérias, nos enviou a convidar-vos nas vossas próprias terras, afim de deixardes a vida errante, em que viveis como indomáveis feras, e virdes entre nós gozar dos commodos que vos oferrece a sociedade civil, debaixo da muito alta, poderosa e maternal protecção da nossa augusta soberana, a Senhora D. Maria I, rainha de Portugal, que habita além do grande lago oceano, me envia aqui a receber-vos, e comprimentar-vos de sua parte, e segurar-vos as suas boas intenções, offerecendo-vos estes presentes, signaes de uma eterna aliança, com deseja firmar a paz, união e perfeita amizade, com que reciprocamente nos devemos tratar.
> Ao mesmo tempo, em nome de nosso capitão grande, vos faço real entrega d'esta aldeã, que para vosso domicilio tem destinado, a qual pertecendo-vos de hoje em diante como própria, tambem sereis perpétuos possuidores d'estes dillatados campos, rios e bosques, até onde vossas vistas possam alcançar (ALENCASTRE, 1864, p. 335-336).

Garantia semelhante a recebida pelos Xavante foi dada por José de Almeida Vasconcelos, governador da Capitania de Goiás, no acerto de aliança com os Javaé e os Karajá. Esses grupos têm registros textuais indicando que nesse período tinham suas habitações distribuídas pela ilha do Bananal e circunvizinhança. Vasconcelos em carta aos caciques da ilha do Bananal, então chamada Sant'Ana, propõe que

[83] Carta de Marcos de Noronha a Rei. Vila Boa, 10 de fevereiro de 1751. *Revista do Arquivo Histórico Estadual*. Goiânia, março de 1985. nº. 6. p 29

[84] Maioral é um termo de época utilizado para definir um chefe superior indicado pelos diferentes chefes indígenas para situações como a negociação com os não-indígenas.

> Como lugar-tenente que sou n'esta capitania do muito alto e poderoso senhor rei D. José I de Portugal e dos Algarves, d'além mar, em África senhor de Guiné e da conquista e navegação da Ethiopia, Arábia, Pérsia e Índia, etc: Vos envio a assegurar por este meu official commissario a pureza e ternura de coração com que desejo a vossa amizade, e praticar a beneficio vosso todos os piedosos efeitos de protecção, que me determina o nosso cummum pai e augusto soberano, aquelle que é senhor das próprias vidas dos brancos e dos negros, e que, existindo além da grande lagoa chamada oceano, envia para cá aos seus filhos que tanto facilitam a suas comodidades, e de que vos mando de presente essa pequena amostra, em sinal dos meus ternos sentimentos.
> Persuado-vos, pois, dos seus bons auspícios, e de tudo quanto vos disser este official a meu respeito, na certeza de que, procurando sincero a minha protecção, não deveis temer o acoroá, nem algum outro dos vossos inimigos; porque contra todos mandarei soccorrer-vos com muita pólvora e bala, e homens próprios a manejar as armas.
> Villa Boa, 4 de Maio de 1775. José d'Almeida Vasconcellos. (ALENCASTRE, 1864, p. 268-269).

As longas citações, ainda que cansativas, têm por objetivo demonstrar que os indígenas em uma situação, a qual é comumente vista como de sujeição, tinham possibilidades de negociação ou pelo menos a perspectiva de assegurar determinadas coisas que lhes eram necessárias. Nesse processo, o *poderoso* rei de Portugal, Algarves, África e adjacências, não vêm querendo impor-se pela força. Pelo contrário, propõe uma aliança com o oferecimento de auxílio militar contra inimigos tradicionais dos Karajá e Javaé. O soberano envia presentes que nas palavras de seu emissário "cousas que tanto facilitam suas comodidades" e proteção (ALENCASTRE, 1864, p. 268). O senhor das vidas dos brancos e negros não se apresenta como um monstro, um destruidor de inimigos, mas como aliado. O soberano português e seus representantes são sujeitos que se exprimem como seres desejosos em obter a amizade dos indígenas. Hoje são conhecidas as intenções por detrás destas propostas. Todavia, para o indígena o que se desenhava era o que lhe era exposto, e isso em determinadas situações poderia satisfazer os anseios de determinado grupo.

O processo de negociação com os Javaé e Karajá, fez parte dos objetivos administrativos de José de Almeida Vasconcelos, que nas palavras de Alencastre (1864) buscava cumprir

> As terminantes recommendações que pela secretaria do ultramar recebêra, para cuidar com particular empenho da reducção e pacificação dos indios, podia ser agora cumpridas de modo vantajoso [...] chamar à paz e ao governo da civilização os carajás e javaez, fundar uma povoação na margem do Araguaya, e preparar o futuro da navegação d'este rio [...] (ALENCASTRE, 1864, p. 265).

E o trabalho de José Pinto com os indígenas depois de chegar à ilha do Bananal demorou mais de 15 dias. Os Karajá estavam ainda desconfiados e com as lembranças de antigas ofensas feitas pela bandeira de Antônio Pires de Campos, que 20 anos antes tinha se aproximado deles simulando paz e depois atacou suas aldeias fazendo muitos prisioneiros e matando outros tantos. Porém, nessa ocasião, mesmo relutantes em acreditar nos *brancos*, as ofertas para negociarem eram sedutoras e eles aceitaram. Os indígenas obtinham condições que poderiam trazer-lhes estabilidade, segurança contra os inimigos e mais presentes dos luso-brasileiros. A estabilidade e a paz que os Akroá provavelmente viram como uma boa oportunidade, já que vinham sofrendo com guerras e cativeiro,[85] se materializavam, também, na aliança dos Javaé e Karajá. Esses grupos, além do apoio que obtiveram para a luta contra os Xavante, tiveram seu aldeamento, Nova Beira, estabelecido em terras de sua ocupação tradicional e ganharam enfeites para o corpo e ferramentas para o cultivo da terra, "essas muito apreciadas pelos indígenas" (ALENCASTRE, 1864, p 268).

Os compromissos contidos nos acertos citados acenavam para uma paz duradoura e as posses definitivas de terras, objetivos que os indígenas certamente desejavam tendo em vista que os mesmos aceitaram. Essas condições possibilitadas com os acertos de paz também eram desejadas pelos indígenas porque as guerras constantes interferiam na vida

[85] Carta do Governador D. Marcos de Noronha ao Rei, Vila Boa, 20 de Janeiro de 1751. *RIHGGO* Goiânia, Março de 1985, n. 6. p. 28

cultural e ritual dos grupos. Torna-se inviável a realização de cerimônias e rituais quando não se tem tempo para plantar e colher, quando não se pode pescar ou caçar ritualmente. Com a posse da terra assegurada, tinha-se a possibilidades dessas atividades serem realizadas. No acerto entre os Xavante e os luso-brasileiros, essas terras seriam tão *dilatadas* quanto as vistas alcançassem, o que ia ao encontro da organização social xavante que se constituía em unidades mais móveis seguindo características dos povos de savana[86].

O que importa é a percepção de um agente histórico que opera através de um código cultural, mas que percebe e especula com a presença de outros agentes e de outras culturas. Compreende-se que dentro das conversações para paz ou aliança os grupos indígenas conseguiam negociar determinadas condições ou concessões. O exemplo mais contundente dessa situação aconteceu com os Xavante que conseguiram manter sua unidade quando de seu aldeamento, em 1788. As autoridades administrativas da Capitania de Goiás, temendo o número de indígenas em um só local, queriam dividi-los entre os estabelecimentos de Carretão e Salinas. Depois de se manifestarem contrários a ida de metade deles para Salinas, os Xavante seguem unidos para o Carretão, onde entram mais de três mil pessoas em "meio a acllamações de alegria, e ao som dos seus maracás, trombetas e caixas de guerra" (ALENCASTRE, 1864, p. 334-335). Um espetáculo festivo provavelmente orquestrado pelo governador Tristão da Cunha, defensor da idéia de que deveria agradar os indígenas com o modo de viver dos *brancos* para que esses tomassem gosto pela *civilidade*.

As festividades e os termos de paz e alianças só não apresentam as definições do que seria viver na *civilidade*, algo que os indígenas só descobriram mais tarde na vivência dos aldeamentos e de suas ordens de comportamento e produção.

[86] Sobre diferenciação entre povos da savana e povos de floresta ver Claval (2001, p. 192).

A guerra foi uma estratégia bastante utilizada pelos conquistadores luso-brasileiros, também utilizada pelos indígenas, embora, neste trabalho, as ações indígenas sejam tratadas como incursões e campanhas em uma terminologia para diferenciar a compreensão das ações. Defendida e adotada por aqueles que estavam na frente de contato com os indígenas, a guerra luso-brasileira contra os Akroá, Xakriabá, Xavante e Xerente foi determinada por diferenças culturais e pelos interesses econômicos.

A guerra contra os indígenas em Goiás, como no Brasil em geral, foram nomeadas de formas variadas em diferentes momentos do contato. Caracterizou-se, no entanto, pelo objetivo de retirar o indígena de seu território. Aproveitando-se da dubiedade da legislação, os luso-brasileiros sempre invocaram o princípio da *guerra justa* para alcançar o objetivo eliminar o indígena hostil com o avanço dos mineiros do ouro ou dos criadores de gado.

A concepção de guerra justa é jurídica e teológica e suas origens remetem ao direito de guerra medieval. Naquele período instituíram-se certas circunstâncias que eram permitidas aos cristãos fazerem guerras, em especial aos mouros (FARAGE, 1991, p. 27). A adoção desses princípios pelo mundo colonial é explicada por Giraldin (1997), segundo esse autor:

> Com a expansão ultramarina aquela prática, antes utilizada contra os sarracenos, passou a ser aplicada para os grupos indígenas do "Novo Mundo". O principal argumento para justificar a guerra era a 'hostilidade' por parte dos índios (GIRALDIN, 1997, p. 69, grifo do autor).

Outras denominações como *defensiva* e *repressiva* foram dadas à guerra que sempre se destinou a eliminar a *ameaça* indígena ou quando se procurava legalizar o combate àqueles que eram considerados *ofensores*. Essas denominações faziam parte da caracterização da *guerra justa*. A guerra *justa defensiva* era permitida quando grupos indígenas se encontrassem em atitudes que indicassem um ataque iminente. Proibia-se o ataque às aldeias e podia ter autorizações a partir de várias autoridades locais e

metropolitanas. A guerra *justa ofensiva*, pelo contrário, permitia o ataque às aldeias e só poderia ser autorizada pelo rei (CARNEIRO DA CUNHA, 1987, p. 154; PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 124; GIRALDIN, 1997, p. 69). A dubiedade da legislação que proibia a escravização do índio e as diferenças sutis na caracterização trazia a possibilidade da *guerra justa*. A essa condição era somada a inconstância das autoridades, que cediam diante de pressões locais como já visto, e muitas vezes autorizavam a *guerra justa* e depois mandavam fazer devassa sobre sua execução.

Em Goiás a imprecisão legislativa já se fez presente no regimento da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, considerado o descobridor de Goiás, que definia em seu artigo de número quatro:

> Todas as nações de índios que o dito Bartolomeu Bueno da Silva achar por aqueles sertões deve mandar praticar pelos línguas que leva, para que se metam de paz e abracem a nossa Santa Fé, cometendo esta diligencia aos religiosos, para que sejam nossos amigos e possam por meio de toda brandura que com eles se deve usar, alcançar deles noticias necessárias dos haveres que há nas suas terras [...][87].

Essa orientação, que recomenda comedimento e entendimento pacífico com os indígenas, muda de tom quando prevê o caso de os nativos da terra não permitirem o avanço tranqüilo da expedição. Nessa condição, a orientação era bem diferente, dizia:

> [...] se acaso suceder que alguma nação de índios não queira aceitar a paz que se lhes oferece e impedir com armas que a tropa faça suas marchas, pondo-se em peleja, em tal caso lhe fará guerra, matando-os e cativando-os, e dos que ficarem cativos deve tirar os quintos para Sua Majestade, mandando-os para esta cidade para serem vendidos pela Fazenda Real[88].

A dúbia legislação permitia sua adequação à situação que ia ao encontro de interesses dos luso-brasileiros residentes em Goiás. Um dos interesses era o apresamento de indígenas para o trabalho escravo. O governador Marcos de Noronha, em carta ao rei, denuncia essa prontidão dos luso-brasileiros em fazer tudo para facilitar a escravidão dos

[87] Extrato do Regimento da bandeira de Anhanguera, 1721. In: PALACIN, L.; GARCIA, L. F. & AMADO, J. *História de Goiás em Documentos: I Colônia*. Goiânia, editora da UFG, 2001. p. 24-25.
[88] Extrato do Regimento da bandeira de Anhanguera, 1721. In: PALACIN, L.; GARCIA, L. F. & AMADO, J. *História de Goiás em Documentos: I Colônia*. Goiânia, editora da UFG, 2001. p. 24-25.

indígenas. Noronha esclarece que as condições para se fazer prisioneiros de guerra e os levar ao cativeiro eram baseadas em um bando de 5 de março de 1737, expedido pelo Conde de Sarzedas, governador, nessa data, da Capitania de São Paulo com jurisdição sobre as minas de Goiás, que:

> [...] deu faculdade para que livremente pudessem os moradores destas minas,e as mais pessoas que os quisessem acompanhar,fazer guerra aos gentios bravos que arrasam estes sertões, não só pelo caminho que vai destas minas para o povoado, mas também pelo que vai para o Cuiabá, declarado-se-lhe que todo o gentio que apanhasse na dita guerra, ou nos seus alojamentos, ficariam cativos, e só deles se pagariam os quintos de V. Maj[de.].

Todavia, o governador afirmava na mesma missiva que essas situações eram fraudadas por dois motivos. O primeiro, era que Sarzedas não estava investido de autoridade para autorizar tais ações e, segundo, porque as condições para o cativeiro justo recomendadas pela legislação real não estavam configuradas. Noronha enumera as 4 condições que concorriam para tal justificativa, quais eram:

> [...] a primeira que a guerra ofensiva ou defensiva que lhe fizerem seja justa, segunda se impediam a pregação do Evangelio; terceira se estiverem presos a corda para serem comidos; quarta se forem apanhados em guerra justa, que uns tiverem com os outros [...][89]

As condições citadas por Noronha que permitiam a escravização dos indígenas nem sempre se aplicavam aos indígenas de Goiás, mas nem por isso eles deixaram de sofrer ataques com essa finalidade.

O respeito ao direito dos indígenas de defenderem a terra em que viviam era uma tarefa difícil para o luso-brasileiro da conquista de Goiás. Suas ambições e sua visão de mundo, de origem européia, não permitiam que ele construísse uma alteridade onde o índio fosse sujeito. Ao contexto dos contatos em Goiás, quanto à compreensão da cultura indígena, parece aplicável a noção de Clastres (2004) de que no encontro dos europeus

[89] Carta de Marcos de Noronha à Sua Majestade. Vila Boa, 16 de dezembro de 1751. *Revista do Arquivo Histórico Estadual*. Goiânia, março de 1985, nº. 6. p. 18.

(também seus descendentes) "o mundo dos selvagens era literalmente impensável para o pensamento europeu" (CLASTRES, 2004, p. 232). Todavia, os conquistadores em Goiás tinham conhecimento da importância de alianças e conheciam o universo da diversidade indígena em sua multiplicidade de conflitos internos. Para confirmar tal percepção basta ver os acertos de paz e as ofertas de apoio contra inimigos tradicionais dos grupos aliançados pelos luso-brasileiros.

Esse conhecimento, porém, não anulava a visão pré-concebida acerca da conquista, ou talvez o discurso dos luso-brasileiros pelo qual buscavam justificativas para uma verdade já estabelecida: a de que a terra pertencia ao reino português. Exemplo dessa concepção aparece quando Noronha inverte a ordem de invasão territorial em carta ao Rei, quando explica que o meio mais conveniente de lidar com as hostilidades indígenas era contratar um sertanista com promessa de algumas mercês, o qual quisesse localizar-se onde lhe parecesse "mais cômodo a defender a invasão do gentio"[90]. Ou que mesmo no governo de José de Almeida Vasconcelos "o grande defensor da idéia de aldeiar pacificamente os indígenas, não cessaram as bandeiras para combater belicamente os que não se aldearam através dos meios de convencimento por ele defendidos" (SILVA; GIRALDIN, 2004, p. 168).

É evidente que as expedições de guerra aos grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá levaram resultados negativos aos indígenas, como mortes, aprisionamento e escravização, raptos de crianças e mulheres, aldeamentos forçados. Todavia, os combates entre luso-brasileiros e grupos indígenas devem ser compreendidos no contexto. Não para diminuir a força das batalhas dos não-indígenas ou para super dimensionar os combates indígenas, apenas para clarear o processo de conflitos. Nesse exercício, deve-se considerar a maioria demográfica do indígena e as limitações técnicas das armas de fogo da época. Deve-se levar em conta que os europeus tinham técnicas que produziam uma guerra

[90] Carta de Marcos de Noronha à Sua Majestade. Vila Boa, 10 de fevereiro de 1751. *Revista do Arquivo Histórico Estadual*. Goiânia, março de 1985, nº. 6. p. 30.

racionalizada onde até os movimentos para a operação de recarga eram previamente disciplinados (PUNTONI, 2002, p. 225). Em compensação, os indígenas levavam vantagens por conhecerem melhor o terreno e poderem travar uma guerra de emboscadas.

Em um histórico do efetivo de luso-brasileiros armados para combate na Capitania de Goiás tem-se, pelas informações de Noronha, em 1750, de 104 praças, divididos em dois regimentos: uma Companhia de Dragões e uma Companhia de Aventureiros[91]. No governo de Luís da Cunha Menezes, de 1778 a 1783, a força de combate contando efetivos e ordenanças, teria sido a maior chegando a 2.416 homens (ALENCASTRE, 1865, p. 322). Todavia, Silva e Souza (1967, p. 61), fornecendo números da população contada em 1804, diz que dos 13.966 habitantes da repartição norte da Capitania[92], apenas 735 homens constituíam o corpo de indivíduos aptos a tomar armas em um combate.

Para uma comparação numérica entre a população luso-brasileira e a indígena, tomamos os números de índios aldeados em um histórico da força guerra nativa usando cálculo de Verwijiver (1985), citado por Giraldin (1997, p. 95), em que dá uma proporção de quatro pessoas para cada guerreiro. Nessa perspectiva, teríamos no aldeamento Duro, em 1753, 150 guerreiros entre os Akroá e mais de 60 em meio ao Xakriabá. Tinha 750 guerreiros xavantes em 1788 no Carretão. Em 1824, os Xerente contavam com mais de 200 guerreiros entre os aldeados da Graciosa. Por fim seriam 980 guerreiros xavantes e xerentes em Tereza Cristina no ano de 1851.

Esses números referem-se apenas aos grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá, não correspondendo, porém, à totalidade dos indivíduos pertencentes a esses grupos já que nem todos os indígenas aceitavam ir para os aldeamentos. Excluem, também, da

[91] Carta de Marcos de Noronha a Marco Antonio de Azevedo Coutinho. Vila Boa, 16 de janeiro de 1750. *Revista do Arquivo Histórico Estadual*. Goiânia, março de 1984, nº. 5. p. 57.
[92] A comarca do norte foi criada por Francisco de Assis Mascarenhas, em 18 de março de 1809 e compunha-se dos julgados de Porto Real, Natividade, Conceição, Arraias, São Félix, Cavalcante, Flores e Traíras.

contagem outros grupos numerosos como os Kayapó, Avá-Canoeiro, Apinajé, Karajá, que há esse tempo mantinham contatos com os conquistadores em Goiás.

Conclui-se que não havia nos conflitos entre os grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá e os luso-brasileiros em Goiás, vantagens bélicas significativas a favor dos não-indígenas a ponto de causar uma dizimação dos grupos nativos, embora essa tenha sido uma concepção permanente em determinados círculos dos conquistadores. A interpretação é que a queda da população indígena veio, também, por causa de epidemias como a de sarampo que se acometeu sobre os Akroá em 1751 em São José do Duro, a qual sendo "de tão ruim qualidade que dentro de poucos dias tirou a vida a 150"[93]. As condições de confinamento a que muitos grupos foram submetidos nos aldeamentos teriam favorecido esse processo. Uma perspectiva que ainda está por ser investigada na história indígena do Brasil Central.

As incursões e campanhas indígenas foram realizadas contra povoamentos, minas e fazendas. Considerando o que escreve Giraldin (1997, p. 49), que existe entre os grupos jê um processo de vingança como forma de compensar mortes ou perdas sofridas, tendência que promoveria o revide aos ataques luso-brasileiros, outros motivos podem ser incluídos como causas para sua efetivação. Como disserta o mesmo autor, sobre os Cayapó, o desejo pelo botim[94] teria sido outro motivo para atacar os arraiais e fazendas, senão para todos os grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá, pelo menos para alguns. O combate contra os conquistadores de Goiás foi um terreno de aquisições de elementos para a cultura material de alguns grupos indígenas. Os Akroá, por exemplo, foram indicados por Marcos de Noronha como montadores de cavalos que eram adquiridos em saques às fazendas e que também usavam estes para conduzirem gado para suas aldeias com o fim de se

[93] Leite, Pe. Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro, 1938, p. 208. Citado por Ravagnani, 1987, p. 36.
[94] Botim, butim (o que se consegue com o saque após a guerra). Isso valia também para os não-indígenas.

alimentarem[95]. Os mesmos Akroá também passaram a utilizar armas de fogo, manejo também adotado pelos Karajá e Xerente.

Entre as especificidades das incursões indígenas estava a formação em pequenos grupos, característica que permitia uma maior mobilidade de ataque. Vendo por uma perspectiva que o indígena reagia ao mal que lhe faziam, o Conselho Ultramarino ao deliberar sobre as incursões e campanhas, em 1744, conclui que os indígenas:

> [...] se inferem fazerem-no é com medo dos brancos e escandalizados das agressões, que lhe foram ao menos de os espoliarem os novos descobridores que foram furtando das aldeias muitas índias e também alguns índios [...] muitos moradores trazem o gentio injustamente ao seu serviço e a ferocidade deles é devido aos maus tratos e desumanidade dos moradores que os querem extinguir[96].

Essa concepção, adotada mais tarde por historiadores, não conseguiu ver o indígena como um sujeito digno de guerrear por sua terra e sim de apenas reagir contra ofensas. O governador Marcos de Noronha, apesar de não chegar à conclusão de que as vexações que os luso-brasileiros sofriam em suas vidas e bens eram por resultado de suas ações, não concordava com a prática de molestarem os indígenas e sobre elas escreveu:

> [...] encontrando brancos com gentios a própria diligência é cativá-los; se eles resistem vão matando todos os que podem, e logo cativando-lhes as mulheres e os filhos[97][...] Os gentios em vingança do que lhe tem feito, entraram a fazer mais ferozmente as suas hostilidades, e hoje estão não só em grande desconfiança dos brancos, mas com grande amor e receio de que estes os buscam para os matarem em satisfação do que eles tem feito[98].

Seis décadas depois, em seu resumo histórico sobre a Capitania de Goiás, John E. Pohl (1976, p. 237) diz sobre as investidas dos indígenas:

---

[95] Carta de Marcos de Noronha a Rei. Vila Boa, 10 de fevereiro de 1751. *Revista do Arquivo Histórico Estadual*. Goiânia, março de 1985. nº. 6. p 30.
[96] Consulta do Conselho Ultramarino. Lisboa, 24 de abril de 1744. AHU_ACL_CU 008, Cx. 3 Doc. 237. Citada por Juciene R. Apolinário. A saga dos Akroá nas fronteiras do sertão. *Tellus*. Ano 3, nº. 5. out. 3003.
[97] Carta de Marcos de Noronha a Rei. Vila Boa, 20 de janeiro de 1751. *Revista do Arquivo Histórico Estadual*. Goiânia, março de 1985. nº. 6. p. 15-16.
[98] Carta de Marcos de Noronha a Rei. Vila Boa, 10 de fevereiro de 1751. *Revista do Arquivo Histórico Estadual*. Goiânia, março de 1985. nº. 6. p 28

> [...] não pode haver dúvida de que a culpa desses atritos cabe aos civilizados. Freqüentemente acontece que os habitantes fazem tentativas de aproximação ou conciliação, as quais, se aceitas pelos selvagens, tem como resultado o apresamento e rapto de seus filhos.

As citações acima descrevem uma perspectiva luso-brasileira de que o indígena em sua *selvageria* só podia realizar a vingança. Embora esse evento já pudesse estar inserido no contexto cultural dos grupos indígenas, os quais agora o convergiam para os novos inimigos que surgia, houve outras possibilidades.

Na perspectiva de formação de botim tem-se um relato de Marcos de Noronha sobre os ataques dos Akroá aos moradores de Natividade, Remédios, Terra Nova e Ribeiro do Paranã. Diz o governador:

> Os moradores dos arraiais [...] me tem representado a grande consternação em que os tem posto o gentio Akroá que vive naqueles sertões e não será de fazer-lhe as maiores hostilidades, matando brancos e negros, destruindo as roças e comendo-lhes os gados e ultimamente para com mais comodidade poderem continuar os seus insultos, tem tomado a resolução de furtar os cavalos que andam pelo campo, e montando-se neles entram nas fazendas de gados em que tem feito grande destroço, assim pelo muito que vão matando, como também pela grande quantidade que tem conduzido para suas aldeias para dele se sustentarem[99].

As ações dos Akroá, descritas por Noronha, estavam ligadas às circunstâncias beligerantes vivenciadas naquele período. Os cavalos davam maior mobilidade para as incursões e o gado substituía a caça como fonte de alimento na rede de abastecimento, isso porque todo o esforço do grupo estava, naquele momento, direcionado para o combate ao inimigo. Essa situação, como bem interpretou Puntoni (2002), tinha

> Por outro lado, a facilidade de captura do gado, dada a sua forma mais ou menos lassa de pastoreio, e, portanto, o interesse que despertou nos povos autóctones, que viam nos animais soltos a possibilidade de satisfazer suas necessidades alimentares, faziam com que fossem tidos pelos colonos como um grave transtorno à economia local (PUNTONI, 2002, p. 45).

[99] Carta do Governador de Goiás, D. Marcos de Noronha ao Rei, em 10 de fevereiro de 1751. *Revista do Arquivo Histórico Estadual*. Goiânia, Março de 1985. n. 6. p. 28.

Assim, se para os criadores de gado os indígenas eram um empecilho, as fazendas por sua vez, eram, para os nativos, um território estratégico de obtenção de suprimentos necessários à sobrevivência dos grupos.

Diante do exposto, seria possível dizer que os grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá procuravam, nas ações de guerra, mais que forçar a retirada dos conquistadores que avançavam sobre as terras de sua habitação tradicional. Grupos como os Akroá e Xakriabá, quando atacavam arraiais e fazendas, estavam preocupados, também, com a sobrevivência ou com a constituição de suprimentos urgentes ou de utilidade, bem como procuravam efetuar alguma vingança de seus entes mortos ou bens perdidos. As ações indígenas não se resumiam ao objetivo de expulsar os invasores. Não era resultado de uma opção de viver em um estado de guerra constante como querem alguns autores.

As fugas e retiradas foram elementos comuns aos grupos Akwen no decorrer dos contatos, sendo as primeiras identificadas como as ações de abandono dos aldeamentos e as segundas como a recusa do contato. Costumeiramente, as fugas ocorreram após os indígenas serem estabelecidos em aldeamentos onde eram submetidos a um sistema de moradia, de produção, de religião e de ordem social que buscava fazê-los romper com sua cultura. Quase sempre não se adaptando ao modelo cristão-ocidental de *civilização*, os indígenas abandonavam os aldeamentos e retornavam a sua vivência livre do jugo ordinário e disciplinador dos padres, administradores, diretores e soldados.

Neste retorno a seu *modo anterior de vivência*, os indígenas levavam elementos de conhecimentos ocidentais adquiridas nos aldeamentos que foram, mais tarde, utilizados nos embates com os luso-brasileiros. Foram exemplos deste aprendizado o uso de armas de fogo, por vários grupos, e de montarias, caso mais preponderante com os Akroá. Mas o que parece mais significativo foi a compreensão do universo de negociação dos conquistadores. Assim, no momento em que a política indigenista recomendava a captura e educação das

crianças nativas por luso-brasileiros os Xerente se valeram do aprisionamento de não-indígenas para negociar tréguas e alianças.

Outro aspecto importante no processo de fuga dos aldeamentos foi os indígenas que não se adaptavam às novas condições de vida, deixavam-na e, ao deixar esses núcleos, não voltavam a seu antigo local de habitação tradicional. Isso ocorria muitas vezes porque os fugitivos queriam estar próximos ao aldeamento procurando levar os demais integrantes de seu grupo consigo em uma busca de refazer seu grupo. Nos aldeamentos de Goiás, ao contrário do que destaca Monteiro (2000) em relação aos índios cativos de São Paulo, ocorriam fugas em massa. Isso porque o universo de habitação tradicional dos indígenas poderia ser alcançado facilmente, o que não ocorria com os cativos de Piratininga do século XVII, conforme o mesmo autor (MONTEIRO, 2000, p. 183).

É importante ressaltar que as fugas e as retiradas não ocorriam somente como reação a não adaptação. Funcionavam também como elementos de negociação dentro do universo de convivência com os luso-brasileiros. O abandono de um aldeamento podia ser uma estratégia para o início de uma nova negociação.

Cada um dos grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá, seguindo seus entendimentos do contexto ou seus interesses, utilizaram-se das estratégias de fugas e retiradas no embate/convívio com os luso-brasileiros. Nessa perspectiva, as fugas para os Akroá tiveram como motivo a impossibilidade de convivência pacífica, fato que levou esse grupo a um confronto bélico constante. Entretanto, para os Xakriabá e Xerente, as fugas fizeram parte de negociações em um convívio com os conquistadores. Embora com perdas para os indígenas elas se configuraram como um elemento das negociações que garantiram a sobrevivência dos grupos.

Os Xavante, diferentemente dos Akroá, Xakriabá ou Xerente, após a fuga e um período de conflito, optaram pela retirada do contato com os conquistadores indo viver em uma área mais para o interior, onde os luso-brasileiros ainda não se constituíam uma ameaça. A exemplo, esse comportamento dos Xavante é o fato significativo para a demonstração de que este grupo indígena tinha uma real compreensão do processo político-social em que estavam envolvidos, a ponto de tomarem uma decisão que lhes permitiu retomar a uma condição que eles já tinham vivido e que novamente a desejavam.

Desse modo, o sentido do contato dependeu em grande parte da dinâmica interna da organização cultural, que podia ser mais flexível ou menos flexível às inovações vindas de fora. A reação dos grupos indígenas à conquista representou um fator ativo na relação de contato, pois, obviamente, nem todos os índios aceitaram da mesma forma a conquista. Se alguns grupos reagiram a ela fugindo e embrenhando-se nas matas, enquanto outros pegavam em armas para enfrentar os invasores e mais alguns optaram por um convívio *pacífico* depois de certo tempo de batalha, isso se deve em grande parte aos diferentes entendimentos do processo histórico vivenciado.

A partir da observação das práticas político-estratégicas desenvolvidas no contato pode-se também constatar que essas criaram novos aspectos na dinâmica territorial dos grupos indígenas Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá. Em um exercício de pensar esse processo, Dominique Gallois (2000) observa que as práticas de territorialidade indígenas apresentam variedades de como cada grupo produz e controla seu espaço e que esses

> [...] resultam de complexos e densos históricos de relações entre povos diversos e de modos de intercâmbio em constante transformação. É importante salientar que tais dinâmicas não surgiram apenas no advento da colonização européia, há 500 anos, mas já eram em tempos pré-coloniais (GALLOIS, 2000, p. 6).

Isto é, procurando ver a conexão entre as relações étnicas e a espacialidade, entendendo-a como um produto social e parte integrante da estrutura da vida dos grupos

indígenas, assim "a espacialidade é uma manifestação real das relações sociais (ACUTO, 1999, p. 145)".

Em uma espacialidade disputada entre grupos indígenas havia, no mínimo, centenas de anos, a chegada dos luso-brasileiros para a mineração do ouro na área que se tornou a Capitania de Goiás criou novas relações e conflitos, produziu reacomodações entre grupos indígenas e criou novas situações territoriais. Neste percurso, aldeamentos e fugas, combates com vitórias ou derrotas, alianças ou recusa de convívio com os luso-brasileiros levaram Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá, cada grupo de modo diferente, a reconfigurarem seus espaços de habitação, provavelmente seguindo um modelo de interpretação que suas respectivas particularidades culturais lhes informavam. O objeto presente é apontar alguns aspectos iniciais do processo de reconfiguração territorial dos grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá, exercício que pode ser aprofundado em pesquisas postriores.

Como parte do processo de contato, os aldeamentos já foram estudados e debatidos no sentido de que serviram como elementos de dominação dos luso-brasileiros sobre os indígenas. Agora se pretende aqui traçar algumas considerações destes como elementos de *territorialização* dos grupos indígenas.

A condução de um grupo indígena para um aldeamento deixava livre uma área de terra aberta à exploração luso-brasileira e promovia uma quebra de sua territorialidade com modificações que o levavam a uma *territorialização*. O conceito de territorialidade foi tomado a Nilton Santos e Laura Silveira (2004) "como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence*" (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p 19, grifo do autor). Essa concepção de

> [...] exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência do Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivencia e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o

> destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p 19).

E sobre a conceituação de *territorialização* Oliveira Filho escreveu:

> A noção de *territorialização* tem a mesma função heurística que a de situação colonial - trabalhada por Balandier (1951), reelaborada por Cardoso de Oliveira (1964), pelos africanistas franceses e, mais recentemente, por Stocking Jr. (1991) -, da qual descende e é caudatária em termos teóricos. É uma intervenção da esfera política que associa - de forma prescritiva e insofismável - um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados (OLIVEIRA FILHO, 1998, p. 12-13, grifo do autor).

Com o uso desses conceitos é possível compreender a dinâmica dos contatos e das disputas por território sob a perspectiva de uma discussão feita por Oliveira Filho (1998). Assim, uma parte envolvida nos contatos – os grupos indígenas – tinha seus princípios ordenadores em pontos da estrutura social – o sistema de metades, as classes de idade, o sistema ritual, as formações religiosas – sem que as ações sociais possuam qualquer conexão mais significativa com alguma base territorial fixa. Por sua vez, a outra parte – os conquistadores luso-brasileiros – buscava constituir uma formação estatal, ainda que rudimentar e tomavam o território como um fator regulador das relações entre os seus integrantes.

A retirada dos indígenas de seu espaço de ocupação tradicional para levá-los a um aldeamento abria também um vácuo em que outros grupos não aldeados vinham ocupar novos nichos territoriais. Terras que, às vezes, eram objeto de disputas tradicionais entre diferentes grupos indígenas há muito tempo, com as quais diferentes grupos tinham relações memoriais.

O já citado acerto de aliança entre luso-brasileiros e os Javaé, traz na oferta do governador da Capitania, em nome do rei, o oferecimento de auxílio a este grupo indígena na defesa contra os Xavante, garantindo que "[...] procurando sincero a minha proteção, não deveis temer o acaroa, nem algum outro dos vossos inimigos [...]" (ALENCASTRE,

1864, p. 268). Os Javaé teriam homens armados como aliados na luta contra inimigos que os atacavam periodicamente, entre eles os acaroa, nome pelo qual eles chamavam os Xavante. Nessa situação em questão, o botim não se constituía apenas com a plantação e a colheita dos outros, mas com o domínio de seu espaço de caça e pesca em determinada época do ano. Portanto, a aliança não trazia somente os benefícios imediatos como os presentes dados pelos chefes da expedição, mas a segurança de que com o apoio dos novos aliados teriam assegurados seus domínios.

Em 1785, na campanha de conquista dos Xavante, desempenhada sob o comando de Miguel de Arruda e Sá, por ordem do governador Tristão da Cunha Menezes, a expedição de noventa e cinco praças tem um reforço de quarenta guerreiros Cayapó, do aldeamento de Maria I[100], os quais se dispuseram voluntariamente a ir com os demais só pelo desejo de guerrear com os Xavante, seus inimigos tradicionais. Estes relatos apontam para a existência de disputas entre grupos indígenas por espaço na região que no século XVIII constituía a Capitania de Goiás. Essa perspectiva pode ser questionada com um argumento de que não existem comprovações que esses indígenas guerreavam por espaço, ou ainda que entre os jê sempre houvesse um processo de vingança como uma forma de compensar mortes e perdas. Do ponto de vista indígena, o elo de ligação entre terra e guerra pode ser estabelecido pelo uso significativo que o nativo dá à *territorialidade*. Essa é para ele um espaço de coleta, de pesca e de caça, e perder a terra é ficar privado de suprimentos alimentares, ritualísticos, entre outros.

Tem-se, entretanto, uma noção clara de reterritorialização quando se faz uma análise da disposição espacial dos grupos indígenas em uma perspectiva diacrônica. Após o aldeamento dos Akroá e dos Xakriabá, em 1751, ocorre uma expansão da ocupação dos Xerente do extremo norte rumo ao sul e ao nordeste da Capitania de Goiás. Há

[100] Alencastre informa que os Kayapó são de São José de Mossamedes.

possibilidade de ter ocorrido neste caso uma reconquista territorial, já que a ocupação destas áreas por aqueles grupos era recente. A ocupação Akroá e Xakriabá teria ocorrido dentro de um movimento leste-oeste de recuo destes grupos fugindo do contato com os conquistadores luso-brasileiros, os primeiros dos sertões do Gilbués, no Piauí, e os segundos da margem direita do Rio São Francisco, em Minas Gerais. Ambos tinham sido desalojados de seus territórios tradicionais pelas frentes de ocupação pastoril em processo iniciado no século XVII.

Podem-se observar as mudanças espaciais dos grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá de acordo com o desenvolvimento dos contatos e das conseqüências que estes trouxeram para a população indígena. Para uma visualização total da movimentação desses grupos veja os mapas nas páginas seguintes.

A *territorialização* aconteceu por meio dos aldeamentos de duas maneiras: a primeira com a remoção de grupos indígenas de um local de habitação tradicional para outro, é o caso dos Akroá, XaKriabá e Xavante. E a segunda, com a redução e limitação territorial para os grupos, opção pela qual passaram os Xerente. Observa-se que nesses casos as relações de contato influenciaram diretamente na territorialidade dos grupos indígenas. No desenvolvimento dos aldeamentos os Xakriabá, por exemplo, levados em 1751, mais para o norte, (missão do Duro), foram depois conduzidos para o sul em 1775 (para Santana do Rio das Velhas). Os Xavante foram guiados do norte para as proximidades de Vila Boa, então capital de Goiás, em um deslocamento de mais de 1.000 quilômetros. Sobre esse episódio com os Xavante, suas conseqüências e outros eventos semelhantes Rodrigues Barata (1982) escreveu:

> A experiência tem mostrado ser prejudicialíssima ao Estado, e contrária à humanidade a remoção dos índios dos lugares aonde estão acostumados a viver, para outros remotos, o que se prova não só com a experiência de diferentes fatos acontecidos no Pará, com o mais infeliz resultado da mudança do gentio Xavante, que habitando entre os rios Tocantins e Araguaia, e devendo-se formar povoações nas margens foram removidos para uma aldeia distante 20 léguas de Vila Boa de Goiás, aonde quase todos morreram, e outros desertaram, perdendo desta forma o Estado não só a grande despesa, mas um tão grande número de vassalos (BARATA, 1982, [...] p. 73).

Os contatos conduziram os indígenas a mudanças territoriais que levavam às alterações comportamentais e culturais que em alguns casos induzia a novas mudanças territoriais como o caso dos Xavante, em sua negação do convívio e fuga para o interior. Ou dos Xakriabá e Xerente para os quais as mudanças territoriais foram elementos para câmbios e resignificação cultural. Não se quer dizer que os outros grupos não tenham incorporado elementos da cultura ocidental. Já se afirmou o contrário. Acredita-se que a incorporação de elementos culturais novos é fenômeno comum a toda cultura viva e percebe-se isso em qualquer análise de câmbio cultural no mundo. Torna-se interessante perceber que mudanças territoriais podem levar a adoção maior ou menor de elementos alienígenas à determinada cultura.

Na perspectiva de dilatação de territorialidade, os Xavante, no processo de contato com os luso-brasileiros, fizeram inicialmente um percurso de expansão que se movimenta do norte para o sul combatendo os não-indígenas até irem para o aldeamento de Pedro III, o Carretão. Conduzidos em uma marcha mais para o sul, lá permanecem em número significativo por cerca de duas décadas, depois iniciam as fugas. Pohl, em 1819, conta apenas 227 indígenas em Carretão[101]. Quase todos os Xavante já tinham abandonado este

[101] Pohl. *Viagem no interior do Brasil (1817-1821).* Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Editora da USP, 1976. p, 237-238

aldeamento. A partir de 1810 há informações de Xavante junto aos Xerente no norte (PEDROSO, 1994). Tudo indica que a partir do abandono desse aldeamento os Xavante fizeram o caminho inverso. Retornando ao norte e depois caminhando para leste escaparam dos contatos permanentes indo se estabelecer na região do rio das Mortes, em Mato Grosso. Ao escrever sobre a passagem do Araguaia pelos Xavante, Barroso (1997) localiza tal evento junto às terras Xerente ao norte, logo após um retorno daquele grupo ao norte (BARROSO, 1997, p. 24-27).

Observa-se que, após recusarem a viver em Carretão, os Xavante percorreram o caminho de volta para o norte e ali também encontraram dificuldades em conviver com os não-indígenas. Em 1839 bandeiras de Carolina e Porto Imperial combatiam aqueles indígenas que, segundo Giraldin, procuravam reduzi-los "[...] à paz, por persuasão ou pela força das armas ou então obrigá-los a atravessar o Araguaia". (GIRALDIN, 2002, p. 116). Embora não se saiba claramente como ocorreu o convencimento dos Xavante, eles estavam em 1851 no aldeamento de Tereza Cristina, ou Piabanhas, em convívio com os Xerente. Por fim, os Xavante também deixam Piabanhas e rumam para um espaço que lhes permitiu manter contatos mais restritos com os luso-brasileiros.

Na perspectiva de *territorialização* deve ser considerada a divisão de grupos indígena em subgrupos, a exemplo, os Xavante que atravessaram o Araguaia deixaram para trás aquele pequeno grupo no Carretão que junto a outros pequenos grupos Xerente, Karajá e Kayapó permaneceram convivendo nas terras do aldeamento e hoje formam a etnia Tapuio que também recebeu influências de negros e brancos (MOURA, 2003, p. 9) e estão em um processo de emergência étnica na qual buscam a afirmação de sua identidade como indígenas.

Outro exemplo de expansão foram os Xerente. Esse grupo parece ter ocupado a região próxima ao rio Manuel Alves da Natividade e do sertão do Duro após o aldeamento

dos Akroá que ocuparam aquelas áreas. O uso desse território durou até os confrontos com as frentes agropastoris e os projetos de ocupação das margens do rio Tocantins, no início do século XIX, que lhes forçaram a recuar rumo ao norte.

Para uma melhor compreensão da movimentação territorial dos grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá, observe o mapa dos povos indígenas do início do século e compare com os outros que apresentaram os deslocamentos daqueles grupos ao longo do mesmo século.

Uma hipótese que pode ser aventada é que esses movimentos não foram exclusividades do período pós-contato com os luso-brasileiros e que eles já existiam antes. No entanto, foram significativamente afetados pela presença dos não-indígenas.

Nesta perspectiva, territorialidade não deve ser confundida com a defesa elementar do espaço necessário à sobrevivência e será sim a construção de uma relação com uma espacialidade necessária à construção das relações sociais e cosmológicas de cada grupo indígena em sua relação consigo mesmo e com outros grupos. O espaço envolvido nas práticas culturais ou cosmológicas dos indígenas constituirá o que tem significado na vivência, memória e identidade de cada grupo.

Conclui-se que a territorialidade indígena em Goiás foi construída em oposição a *territorialização* construída pelos luso-brasileiros. Enquanto os ocidentais europeizados procuravam uma construção de um espaço que lhes permitissem autonomia para a busca de riquezas e uma vida tranqüila na qual pudessem gozar as benesses de seu sucesso, os nativos tinham uma visão elaborada dentro de um panorama cultural em que o território, além de um espaço vital, também era lugar de formação pessoal e de construção do sujeito como parte de um grupo étnico. Nessa concepção, cada mudança territorial foi interpretada pelos indígenas dentro de uma mudança contextual. Um grupo étnico poderia optar por

conviver com os luso-brasileiros para preservar um espaço territorial que em sua construção social remetia a seus antepassados como os Xerente. Um outro preferia deixar um espaço que estava ligado a gerações anteriores, porém, indo em busca de um lugar para as gerações futuras, como os Xavante. E outro, ainda, como os Akroá que, supostamente a partir de uma interpretação de que seria impossível conviver com o conquistador luso-brasileiro e, ao que tudo indica não queriam mais fugir, optaram pelo combate constante.

CONCLUSÃO

É difícil identificar e discutir a quantidade de informações produzidas durante quase 300 anos sobre os contatos entre Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá e conquistadores em Goiás. Especialmente, sobre um período mais recuado no tempo, no qual as informações sobre os grupos indígenas encontram-se diluídas como se fossem uma grande hipérbole a tentar nos pegar descuidado. A tarefa a ser executada fica mais difícil quando a grande parte das fontes e a perspectiva proposta vêm de encontro a muitos dos posicionamentos tradicionais sobre a história dos contatos.

Ao decidir assumir particularmente a perspectiva de não escrever um relato da conquista eu não tinha a mínima noção de que acabaria preso no fundo de uma cova de leões, da qual para me salvar, sem o recurso de Daniel, teria que agarrar uma das cordas lançadas como possíveis saídas pela historiografia.

De um lado, a corda da visão da *conquista* com predileção para retratar o heroísmo luso-brasileiro da doma do *sertão* bravio, com a *missão* de levar-lhe à *civilização*. Do outro lado, o cânhamo do discurso que procura se contrapor à visão do conquistador, destacando a violência exacerbada dos não-índios e supervalorizando a defesa territorial feita pelos indígenas como forma de reação e resistência. Essas duas

cordas, com problemas de construção, não eram sustentação segura, pelo menos para quem quer ver os grupos indígenas como sujeitos do processo de contato. A intenção deste autor, nesta dissertação e adiante, foi e será procurar fortalecer uma terceira corda que ora busca ver o indígena como sujeito em seu espaço e tempo. Uma "hipótese verdadeiramente transfigurativa" que "impõe aos historiadores e antropólogos uma nova agenda de trabalho, na qual se estudar os índios (no passado ou no presente) é uma boa chave para entender o Brasil" (OLIVEIRA FILHO, 2003, p. 18).

Não se deixar pegar pelas ambigüidades intrínsecas à maior parte da bibliografia sobre os indígenas de Goiás, foi uma tarefa ingrata, quiçá inválida, no desenvolvimento deste trabalho. A tarefa de deslindar as fontes selecionadas na elaboração desta dissertação foi marcada constantemente por sobressaltos causados pela descoberta de informações diferenciadas e pela percepção de que fatos históricos e pensamentos humanos podem ser repetidos por pseudo-historiadores como verdades em um processo de perpetuação de preconceitos e erros. Buscou-se não reproduzir a maior parte do discurso corrente. Optou-se por um trabalho que se introduzisse tanto quanto possível nos dados existentes sobre os Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá, e deles extraísse uma nova discussão.

Entendeu-se desde o início deste estudo que, se reproduzisse novamente os métodos e modelos teóricos empregados em outros trabalhos históricos sobre os Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá, não se faria mais que repetir aquilo que já existia. Assim, optou-se por descrever e discutir os contatos como ações culturalmente pensadas.

Essa opção no organizar e interpretar preliminarmente as informações contidas nesta dissertação cumpriu o objetivo de introduzir na pesquisa sobre os Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá, as propostas e problemáticas mais recentes de pelo menos 2 perspectivas ausentes na maior parte das publicações historiográficas sobre os povos indígenas em Goiás: as possibilidades dos indígenas terem feito alianças com os

conquistadores tendo por objetivo assegurar determinadas condições que de certo modo pareciam-lhes favoráveis; e que as ações do contato ocorreram dentro de um jogo de forças que dependia da interpretação cultural dos grupos envolvidos.

Procurou-se ver os contatos entre os grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá e luso-brasileiros em Goiás como atitudes orientadas por suas respectivas culturas, visto que limitá-los em resistência e defesa de território era simplificar demasiadamente esse processo histórico. Não afirmamos que na luta desses grupos não houvesse um caráter de resistência por reação ao invasor, ou que eles não procurassem defender seu território. Mas não se deve, no entanto, sobrevalorizar os ataques realizados pelos grupos indígenas contra os luso-brasileiros através *apenas* dessas questões. Para quem elaborou diferentes ações, atividades internas com ampliação e modificações de sua própria cultura para enfrentar uma nova situação de contato (bélico, cultural, etc.), faz-se necessário dizer que aqueles grupos indígenas resignificaram seu modo de ser no enfrentamento e na convivência.

Constatou-se que as opções indígenas pelos aldeamentos nem sempre significavam derrotas. Às vezes eram situações negociadas em um contexto que em determinadas ocasiões permitia até certo *equilíbrio* entre forças. Os grupos indígenas entenderam que as perdas de um primeiro momento poderiam trazer ganhos para o futuro, como o fim de conflitos e a segurança de ter terra para desenvolver suas atividades.

Os contatos com os luso-brasileiros trouxeram modificações na distribuição territorial dos grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá, ocorrendo que cada um reagiu seguindo sua interpretação do convívio.

Todas as ações e atitudes desenvolvidas e vivenciadas por Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá dependiam do *jogo de forças* entre os atores do contexto desenvolvido no processo de contato e observavam as influências da cultura de cada grupo étnico.

Assim, embora a resistência bélica dos indígenas estivesse sempre presente como forma de relação, o aldeamento constituiu opção de convívio em determinados momentos e, a fuga, negação de uma convivência opressora ou desvantajosa. A resistência, todavia, não se limitava a uma reação insensata e irracional, mas uma maneira de construir uma sobrevivência num contexto modificado com a chegada do conquistador, portador de uma cultura e de uma lógica diversas das dos grupos indígenas.

A reação dos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá à *conquista* representou um fator ativo na relação de contato, pois, obviamente, esses grupos não aceitaram todos da mesma forma a conquista executada pelos luso-brasileiros de Goiás. Se alguns povos reagiram à *conquista* fugindo e embrenhando-se nas matas, enquanto outros pegavam em armas para enfrentar os invasores, isso se deve em grande parte aos diferentes entendimentos feitos do contato.

Diante da invasão do território indígena, da violência e de um contexto de arbitrariedades gerado pelo conquistador luso-brasileiro, à insegurança do índio agia como restrição aos contatos entre esses e os não-indígenas. Algumas arbitrariedades materializadas em quebra de pactos, em ataques surpresas, em raptos de mulheres e crianças despertavam longas campanhas de ataques indígenas a fazendas e arraiais. O descumprimento de acordos como os que garantiam aos indígenas o fornecimento de armas para defesa contra outros grupos e ferramentas para o cultivo da terra geravam fugas de aldeamentos e, depois, conflitos e desconfianças mútuas. Essa situação caracterizada por interesses, de indígenas e conquistadores, não permitia o desenvolvimento de determinadas formas de interação entre os grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá e os luso-brasileiros na Capitania de Goiás.

Conseqüentemente, seguindo tal entendimento e reconhecendo que os Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá mantiveram com o conquistador luso-brasileiro na Capitania de

Goiás uma relação de oposição, mesmo contraditória, com significativas perdas, sua sobrevivência não se deve a uma acomodação alienante. Ocorreu assim, o desenvolvimento de ações que puderam, num contexto reconhecidamente opressor, criar ou recriar comportamentos, concepções e atitudes para sobrevivência física e cultural. Portanto, foram sob esta perspectiva que se viram as campanhas bélicas contras as povoações mineradoras, os acertos para aldeamentos, as retiradas e as fugas do contato executados pelos indígenas.

Concluindo, as diferentes ações dos grupos Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá ao serem direcionadas por situações vivenciadas por eles, sob suas orientações histórico-culturais, estabeleceram para cada acontecimento a resposta que lhes pareceu mais acertado os limites de seu universo sócio-cultural. O confrontar de mundos entre indígenas e luso-brasileiros causou vítimas de ambos os lados, numericamente superiores entre os nativos. Todavia o que ficou certo é que os grupos indígenas foram agentes históricos do processo.

FONTES

Fontes manuscritas

Carta de D. Marcos de Noronha, para a Corte em 8 de setembro de 1753. *Manuscrito do SDEGO*. Livro 192.

Carta de D. Marcos de Noronha a João Caldeira Brant em 2 de janeiro de 1751. AHE - GO. Correspondência dos Governadores. Livro 1129.

Carta do Governador Marcos de Noronha ao Ouvidor Geral Agostinho Luis em 26 de julho de 1755. AHE-GO. Livro de Correspondência dos Governadores 1755-1763.

Ofício ao Exmo. Governo Civil sobre os insultos dos Indios Noroquagés contra a Graciosa. AHE –GO, Livro 70, torno I. Registro de Correspondências do Governo Civil da Província – 1823-1826.

Ofício do Presidente Fernando Delgado Freire de Castilho ao Comandante de Porto Real, José Antônio Ramos Jubé. AHE – GO, Livro de ofícios n.º. 21.

Ofício do Governador das Armas, Raimundo José da Cunha Matos, à Secretária de Estado. AHE – GO. Livro 70 tomo II - Correspondência dirigida pelo Comandante das Armas em Goiás Raimundo J. da Cunha Mattos.

Oficio ao Comandante Geral do Carmo. AHE – GO, livro 171. Correspondência do Governador das Armas com os Comandantes dos distritos.

Ofício do Presidente da Província de Goiás, Miguel Lino de Moraes, ao Comandante do Carmo. AHE – GO, livro 107. Correspondência do Governo Provincial ao Capitães–mores, Comandante de Distrito e Diretores de aldeias.

Carta do Governador Marcos de Noronha ao Ouvidor Geral Agostinho Luis em 26 de julho de 1755. AHE-GO. Livro de Correspondência dos Governadores 1755-1763. p. 30.

Carta de Marcos de Noronha à Sua Majestade. Vila Boa, 16 de dezembro de 1751. *Revista do Arquivo Histórico Estadual*. Goiânia, março de 1985, nº. 6. p. 18.

Carta de Marcos de Noronha à Sua Majestade. Vila Boa, 10 de fevereiro de 1751. *Revista do Arquivo Histórico Estadual*. Goiânia, março de 1985, nº. 6. p. 30.

Carta de Marcos de Noronha a Marco Antonio de Azevedo Coutinho. Vila Boa, 16 de janeiro de 1750. *Revista do Arquivo Histórico Estadual*. Goiânia, março de 1984, nº. 5. p. 57.

Carta de Marcos de Noronha a Rei. Vila Boa, 10 de fevereiro de 1751. *Revista do Arquivo Histórico Estadual*. Goiânia, março de 1985. nº. 6. p 30.

Fontes publicadas

BARATA, Francisco José Rodrigues. Memória em que se mostram algumas providências tendentes ao melhoramento da agricultura e comércio da Capitania de Goiás. *Memórias Goianas I*. Goiânia, SUDECO, 1982

CASTRO, Martinho de Mello e. Carta a José d'Almeida Vasconcelos. Datada de Vila Boa de Goiás, 2 de maio de 1773. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro, Tomo 84, p. 94-96, 1918.

COUTINHO, Antonio Azevedo. Carta a D. Marcos de Noronha. In. PALACIN, Luis. *Província de Goyaz*. Goiânia, Oriente, 1968. p. 48.

DIRETÓRIO que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário. In. CHAIM, Marivone Matos. Aldeamentos Indígenas: Goiás, 1749-1811. 2ª ed. ver. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. p. 189.

GOMES, V. F. Itinerário da cidade de Palma, em Goyaz, à cidade de Belém do Pará, pelo rio Tocantins, e breve noticia do norte da Capitania de Goyaz. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro, Tomo 25(25), p. 485-513, 1862.

MELLO, João Manoel de. Carta do Governador... Datada de 29 de dezembro de 1762. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Tomo 84, p. 81-86, 1918a.

_____. Carta para o Conde de Oeiras. Datada de 30 de dezembro de 1760. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Tomo 84, p. 70-81, 1918b.

_____. Carta para o Conde de Oeiras. Datada de 29 de maio de 1760. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Tomo 84, p. 59-65, 1918c.

_____. Carta à Corte. De 23 de dezembro de 1760. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Tomo 84, p. 65-70, 1918d.

NORONHA, D. Marcos de. Carta ao Rei. Datada de Vila Boa de Goiás, 29 de dezembro de 1749. *Revista de Arqueologia Histórica Estadual*, Goiânia, n. 4, p. 22-23, 1982.

_____. Carta ao Rei, em 10 de fevereiro de 1751. *Revista do Arquivo Histórico Estadual*. Goiânia, Março de 1985. n. 6. p. 28.

_____. Cartas para Sua Majestade que escreve Excelentíssimo Senhor General D. Marcos de Noronha. *Revista do Arquivo Estadual*, Goiânia, n. 04/05/06, Março de 1982/1984/1985.

_____. Carta ao Rei. Vila Boa, 20 de Janeiro de 1751. *RIHGG* Goiânia, Março de 1985, n. 6. p. 16.

_____. Carta ao Rei. Vila Boa, 20 de janeiro de 1751. *Revista do Arquivo Histórico Estadual*. Goiânia, março de 1985. nº. 6. p. 15-16.

_____. Carta ao Rei. Vila Boa, 10 de fevereiro de 1751. *Revista do Arquivo Histórico Estadual*. Goiânia, março de 1985. nº. 6. p 29

_____. Carta a Sua Majestade. Vila Boa, 16 de dezembro de 1751. *Revista do Arquivo Histórico Estadual*. Goiânia, março de 1985. nº. 6. p. 18.

_____. Carta de Marcos de Noronha a Sua Majestade. Vila Boa, 10 de fevereiro de 1751. *Revista do Arquivo Histórico Estadual*. Goiânia, março de 1985. nº. 6. p. 30.

_____. Carta a Marco Antonio de Azevedo Coutinho. Vila Boa, 16 de janeiro de 1750. Revista do Arquivo Histórico Estadual. Goiânia, março de 1984. nº. 5. p. 57.

_____. Carta à Sua Majestade. Vila Boa, 1750. *Revista do Arquivo Histórico Estadual*. Goiânia, março de 1982. nº. 4. p. 12.

_____. Carta ao Rei. Vila boa, 20 de fevereiro de 1751. *Revista do Arquivo Histórico Estadual*. Goiânia, março de 1985, nº. 6. p. 30.

_____. Carta ao Rei. Vila Boa, 20 de janeiro de 1751. *Revista do Arquivo Histórico Estadual*. Goiânia, março de 1985. nº. 6. p. 15-16.

VÁRIOS. Subsídios para a História da Capitania de Goyaz (1756-1806): Correspondência de Governadores. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo 84, p. 41-170/262-294, 1918.

SÃO MIGUEL, Conde de. Carta a Tomé Joaquim Martins da Costa em 1756. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo 84, p. 45-51, 1918a.

_____. Carta para a Corte em 25 de abril de 1758. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro, Tomo 84, p. 51-59, 1918b.

VASCONCELOS, José d'Almeida. Carta a Joaquim José Freire d'Andrada. Datada de Vila Boa, 15 de novembro de 1774. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo 84, p. 98-106, 1918.

Fontes digitalizadas

Carta Regia (cópia) do rei D. José, ao Governador e Capitão General de Goiás, João Manoel de Melo. AHU_ACL_CU_008. Caixa 18. Doc. 1060.

Carta do Ouvidor de Goiás, Manuel Antonio da Fonseca, ao rei D. João V, em 25 de agosto de 1743. AHU_ACL_CU_008. Caixa 03. Doc. 227.

Carta do Governador e Capitão General de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, ao Rei D. João V em 23 de agosto de 1744. AHU_ACL_CU_008. Caixa 03. Doc. 254.

Carta do Intendente e Provedor Real de Goiás, Manuel Caetano Homem de Macedo ao rei, D. João V, em 13 de setembro de 1745. AHU_ACL_CU_008. Caixa 03. Doc. 281.

Carta do Governador Capitão General de Goiás, Conde dos Arcos, D. Marcos, ao rei D. José em 10 de fevereiro de 1751. AHU_ACL_CU_008. Caixa 06. Doc. 466

Carta do Governador de Goiás, Álvaro Jose Xavier Botelho de Távora, ao rei D. José, em 8 de outubro de 1757. AHU_ACL_CU_008. Caixa 14. Doc. 865.

Carta do Ouvidor de Goiás, Manuel Antonio da Fonseca, ao rei D. João V, em 25 de agosto de 1743. AHU_ACL_CU_008. Caixa 03. Doc. 227.

Carta do Governador e Capitão General de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, ao Rei D. João V em 23 de agosto de 1744. AHU_ACL_CU_008. Caixa 03. Doc. 254.

Consulta do Conselho Ultramarino. Lisboa, 24 de abril de 1744. AHU_ACL_CU 008, Cx. 3 Doc. 237. Citada por Juciene R. Apolinário. A saga dos Akroá nas fronteiras do sertão. *Tellus*. Ano 3, nº. 5. out. 3003

Consulta do Conselho Ultramarino, à Rainha D. Maria I. 8 de abril de 1797. AHU_ACL_CU_008. Caixa 39. Doc. 2443

Documentos Diversos Arquivo Histórico Estadual de Goiás: Ofício da Secretária do Comércio e Obras Públicas, fls.141– 142.

Escrito de Francisco Tossi Colombina, de 1753, sobre os índios Akroá e Xacriabá. AHU_ACL_CU_008. Caixa 09. Doc.617.

Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, João Manoel de Melo, ao Secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 28 de dezembro de 1762. AHU_ACL_CU_008. Caixa 18. Doc.1121

Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, João Manoel de Melo, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 30 de março de 1765. AHU_ACL_CU_008. Caixa 21. Doc.1274;

Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, João Manoel de Melo, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 22 de junho de 1767. AHU_ACL_CU_008. Caixa 23. Doc.1441.

Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, José Vasconcelos de Soveral e Carvalho, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo Castro. 20 de junho de 1774. AHU_ACL_CU_008. Caixa 27. Doc.1776.

Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, Luis da Cunha Meneses, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Março de 1780. AHU_ACL_CU_008. Caixa 32. Doc. 1996.

Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, Tristão da Cunha Meneses, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 17 de julho de 1784. AHU_ACL_CU_008. Caixa 35. Doc. 2156.

Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, Tristão da Cunha Meneses, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 10 de dezembro de 1784. AHU_ACL_CU_008. Caixa 35. Doc. 2168

Ofício do Governador e Capitão General de Goiás, Luis da Cunha Meneses, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho. 20 de junho de 1787. AHU_ACL_CU_008. Caixa 36. Doc. 2228;

Ofício do Tenente de Cavalos da Guarnição de Goiás, José Rodrigues Freire, ao Secretário de Estado Marinha e Ultramar Martinho de Melo Castro. 20 de setembro de 1786. AHU_ACL_CU_008. Caixa 36. Doc.2189

Oficio (minuta) do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, ao Governador e Capitão General de Goiás, João Manuel de Melo. 13 de outubro de 1758. AHU_ACL_CU_008. Caixa 15. Doc. 913.

Oficio do contador geral da Contadoria Geral do Território do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa, ao Secretario da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo Castro. AHU_ACL_CU_008. Caixa 37. Doc. 2291

Procuração de Venceslau Gomes da Silva a José Antonio Pereira da Silva. 20 de outubro de 1754. AHU_ACL_CU_008. Caixa 11. Doc. 669

Provisão do rei D. João V ao Provincial da Companhia de Jesus da Província do Brasil, em 18 de julho de 1747. AHU_ACL_CU_008. Caixa 04, Doc. 344.

Provisão de 31 de maio 1753, do rei D. José ao Governador e Capitão General de Goiás, Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha. AHU_ACL_CU_008. Caixa 08. Doc. 576.

Requerimento do administrador dos contratos das entradas de Minas de Goiás, José Pinto de Azevedo ao Rei, D. João V, em 23 de fevereiro de 1747. AHU_ACL_CU_008. Caixa 04. Doc. 326.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5ª edição revista, prefaciada e anotada por José Honório Rodrigues. Brasília: Editora da UnB, 1963. (Biblioteca Básica Brasileira, v. 2).

ABREU, Euripedes B. F. *Contatos interétnicos em Goiás colonial*. 1992. 216 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) ICHL/UFG, Goiânia.

ACUTO, F. A. Paisajes cambiantes: la dominación Inka em el valle Calchaquí Norte (Argentina). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 3, p. 143-157, 1999.

ALENCASTRE, José P. M. de. Anais da Província de Goiás. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XXVII, p. 5-186, jul./set; p. 229-349, out./dez.; n. 28: 2-167, jul./set. 1864/5.

ALMEIDA, Maria Regina C. *Metamorfoses indígenas*: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Escravidão negra no Tocantins colonial:* vivências escravistas em Arraias (1739 – 1800). Goiânia: Kelps, 2000.

_____. A saga dos Akroá nas fronteiras do sertão. *Tellus*, Campo Grande, ano 3, n. 5, p. 83-94, out. 2003.

_____. O povo Akroá e suas práticas de guerra e aliança na fronteira do sertão do século XVIII. In. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. *Programa e resumos*. ANPUH, Londrina, Editora Mídia, 2005. p. 217

_____. *Os Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão*: Políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás – Século XVIII. Goiânia: Kelps, 2006.

ATAIDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. da UCG, 1998.

BALÈE, Willian, *The persistence of Ka'apor culture*. 1984. Tese de Doutorado. Columbia University, New York, USA.

BALDUS, Herbert. *Ensaios de etnologia brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979. (Coleção Brasiliana; v. 101).

BARATA, Francisco José Rodrigues. Memória que se mostram algumas providências tendentes ao melhoramento da agricultura e comércio da Capitania de Goiás. *Memórias Goianas I*. Goiânia: Editora da UCG, 1982.

BARROSO, Lídia Soraya L. *Os caminhos do povo Akwen - Xerente: duzentos anos de contato*. 1997. 128 f. Dissertação (Mestrado em História), PPGH/UFPE, Recife.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BERTRAN, Paulo. História econômica de Goiás - Periodização (1726-1854). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, Goiânia, ano 7, n. 8, p. 97-103, 1979.

_____. *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Goiânia: UCG, 1988.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* Tradução de Fernando Tomaz. 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Americano do. *Sumula histórica de Goiás*. Goiânia, UNIGRAF, 1982.

BRASIL, Antonio. Documentos históricos de Goiás. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. Goiânia, n. 8, p. 109-137, 1979.

BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In. BURKE, Peter. (org) *A escrita da história*: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

_____. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In. BURKE, Peter. (org) *A escrita da história*: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura/ FAPESP, 1992.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo, Editora Nacional, 1949.

CHAIM, Marivone M. *Os aldeamentos indígenas na Capitania de Goiás: sua importância na política de povoamento (1749-1811).* 1973. 171 f. Tese. (Doutorado em História) FFLCH/USP, São Paulo.

_____. *Aldeamentos indígenas (Goiás 1749-1811).* São Paulo, Nobel/Pró-memória/Instituto Nacional do Livro, 1983.

_____. Política indigenista em Goiás no século XVIII. *Revista de Antropologia*. São Paulo, n. 30/31/32, p. 175-181, 1987/88/89.

CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. 5ª reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência* – pesquisas em antropologia política. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Tradução do Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2ª. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

COELHO, Mauro Cezar. *A Civilização da Amazônia* – Alexandre Rodrigues Ferreira e o Diretório dos Índios: a educação de indígenas e luso-brasileiros pela ótica do trabalho. Revista de História Regional. Ponta Grossa, vol. 5, nº 2, inverno 2000. Disponível em: <http://www.rhr.uepg.br/rhr00.htm>. Acesso em: 19 abril 2006.

CUNHA MATOS, R. J. da. Chorografia histórica da Província de Goiás. *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, Tomo 37, p. 213 - 398 abr./jun.; Tomo 38, v. (1), p. 5-150, jan./mar. 1874/5.

_____. *Chorografia histórica da Província de Goiás*. Goiânia, Sudeco, 1979.

D'ALINCOURT, Luiz. *Memórias sobre a viagem do porto de Santos a cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1985. (Coleção Reconquista do Brasil, 25).

DUBY, George; LARDREAU, G. *Diálogos sobre a nova história*. Tradução de Maria Teresa Meneses. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

EDUARDO TAVÁREZ, David; SMITH, Kimbra. La etnohistoria em América: crônica de uma disciplina bastarda. *Desacatos* – Revista de Antropologia Social. CIESAS, Aoxaca, Aox. México, v. Etnohistoria, n. 7, p. 11-20. Outono 2001.

EREMITES OLIVEIRA, Jorge. Sobre os conceitos e as relações entre história indígena e etnoistória. *Prosa* UNIDERP, Campo Grande, v. 3, n. 1, p. 39-48. jun. 2003.

_____; SILVA, Cleube Alves da. Fontes Textuais e etnoistória: possibilidades de novas abordagens para uma história indígena no Estado do Tocantins. *Revista do Museu Antropológico*. Goiânia, v. 8, n. 1, p. 77-84. jan-dez. 2004/2005.

FARIA, Ivani Ferreira de. *Território e territorialidade indígenas do Alto Rio Negro*. Manaus: Ed. da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

FARIAS, Agenor J. T. P. *Fluxos sociais Xerente - Organização social e dinâmica das relações entre aldeias*. 1990. 196 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) FFLCH/USP, São Paulo.

_____. Notícia histórica sobre os Akwen Xerente. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi* - Série Antropologia, Belém, n. 10, v. (1), 1994.

FARAGE, Nádia. *As muralhas do sertão*. Os povos indígenas do Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande & senzala*: a formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, [1933] 1943. 2 v.

FERNANDES, Florestan. *Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1975.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 24ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Sociedades indígenas em novo perfil. Alguns desafios. *Travessia, Revista do Migrante*. São Paulo, n. 36, ano XIII, janeiro-abril 2000. p. 5-10.

GADDIS, J. L. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Tradução de Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1975, [1846]. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 13).

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas.* Rio de Janeiro: LTC, 1989. (Coleção Antropologia Social).

GIACCARIA, Bartolomeu & HEIDE, Adalberto. *Xavante povo autêntico*. Campo Grande: Editora da UCDB, 1984.

GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil central*. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1997.

_____. Fazendo guerra; criando imagens; estabelecendo identidades. A ocupação do centro-oeste e os conflitos com os Kayapó no século XVIII. *História Revista*. Goiânia, n. 6 (1). p. 55-74. jan/jun. 2001.

_____. Povos indígenas e não-indígenas: uma introdução a história das relações interétnicas no Tocantins. In: _____ (Org.) *A (Trans)formação histórica do Tocantins*. Palmas: Unitins/Goiânia: CEGRAF, 2002a.

_____.Pontal e Porto Real: dois arraiais do norte de Goiás e os conflitos com os Xerente nos séculos XVIII e XIX. *Revista Amazonense de História*. Manaus, v. 1, n. 1, p. 131-146. jan/dez. 2002b.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol.* Século XVI-XVIII. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HOBSBAWN, Eric J. *Sobre história*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 26ª edição. 19ª reimpressão. [1936, 1ª edição], [1995] 2004.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

LIMA, Antonio Carlos Souza. *Um grande cerco de paz*: poder tutelar e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

LOMBARDI, José Claudinei. *O Xavante e a política indigenista no Brasil nos séculos XVIII e XIX*. 1985. 363 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) ESALQ, Piracicaba.

LOPES, Elaine. A paisagem no resgate do patrimônio histórico-cultural da UHE-Corumbá. *Revista de divulgação científica* – IGPA. Goiânia, Editora da UCG, v. 2, p. 107-120. 1998.

KARASCH, Mary. Catequese e cativeiro: Política indigenista em Goiás 1780-1889. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras/Sec. Mun. de Cultura/FAPESP, 1992. p. 397-413.

_____. Conflito e resistência interétnicas na fronteira brasileira de Goiás, nos anos 1750 a 1890. *Revista da SBPH*, Curitiba, n. 12, p. 31-49, 1997.

_____. Rethinking the conquest of Goiás 1775-1819. *The Americas*. n. 61:3, Janeiro 2005. p. 463-492.

MAGALHÃES, Basílio. Prefácio de Algumas notas sobre os Xerente*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro. Tomo 101, v. 155, 1927.

MALERBA, Jurandir. Resenha de 'A história no Brasil' de Carlos Fico & Ronald Polito. *Revista Diálogos*. 2005. Volume 1. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/publiccoesdhi/ dialogos/ volume01/Ver_a16.htm. Acesso em 14/07/2005.

MARTINS, Dilamar Cândida. Arqueologia da Serra da Mesa. *Revista do Museu Antropológico*. Goiânia, v. 8, n. 1, p. 85-118. jan/dez 2004/2005.

MAYBURY-LEWIS, David. *O selvagem e o inocente*. Campinas: Ed. da Unicamp, [1965], 1990.

_____. *A sociedade Xavante*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

MELLATTI, Julio Cézar. *Índios e criadores: a situação dos Krahô na área pastoril do Tocantins.* Rio de Janeiro: (ed. não identificada), 1967.

_____.*Capitulo 30: Tocantins-Xingu*. Disponível em: http://www.socioambiental.org/website /pib/epi/javae/javae.htm. Publicado em Junho 2002. Acesso em 11/01/2006.

MONTEIRO, John M. N*egros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000a.

_____.O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy L. & GRUPIONI, Luís D. Benzi. *A temática indígena na escola - Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 2000b. Capítulo 9, p. 221-228.

MOURA, Marlene Castro Ossami de. Os Tapuios do Carretão: etnogênese de um grupo indígena do Brasil central. *Habitus*, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 9-37, jan./jun. 2003

NEVES, Eduardo Goés. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In. SILVA, Aracy L.; GRUPIONI, Luiz. (Orgs.) *A temática indigena na escola*: novos subsídios para professores de 1°. e 2º. graus. 3ª. edição. São Paulo: Global; Brasília: MEC; MARI; UNESCO, 2000. Capítulo 7, p. 171-192.

NOELLI, Francisco da S. *Sem tekohá não há tekó* (em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio do delta do rio Jacuí - RS). 370 f. 1993. Dissertação (Mestrado em História), PUC-RS, Porto Alegre.

NIMUENDAJÚ, C. *The `Serente*. Los Angeles, The Southwest Museum, 1942.

_____. Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: IBGE/Brasília: Ministério da Educação, 2002.

OLIVEIRA, Antonio. F. Os Cherentes aborígenes do Brasil Central. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. 20. 1915.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Ensaios de antropologia histórica*. Rio de janeiro: Editora de UFRJ, 1999.

_____. Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*. Rio de Janeiro, v.4, n.1, abr. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br /scielo.php>. Acesso em: 11 de fev. de 2006.

_____. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In. SILVA, Aracy L.; GRUPIONI, Luiz. (Orgs.) *A temática indigena na escola*: novos subsídios para professores de 1°. e 2º. graus. 3ª. edição. São Paulo: Global; Brasília: MEC; MARI; UNESCO, 2000. Capítulo 2, p. 61-81.

_____. Apresentação. In: ALMEIDA, Maria R. Celestino. Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 17-19.

PALACIN, L. *O século do ouro em Goiás*. Goiânia: Editora Oriente/INL-MEC, 1979.

_____. *Subversão e corrupção*: um estudo da administração pombalina em Goiás. Goiânia, Ed. da UFG, 1983.

_____.Os três povoamentos de Goiás. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, Goiânia, ano 7, n. 08, p. 81-95, 1979.

_____; GARCIA, L. F.; AMADO, J. *História de Goiás em documentos. I-Colônia*. Goiânia: Editora da UFG, 2001.

PARENTE, Temis Gomes. *Fundamentos históricos do Tocantins*. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

_____. *O avesso do silencio*: vivências cotidianas das mulheres do século XIX. Goiânia: Editora da UFG, 2005.

PEDROSO, Dulce Madalena Rios. *O povo invisível:* a história dos Avá-Canoeiros nos séculos XVIII e XIX. Goiânia: UCG, 1994.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Sec. Mun. de Cultura/FAPESP, 1992. p. 115-132.

_____. Prefácio à edição brasileira. In. GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário*: sociedades indigenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil (1817-1821)*. Tradução de Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da USP, 1976. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 14).

POMPA, Cristina. *Religião como tradução*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

PONTIN, Rute de Lima. Serra da Mesa: configuração dos grupos ceramistas. *Revista do Museu Antropológico*. Goiânia, v. 8, n. 1, p. 37-50. jan/dez 2004/2005.

POSEY, Darell A. Manejo da floresta secundária,capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). In. RIBEIRO Berta G. (coord.), *Etnobiologia - Suma Etnologica brasileira*. vol. 1. Petrópolis, Vozes/FINEP, 1986. p. 173-188.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. *Rompendo o silêncio:* por uma revisão do "desaparecimento" dos povos indígenas. 1998. Disponível em: <http://geocities.yahoo.com.br/ esp_cultural_indigena/texto0.htm>. Acesso em: 22 mai. 2006.

PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros:* povos indígenas e colonização do sertão nordeste do Brasil 1650-1720. São Paulo: HUCITEC/EDUSP/FAPESP, 2002.

QUEZADA DOMÍNGUEZ, R. D. *La etnohistoria,, uma disciplina comprometida*. Disponível em: http://www.h-debate.com/listahad/a_2001_ing/march/14-03-2001_ing.htm. Acesso em: 20 mai. 2004.

RAVAGNANI, Oswaldo Martins. *A experiência Xavante com o mundo dos brancos*. 1978. 235 f. Dissertação (Mestrado) USP, São Paulo.

_____. *Aldeamentos oficiais goianos*. 1987. 122 f. ILCSE/UNESP, Araraquara.

_____. Eu te batizo... em nome da servidão. A catequese dos Xavante. *Revista de Antropologia*. São Paulo, n. 30-31-32, p. 93-109, 1987/88/89a.

_____. Aldeamentos goianos em 1750 - Os jesuítas e a mineração. *Revista de Antropologia*. São Paulo, n. 30-31-32, p. 111-131, 1987/88/89b.

REIS, Antonio C. de Oliveira. *Aspectos do contato e formas sócio-culturais da sociedade Akwẽ-Xerente*. 2001. 127 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) UnB, Brasília.

RIBEIRO, Berta G. A contribuição dos povos indígenas à cultura brasileira. In. SILVA, Aracy L.; GRUPIONI, Luiz. (Orgs.) *A temática indigena na escola*: novos subsídios para professores de 1°. e 2º. graus. 3ª. ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC; MARI; UNESCO, 2000..

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Apresentação. In. GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Panará*: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil central. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1997.

SAHLINS, Marshall. *Historical metaphors and mythical realities.* Structure in the Early History of the Sandwich Island Kingdom. The University of Michigan Pres, 1981.

_____. *Ilhas de História.* Tradução de Bárbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1990], 2003.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás*. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte, Editora Itatiaia/São Paulo Editora da USP, 1975. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 7).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade do século XXI*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. Xakriabá: identidade e história - Relatório de pesquisa. *Série Antropologia* 167, Brasília, UnB, 1994. Disponível em http://www.unb.br/ics/dan/serie_ antro.htm. Acesso em 10/12/2004.

_____. *Do terreno dos caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xakriabá:* as circunstancias da formação de um povo. Um estudo sobre construção social de fronteiras. 1997. 304 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) UnB, Brasília.

SCHUCH, Maria Eunice Jardim. *Xaray e Chané*: índios frente à expansão espanhola e portuguesa no alto - Paraguai. 1995. 101 f. Dissertação (Mestrado em História) Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, Porto Alegre.

SILVA, Cleube Alves da. *O olhar do contato*: uma discussão da relação entre o colonizador e as comunidades indígenas do norte da Capitania de Goiás no século XVIII. 2002. 40 f. Monografia (Especialização em História Social Brasileira) UNITINS, Porto Nacional.

_____. Juntando Mundos: conflito, aldeamento, estagnação e renascimento Xerente nos séculos XIX e XX. In. VII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-GO: Minorias: Identidade e Memória. 2000. Goiânia. Caderno de resumos. Goiânia: UFG, 2000. p. 11.

_____. *Do buriti ao capim dourado*: mudança cultural ou dinâmica histórica no trabalho com artesanato entre os Xerente. Digitado, inédito, 2005.

_____; GIRALDIN, Odair. Ligando Mundos: relação entre Xerente e a sociedade circundante no século XIX. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi* - série Antropologia, Belém, vol. 18, n. 1, p. 43-58, julho 2002.

_____; GIRALDIN, Odair. O índio ou o ouro: os contatos entre Akwen e os conquistadores no norte da Capitania de Goiás (hoje Tocantins): 1749-1811. *Territórios e Fronteiras*–Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, vol. 5, n. 2, p. 157-170, jul/dez. 2005.

SILVA, Aracy Lopes da. *Nomes e amigos*: da prática Xavante a uma reflexão sobre os jê. 1980. Tese (Doutorado em Antropologia). Departamento de Ciências Sociais/FFLCH, USP, São Paulo.

_____. Dois séculos e meio de história Xavante. In.: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.

_____; GRUPIONI, Luiz. (Orgs.) *A temática indigena na escola*: novos subsídios para professores de 1°. e 2º. graus. 3ª. edição. São Paulo: Global; Brasília: MEC; MARI; UNESCO, 2000.

SILVA, Colemar Natal e. *História de Goiás*. Goiânia: IGL/AGEPEL, 2002.

SILVA, Otávio Barros da. *Breve história do Tocantins e sua gente: uma luta secular*. Araguaína: FIETO/Brasília: Solo Editores, 1997.

SILVA E SOUZA, Luiz Antonio da *O descobrimento da Capitania de Goyaz*. Goiânia: Ed. da UFG, [1812], 1967.

_____.Memória sobre o desenvolvimento, governo e cousas mais notáveis da Capitania de Goiás. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 16, p. 429-510, out/dez. 1849.

SPIX Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981.

SZTUTMAN, Renato. Do dois ao múltiplo na terra do um: a experiência antropológica de David Maybury-Lewis. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, vol. 45 nº. 2. p. 443-476. 2002.

TELES, José Mendonça; PINHEIRO, Antonio César Caldas; APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Catálogo de verbetes dos manuscritos avulsos da Capitania de Goiás existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*. Brasília: Ministério da Cultura. Goiânia: Sociedade Goiana de Cultura, 2001.

TEIXEIRA, Rachel F. A. As línguas indígenas no Brasil. In. SILVA, Aracy L.; GRUPIONI, Luiz. (Orgs.) *A temática indígena na escola*: novos subsídios para professores de 1°. e 2º. graus. 3ª. ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC; MARI; UNESCO, 2000. cap. 12. p. 291-311.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VERWIJIVER, G. *Considerations on mekrang-noti warfare*. 1985. Tese de PhD. Rijksuniversiteik, Gerk, Bélgica.

VIANNA, Urbino. Akuen ou Xerente. Ligeiras notas para a grammatica Akuen**.** Prefácio de Basílio de Magalhães. *Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, tomo 101, v. 155, p. 6-96, 1927.

WRIGHT, Robin M. (org.) *Transformando os deuses*: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

_____. *Transformando os deuses*. vol. II: Igrejas evangélicas, pentecostais e neopentecostais entre os povos indígenas no Brasil. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

Autorizo a reprodução deste trabalho

Dourados, 05 de outubro de 2006.

CLEUBE ALVES DA SILVA